

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – SCHLA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DECISO**

DIEGO COLETTI OLIVA

ENTRE OLHOS ELETRÔNICOS E OLHARES HUMANOS

CURITIBA

2013

DIEGO COLETTI OLIVA

ENTRE OLHOS ELETRÔNICOS E OLHARES HUMANOS

Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Angelo José da Silva.

CURITIBA

2013

DIEGO COLETTI OLIVA

ENTRE OLHOS ELETRÔNICOS E OLHARES HUMANOS

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Angelo José da Silva
Departamento de Ciências Sociais, UFPR

Profa. Dr. Maria Tarcisa da Silva Bega
Departamento de Ciências Sociais, UFPR

Prof. Dr. Dennison de Oliveira
Departamento de História, UFPR

Curitiba, 06 de março de 2013.

Dedico essa dissertação à minha eterna
companheira na Sociologia e também na
vida Carolina Ribeiro.

AGRADECIMENTOS

A construção dessa dissertação de mestrado está longe de ter sido um caminho fácil e sem obstáculos. Problemas dos mais variados foram enfrentados para que essas palavras tomassem forma e finalmente preenchessem essas páginas. Problemas metodológicos, teóricos, e acadêmicos com certeza, mas também problemas criativos, problemas pessoais, problemas financeiros. Mas o que importa é que depois de dois anos esses problemas foram finalmente superados e mais esta etapa de minha formação foi finalmente concluída.

Mas seria injusto e falso dizer que todos os créditos deste trabalho pertençam a mim. Foram muitas as pessoas que ajudaram, incentivaram e permitiram que essa pesquisa fosse realizada e alcançasse seus objetivos, e, nesse sentido, posso afirmar que essa dissertação foi escrita a muitas mãos.

Antes de tudo devo agradecer aqui aos próprios sujeitos desta pesquisa, sem os quais meu objeto literalmente não existiria. Gostaria de agradecer a todos os operadores do Centro Integrado de Monitoramento Eletrônico de Curitiba pela atenção e tempo que me dedicaram, pela paciência e gentileza como que me trataram e pela honestidade e franqueza com que saciaram minhas dúvidas e curiosidades durante a pesquisa.

Da mesma forma, agradeço também aos gestores do sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba, do Departamento de Planejamento e Defesa Comunitária, e da Secretaria Municipal de Defesa Social por terem aberto suas portas e seus arquivos para que eu pudesse empreender essa pesquisa, e por terem me dado a liberdade e o espaço para que fosse crítico, questionador e por vezes chato enquanto buscava as respostas para minhas perguntas.

Não posso deixar de agradecer também às pessoas que me aguentaram e me apoiaram mais de perto nesses anos, tolerando minhas crises, minhas chatices, meus momentos de desânimo e cansaço e também de obsessão e tagarelice.

Por isso agradeço primeiro à minha companheira, minha parceira, minha esposa, meu amor, e também minha colega de profissão, Carolina Ribeiro, que teve que me aguentar todos os dias, passando por todos os problemas juntos nesses dois anos em uma nova cidade, com novas pessoas, passando por novas experiências. Muito obrigado por estar sempre ao meu lado, por aguentar tudo o que aguentou e

por me incentivar sempre a continuar meu caminho e passar por essa importante etapa de nossas vidas.

Agradeço também aos meus pais Sebastião e Sílvia, que mesmo a centenas de quilômetros de distância sempre me incentivaram a investir em meu futuro e a seguir meu caminho para onde ele me levasse, permitindo que eu chegasse hoje onde estou, construindo minha carreira e alcançando meus objetivos. Obrigado por todo o apoio que me deram, tanto materialmente quanto emocionalmente, espero que eu possa retribuir um dia tudo o que já fizeram por mim até hoje.

Agradeço também a minha família, lá no interior de São Paulo, que apesar de não entenderem até hoje o que eu faço da vida sempre me apoiaram, me incentivaram e me ajudaram a chegar até aqui, onde eu realmente queria estar.

Agradeço também aos amigos, tanto os velhos amigos de anos e anos, como Sérgio, Rodrigo, Otávio, João Mauro, quanto os mais recentes como Leonildo, Fábio, Ana Maria e todos os outros que entraram em minha vida nos últimos dois anos. Sem vocês esse caminho teria sido muito mais doloroso e solitário e é por vocês também que esse trabalho pode ser cumprido.

Não posso deixar de agradecer também aos professores que guiaram os caminhos dessa dissertação, ao meu orientador, professor Angelo, que me ajudou a organizar as ideias e me deu a liberdade de trilhar meus caminhos e dar a essa pesquisa minha própria personalidade. Agradeço também ao professor Pedro, pelas discussões e debates proporcionados no grupo de estudos e por toda ajuda que ofereceu nesses anos. Agradeço à professora Tarcisa, que em diversos momentos também trouxe grandes contribuições para esse trabalho, e ajudou a discussão a crescer e tornar-se o que é hoje.

Finalmente agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, à Universidade Federal do Paraná e a CAPES, que contribuíram imensamente ao cumprirem seus papéis institucionais e darem condições para que essa pesquisa fosse realizada da maneira mais proveitosa possível. E agradeço também aos professores que compõem a banca, pelo tempo e atenção que dedicaram à leitura dessa dissertação.

Pro Lege Semper Vigilans.
Pela Lei, Sempre Vigilantes.

(Lema da Guarda Municipal de Curitiba)

RESUMO

Essa dissertação de mestrado em Sociologia é fruto da pesquisa realizada entre os anos de 2011 e 2012 junto aos operadores do Centro Integrado de Monitoramento Eletrônico de Curitiba, responsáveis pela operação do sistema de videomonitoramento urbano da região central da capital paranaense, analisando a própria forma como a vigilância é exercida na cidade. Mais do que fazer críticas ou apologias à implantação da vigilância eletrônica em espaços públicos, o objetivo desta pesquisa, é analisar qualitativamente as condições em que o poder do olhar é exercido e diferenciar o potencial de controle e efetividade do videomonitoramento urbano com a realidade de seu exercício cotidiano. Para isso foram empreendidas diferentes técnicas de coleta e análise de dados, apoiadas sobre um referencial teórico que permitiu a interpretação dos discursos e das relações de poder envolvidos nessa questão, permitindo assim que importantes articulações entre vigilância e segregação social fossem levantadas, que o determinismo tecnológico dos sistemas eletrônicos de segurança fosse questionado e que fossem apontadas novas perspectivas sobre a posição ambígua dos operadores do sistema, ao mesmo tempo empoderados e oprimidos pelo controle do mesmo.

Palavras-chave: Vigilância. Videomonitoramento. Segregação Social. Exercício do olhar. Curitiba.

ABSTRACT

This dissertation in Sociology is the result of the research conducted between the years 2011 and 2012 with the operators of the Centro Integrado de Monitoramento Eletrônico de Curitiba, responsible for the operation of the video surveillance system in downtown Curitiba, analyzing the way surveillance is carried out in the city. Rather than make an apology or critics to the deployment of electronic surveillance in public spaces, the goal of this research is to analyze qualitatively the conditions under which the power of the gaze is exercised and differentiate the potential and effectiveness of control of urban video surveillance with the reality of its daily exercise. For that different techniques data collect and analysis were used, supported on a theoretical framework that allowed the interpretation of discourses and power relations involved in this issue, thus allowing important links between surveillance and social segregation to be raised, technological determinism of electronic security systems to be questioned and pointing to new insights into the ambiguous position of the operators of the system, at the same time empowered and oppressed by its control.

Keywords: Surveillance. Video surveillance. Social segregation. Exercise of gaze. Curitiba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - MAPA DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO DE CURITIBA	85
FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS CÂMERAS OPERADAS PELO CIMEC	87
FIGURA 3 - INTERIOR DO CIMEC	124
GRÁFICO 1 - REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DO CIMEC	97
GRÁFICO 2 - PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELO CIMEC	99
GRÁFICO 3 - NÚMERO TOTAL DE CRIMES EM CURITIBA	101
GRÁFICO 4 - MÉDIA DE CRIMES/HABITANTE EM CURITIBA	102

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - VIGILÂNCIA TRADICIONAL X NOVA VIGILÂNCIA	74
QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS CÂMERAS POR CCO	85

LISTA DE SIGLAS

ABESE	Associação Brasileira de Empresas de Segurança Eletrônica
ABIN	Associação Brasileira de Inteligência
ACP	Associação Comercial do Paraná
CCO	Centro de Controle Operacional
CCTV	<i>Closed Circuit Television</i>
CFTV	Circuito Fechado de Televisão
CIMEC	Centro Integrado de Monitoramento Eletrônico de Curitiba
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
DIRETRAN	Diretoria de Trânsito de Curitiba
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPDC	Departamento de Planejamento e Defesa Comunitária
GGI	Gabinete de Gestão Integrada
GM	Guarda Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PM	Polícia Militar
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SESP	Secretaria Estadual de Segurança Pública
SETRAN	Secretaria Municipal de Trânsito
SMCS	Secretaria Municipal de Comunicação Social
SMDS	Secretaria Municipal de Defesa Social
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo
SIPS	Sistema de Indicadores de Percepção Social
TCM	<i>Town Centre Management</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E OS MARCOS METODOLÓGICOS	13
1.1 DELIMITANDO O OBJETO DE ANÁLISE	13
1.2 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS METODOLÓGICAS	16
1.3 A(S) METODOLOGIA(S) DE PESQUISA	17
1.3.1 Arqueologia e Genealogia	19
1.3.2 Interacionismo	20
1.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	22
1.5 POR DENTRO DO SISTEMA: AS PERCEPÇÕES SOBRE O CAMPO	24
1.5.1 Quem vigia os vigilantes	25
1.5.2 Observando os observadores	29
2 CONTEXTOS E TEORIAS: AS PARTICULARIDADES DO TEMA	33
2.1 EM BUSCA DA SEGURANÇA	34
2.1.1 Os medos que nos afligem	36
2.1.2 O caso brasileiro: preenchendo o vazio da segurança pública	41
2.1.3 A securização urbana e o medo do outro	43
2.1.4 A Informatização da segurança	46
2.2 FALANDO DE VIGILÂNCIA	48
2.2.1 Sociologia: Tecnologia e simulação	49
2.2.2 Criminologia Crítica: Crime e gestão de riscos	51
2.2.1 Geografia Urbana: Vigilância e urbanismo	54
3 UM BREVE HISTÓRICO DA VIGILÂNCIA VISUAL	58
3.1 O Panoptismo	58
3.2 Fotografia forense/criminal	64
3.3 Videovigilância	69
3.3.1 Um novo paradigma da vigilância	72
4 OLHOS ELETRÔNICOS	77
4.1 EXPANSÃO DO VIDEOMONITORAMENTO NO BRASIL	78
4.2 O VIDEOMONITORAMENTO EM CURITIBA	82
4.2.1 Operação e funcionamento do sistema	82
4.2.2 Objetivos práticos do videomonitoramento urbano	90
4.2.3 Relações entre vigilância e criminalidade	95

4.3 PLANEJAMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIAL	104
4.3.1 Vigilância e desaparecimento	112
5 OLHARES HUMANOS	116
5.1 A CONSTRUÇÃO DO OLHAR.....	117
5.2 O EXERCÍCIO DO OLHAR	122
5.2.1 A rotina da sala de controle	125
5.2.2 A construção dos indesejáveis.....	128
5.3 ALÉM DO EXERCÍCIO DO OLHAR.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS.....	141

INTRODUÇÃO

Imaginemos o seguinte cenário: uma sociedade sob vigilância total e permanente, apoiada em tecnologias avançadas de monitoramento. Esta sociedade seria capaz de garantir à sua população um sentimento de segurança constante, baseada, majoritariamente, na prevenção de qualquer tipo de ato criminoso. Entretanto, para que a segurança seja garantida, um sacrifício há de ser feito. Todos os indivíduos, criminosos ou não, estariam constantemente sob os olhos desta mesma vigilância. Todos os seus atos seriam observados por alguém que avaliaria e analisaria a possibilidade de ameaça em suas ações.

Hoje, sob o constante sentimento de insegurança trazido por uma crescente cultura do medo, convivemos diariamente com a presença deste olhar vigilante, sempre em busca de proteção. Seja por meio de circuitos fechados de TV ou através de cadastros biométricos e outras tecnologias de reconhecimento e monitoramento, a presença das câmeras se torna cada vez mais comum, não apenas em ambientes privados, mas também em espaços de circulação pública e sob a tutela do Estado.

Nesse contexto, a questão da vigilância e do monitoramento destinado à segurança conecta-se a importantes transformações sociais e a diferentes temas pesquisados nas Ciências Sociais. O foco acerca da presença destas tecnologias em espaços de circulação pública abre diversas possibilidades de análise, seja por sua proximidade com o campo da Sociologia da tecnologia, seja pela interface que se pode estabelecer com áreas como a de Urbanismo, Arquitetura e Geografia ou temas como violência, criminalidade e segurança.

Nesta dissertação busco analisar o funcionamento do sistema de videomonitoramento urbano da cidade Curitiba/PR, conhecida pela imagem de cidade modelo de gestão e uma das primeiras cidades do país a implantar um sistema de monitoramento por câmeras nos espaços públicos urbanos. Mais do que avaliar a eficiência deste sistema de vigilância eletrônica ou apresentar comparações e idealizações sobre o tema, o foco desta pesquisa foi problematizar sua construção, seus objetivos e consequências e, principalmente, questionar o determinismo tecnológico atribuído às câmeras observando diretamente a atuação dos seus operadores.

Durante os dois anos de duração desta pesquisa de mestrado em Sociologia tive contato com muito material sobre o tema, tanto através de leituras, aulas e

congressos, como também através do trabalho de campo, do contato com os sujeitos envolvidos na gestão e operação do sistema e da própria experiência de cidadão da cidade de Curitiba. Essa experiência permitiu a coleta de uma grande quantidade de dados e materiais sobre o assunto, o suficiente para permitir que algumas conclusões fossem alcançadas e, mais importante, para que novas questões fossem levantadas.

Para organizar esses dados esta dissertação foi dividida em cinco capítulos, no sentido de seguir certa lógica que permitirá ao leitor acompanhar o desenvolvimento do raciocínio e a construção dos argumentos que levarão às nossas considerações sobre o tema.

No primeiro capítulo desta dissertação, para que as bases do pensamento deste pesquisador fiquem claras, faço uma breve discussão sobre as metodologias empreendidas durante a pesquisa, bem como uma descrição da entrada no campo e das percepções que tive dessa experiência, apontando para os principais obstáculos enfrentados e para o posicionamento adotado frente ao objeto de estudo.

No capítulo seguinte, é feita uma contextualização sobre as práticas de vigilância e securização urbana na sociedade contemporânea, apresentando o debate sobre a busca por segurança e o combate à sensação de medo que permeia nosso cotidiano, apontando para o videomonitoramento como uma das principais respostas a essas demandas. Em seguida são apresentadas as principais abordagens teóricas que a academia tem oferecido nos últimos anos sobre os Estudos de Vigilância, dando especial ênfase à autores da Sociologia, da Criminologia Crítica e da Geografia Urbana, visto que essas são não apenas as abordagens mais aceitas atualmente, como também são as que nos fornecem as melhores questões para pensarmos o videomonitoramento urbano, e especialmente o caso da capital paranaense.

O terceiro capítulo desta dissertação é composto por uma contextualização histórica dos processos de vigilância e de sua relação com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, resgatando desde as características do Panóptico proposto por Jeremy Bentham (2006) no século XVII, até os sistemas contemporâneos de monitoramento eletrônico e vigilância informacional.

O próximo capítulo focará especificamente na expansão dos sistemas de vigilância no Brasil nos últimos anos e no sistema de videomonitoramento urbano da cidade de Curitiba, mais especificamente nas câmeras da região central da cidade. Discutirei de forma aprofundada a operação e funcionamento do sistema, do ponto de vista técnico e também dos interesses políticos e econômicos em sua instalação,

assim como a definição das áreas monitoradas, e as relações entre vigilância, violência e criminalidade na cidade. Em seguida irei problematizar a articulação entre a imagem de Curitiba enquanto cidade modelo e o planejamento urbano local aos padrões de segregação socioespacial e invisibilização dos conflitos, relacionando aqui como o sistema de videomonitoramento atua como uma ferramenta para a manutenção e reiteração de uma determinada ordem social.

Finalmente, no quinto capítulo, farei uma discussão microssociológica sobre a atuação dos operadores do sistema de videomonitoramento, problematizando a construção do olhar e das relações de poder que exercem através das câmeras, e também os problemas e as dinâmicas que tomam lugar nos bastidores do sistema, observando tanto o caráter de empoderamento de sua posição de observadores, quando o caráter opressivo de um trabalho repetitivo e rotinizado.

Nesse sentido, pretendo construir com esta dissertação um trabalho que traga ao campo dos Estudos de Vigilância e de Segurança Pública uma contribuição teórica e empírica, oferecendo novas perspectivas de abordagem sobre o tema e novas considerações sobre o funcionamento e a operação da vigilância eletrônica em espaços públicos, em um contexto cultural, político e institucional particular e academicamente pouco explorado no Brasil.

1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E OS MARCOS METODOLÓGICOS

Antes de passar a uma discussão mais específica e aprofundada sobre o tema desta dissertação, parece-me útil e necessário que esteja clara para o leitor deste trabalho a minha posição enquanto pesquisador, tanto em relação ao objeto sobre o qual realizei a pesquisa, quanto em relação aos métodos empreendidos para a realização da mesma. Assim sendo, nas próximas páginas farei algumas considerações sobre essas questões, a fim de melhor definir e delimitar sobre o que e como minhas análises se debruçam quando me proponho a estudar a atuação dos operadores do sistema de videomonitoramento urbano da cidade de Curitiba, bem como de justificar a escolha desse recorte específico e os marcos metodológicos que guiaram a realização desta pesquisa, expondo, desde o princípio, meus interesses pessoais e acadêmicos sobre o tema.

1.1 DELIMITANDO O OBJETO DE ANÁLISE

Esta pesquisa busca compreender as microdinâmicas do exercício da vigilância na contemporaneidade, e como a vigilância é exercida sobre os indivíduos. Meu intuito foi o de observar como os alvos da vigilância são definidos, como suas ações são interpretadas e, finalmente, que reações elas desencadeiam nos observadores. O que busquei em campo foi entender como a vigilância se efetiva e que consequências podem ser articuladas, questionando principalmente o determinismo tecnológico que, geralmente, permeia esse campo de estudos e ignora a influência importantíssima do elemento humano por trás da operação das câmeras de videomonitoramento.

Para isso, recortei um objeto bastante específico a ser observado, a saber, a atuação dos operadores do Centro Integrado de Monitoramento Eletrônico de Curitiba (CIMEC), responsáveis pela operação do sistema de videomonitoramento urbano da região central da capital paranaense. Pelas suas características¹ esse objeto permite que me aproxime de meus objetivos e que possa generalizar algumas de minhas conclusões ao comparar os resultados alcançados com aqueles obtidos por outros

¹ As características do sistema serão abordadas no capítulo 4 desta dissertação.

pesquisadores que se debruçaram sobre esse tema em diferentes contextos, espaços e realidades sociais.

A construção desse objeto, entretanto, está longe de ter sido um caminho simples e sem obstáculos, e muita coisa foi alterada, posições foram modificadas e percepções totalmente transformadas no decorrer da pesquisa, tanto graças aos estudos empreendidos em sala de aula durante o mestrado e reflexões advindas das orientações, quanto graças ao próprio trabalho de campo que, por vezes, apontou para caminhos não esperados.

Por isso, concordo plenamente quando se diz que a pesquisa deve ser pensada como um processo no qual é possível compreender seus diferentes contextos, tempos e desafios. Somente dessa maneira o crescimento pessoal e intelectual do pesquisador fica claro e a complexificação das ideias e reflexões postas em debate adquire uma noção de direção, um caminho que foi seguido pelo pesquisador em conjunto com os sujeitos estudados e os autores com os quais se dialoga.

É justamente esse caminho que pretendo expor aqui, deixando claros todos os passos do desenvolvimento desta pesquisa, da construção do projeto, à demarcação das bases teórico-metodológicas, às relações estabelecidas entre pesquisador e campo, demonstrando como as linguagens, os espaços, os contextos, as entrevistas e observações revelam por onde o pesquisador e seu objeto falam (OLESEN, 2006).

Desde minha iniciação científica na graduação em Ciências Sociais, tenho dedicado meus interesses acadêmicos ao estudo das consequências de uma crescente cultura do medo na sociedade contemporânea e suas influências na sociabilidade e na interação entre os indivíduos. Partindo dessas reflexões vários objetos de estudo me chamaram a atenção e vários questionamentos foram levantados. Dentre esses inúmeros temas, a questão da vigilância, enquanto processo de securização da cidade, tomou destaque como uma das principais consequências geradas pela sensação de medo constante, encarada como uma forma de se garantir a segurança e proteção dos indivíduos no que diz respeito aos perigos e ameaças da vida cotidiana por meio do exercício do poder do olhar. Em contrapartida, esse mesmo olhar se lança, também, sobre a vida de cada um, que tem seus atos captados e analisados pelos “vigilantes” responsáveis por denunciar e alertar contra os perigos iminentes.

Inicialmente, meu projeto de pesquisa buscava compreender qual era a percepção dos indivíduos em relação à presença da vigilância em seu cotidiano, como o “cidadão comum” entendia a relação entre segurança e liberdade sob a lente das câmeras de videomonitoramento. Nesse primeiro rascunho o que eu queria problematizar era a percepção dos indivíduos com a presença das câmeras, se, em certa medida, sentiam-se invadidas por esse olhar constante sobre seus atos ou se sequer pensavam sobre essa vigilância. Seguindo esse caminho eu tinha a hipótese de que seria capaz de articular como a sensação de medo e de insegurança influencia a percepção dos indivíduos em relação à vigilância, e assim, leva esse a abrir mão de parte de sua liberdade individual em troca de segurança, ou pelo menos da sensação de segurança.

No entanto, o processo de desenvolvimento da pesquisa me levou em outra direção, não tão distante da proposta inicial, mas que com certeza traz uma abordagem e um caminho a serem seguidos muito diferentes e que me pareceram mais interessantes de serem trilhados. As questões de invasão de privacidade e restrição de liberdades individuais trazidas pela presença das câmeras, tanto em espaços privados como espaços públicos já estão em debate há algum tempo, e o discurso acadêmico sobre esses temas me parece bastante saturado. Assim, me propus a lançar um olhar sobre esse tema a partir de outra perspectiva.

Ao invés de buscar compreender a percepção dos indivíduos sob vigilância decidi percorrer o caminho inverso e analisar as relações entre medo e vigilância presentes na percepção daqueles que estão por trás das câmeras, ou seja, dos operadores do sistema de videomonitoramento. Mais do que entender como os efeitos da vigilância são sentidos no cotidiano dos cidadãos, o que eu busquei com esta pesquisa foi analisar como a própria vigilância é exercida. O objetivo desta pesquisa então foi o de demonstrar como o olhar dos operadores traduz, interpreta e reage às imagens capturadas pelas câmeras de videomonitoramento, e, como hipótese, coloco que: influenciados pela cultura do medo e da insegurança, sua atuação sustenta determinados padrões de segregação socioespacial e a marginalização de grupos sociais específicos que possam ser, de alguma maneira, considerados desviantes, suspeitos ou perigosos.

De fato, eu pude identificar esses padrões de segregação, e acredito que fui capaz de alcançar esse objetivo, como será demonstrado no decorrer da dissertação, mas ao empreender uma análise microssociológica das interações presentes no

interior do CIMEC, outros aspectos muito interessantes desse campo de pesquisa puderam ser observados e analisados, revelando que, para além da pressuposição comum de que os “observadores” ocupam uma posição de relativo poder sobre os “observados”, o ambiente e a natureza rotinizada e repetitiva do seu trabalho os coloca também em uma posição desconfortável, subvalorizada e oprimida. E, mais importante ainda para a análise, esta observação do funcionamento cotidiano da vigilância permitiu que eu pudesse questionar e problematizar, até que ponto o determinismo tecnológico que permeia todo o campo dos estudos sobre vigilância acaba por ignorar, em certa medida, a distância entre o plano do “*deve ser*” e o plano do “*é*”, entre o potencial do sistema, e a sua real efetividade, entre a racionalidade técnica da máquina e a subjetividade humana dos operadores.

1.2 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS METODOLÓGICAS

Foi a partir dessas perspectivas que o processo de construção e realização da pesquisa teve início através da definição de objetivos e hipóteses que me serviriam de guias para a escolha dos métodos e técnicas que seriam mais úteis e das aproximações teóricas que fossem mais ricas conforme o trabalho de campo foi revelando até que ponto poderia ser questionado e que tipo de perguntas poderiam ser respondidas. Assim, estou mais inclinado a pensar de fato a pesquisa como processo, pois os passos de sua realização não foram todos pensados desde o projeto, assim como os questionamentos que surgiram do campo não foram previstos anteriormente, nem ignorados na análise porque não constavam no projeto inicial, a própria metodologia e as técnicas utilizadas foram alteradas, e repensadas conforme a pesquisa dava seus avanços, e principalmente conforme encontrava seus obstáculos.

Não me pautei, portanto, apenas pela metodologia e pela epistemologia que escolhi na elaboração do projeto, deixei que essas me servissem mais como guias para o pensamento do que como limites e, por vezes, realizei esforços no sentido de permitir que o próprio campo demonstrasse conexões e rupturas entre diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Assumi, então, uma posição híbrida e eclética, tanto em relação às técnicas de coleta e análise de dados, quanto em relação aos marcos metodológicos deste trabalho.

Nesse sentido, alguns objetivos foram definidos, perguntas cujas respostas seriam necessárias para que pudesse compreender como a cultura do medo se articula às políticas de videovigilância em espaços públicos e como as representações sociais de ameaça e perigo são traduzidas pelo olhar em uma sociedade permeada por um sentimento profundo de insegurança e medo, de forma a promover a segregação e marginalização de certos indivíduos e grupos minoritários que possam ser considerados, a partir da visão dos operadores do sistema de videomonitoramento, como desviantes, suspeitos ou perigosos para a manutenção da ordem.

O que é e como funciona a política de videomonitoramento na cidade de Curitiba? Quem são os agentes e operadores envolvidos e como eles atuam? Como as imagens produzidas pelas câmeras de vigilância são analisadas e utilizadas para a ação efetiva destes operadores? Como a cultura do medo exerce influência sobre eles na construção de suas representações sociais de quem é ou não é perigoso? E finalmente, qual a efetividade dessa prática enquanto política de segurança pública?

Foi problematizando essas perguntas que a pesquisa foi empreendida, e partindo da hipótese inicial de que a vigilância aqui é exercida no sentido de buscar por indivíduos que sejam de alguma forma, desviantes, estigmatizados ou anormais; enfim, que não se encaixam nos padrões de comportamento esperados para os espaços vigiados. Enquanto a segurança pública, o combate e a prevenção à violência e ao crime, são características secundárias do sistema de videomonitoramento.

Para alcançar esses objetivos foram necessários dois níveis de análise, baseados em duas abordagens metodológicas distintas, o que exigiu certo esforço teórico e metodológico no sentido de combinar uma análise com elementos dos métodos genealógico de Michel Foucault e interacionista de Erving Goffman. Além de analisar tanto dados quantitativos, dando conta do número e do tipo de ocorrências captadas pelas câmeras, quanto dados qualitativos, sobre a atuação e operação do sistema e especialmente sobre as interações no interior da sala de controle do CIMEC.

1.3 A(S) METODOLOGIA(S) DE PESQUISA

Desde sua origem enquanto ciência há na Sociologia, e nas Ciências Humanas em geral, uma discussão entre as metodologias qualitativas e quantitativas que muitas vezes classificam e delimitam as pesquisas e suas análises (PIRES, 2008).

E apesar dessas categorias carregarem entre si posições geralmente opostas entre subjetividade e objetividade, suas fronteiras são muito tênues e o uso exagerado dessa dicotomia pode trazer obstáculos e oposições desnecessárias entre duas abordagens que na realidade se complementam e estão invariavelmente imbricadas uma na outra.

Posiciono-me aqui de maneira crítica à oposição radical entre essas duas abordagens, especialmente por acreditar que a subjetividade do próprio pesquisador está sempre presente na escolha dos dados e na forma como estes são interpretados, e, nesse sentido, concordo com Vidich e Lyman quando estes ressaltam o caráter ao mesmo tempo qualitativo e subjetivo de todos os métodos de pesquisa aplicados pelas Ciências Sociais:

Nesse sentido fundamental, todos os métodos de pesquisa são, no fundo, qualitativos, sendo, nesse ponto, igualmente objetivos; o emprego de dados quantitativos ou de procedimentos matemáticos não elimina o elemento intersubjetivo que representa a base da pesquisa social. A objetividade consiste não em um método *per se*, mas na formulação do problema da pesquisa e na disposição dos pesquisadores de dedicarem-se a esse problema onde quer que os dados e suas instituições possam levá-los. (VIDICH; LYMAN, 2006, p.51)

De acordo com os autores, essa dicotomia entre os métodos qualitativo e quantitativo não tem fundamentação, pois independentemente das bases de dados que sejam pesquisadas, a intersubjetividade entre o pesquisador e seu objeto estará sempre presente, desde a própria escolha do tema, o recorte do objeto e a delimitação dos dados analisados. É absolutamente necessário, portanto, que o pesquisador compreenda que as metodologias qualitativas e quantitativas devem ser acionadas conforme a necessidade para que o problema de pesquisa seja abordado da maneira mais completa possível, mantendo sempre em pauta os processos de subjetividade envolvidos.

A base desta compreensão não é desvendar a verdade do objeto pesquisado, mas é escutar e entender o que o sujeito revela como sendo a sua verdade (MINAYO, 2002). Mas como percorrer os caminhos que me levariam às respostas que eu buscava? Que métodos me permitiriam compreender a política de videomonitoramento urbano em Curitiba? A atuação de seus operadores? A interpretação das imagens das câmeras? A influência da cultura do medo em sua operação? E a sua real efetividade para a segurança?

1.3.1 Arqueologia e Genealogia

Para começar a responder a essas questões me pareceu necessário compreender os processos de vigilância, assim como o potencial e extensão do poder do olhar e para essa reflexão o método foucaultiano demonstrou ter algumas das respostas.

Michel Foucault propõe duas diferentes abordagens metodológicas, que são complementares entre si. A primeira delas, a arqueologia do saber, tem por objetivo descrever a constituição do campo, entendendo-o como uma rede de saberes que através de suas relações permite a emergência de diferentes discursos. A segunda, a genealogia do poder, busca a explicação dos fatores que interferem na emergência desses, bem como na sua permanência e adequação ao campo discursivo, defendendo sua existência como elementos incluídos em um dispositivo político de caráter essencialmente estratégico. Para Foucault, a arqueologia é capaz de demonstrar a formação dos discursos:

Procura cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação [...]; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas (FOUCAULT, 1996, p.60).

Enquanto por outro lado, a genealogia permite analisar como os discursos ganham ou perdem força e se mantêm ou não no campo:

Este concerne à formação efetiva dos discursos, quer no interior dos limites do controle, quer no exterior, quer, a maior parte das vezes, de um lado e de outro da delimitação. A crítica analisa os processos de rarefação, mas também de agrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular. (FOUCAULT, 1996, p.65-66).

Estas duas tarefas são não apenas complementares, mas também inseparáveis. Por um lado, possibilitam perceber como o discurso é submetido ao controle por meio de formas de seleção, adequação, alteração e exclusão; por outro lado, permitem também apreender as origens desse discurso, levando em conta os mecanismos e estratégias presentes nas relações de força, e os limites e regras emergentes a partir deste enquanto dispositivo de poder.

Entendemos, dessa forma, que o método arqueológico-genealógico busca as singularidades e particularidades dos acontecimentos e dos discursos, sobretudo nas questões que passam despercebidas pela história, como “(...) os sentimentos, o amor,

a consciência, os instintos” (FOUCAULT, 2000), e que, trazidas à luz, permitem o entendimento sobre os espaços onde desempenharam papéis distintos ou foram excluídas do discurso.

É a partir dessa perspectiva que uma abordagem baseada no método arqueológico-genealógico de Michel Foucault me parece a mais indicada para a construção de uma compreensão mais ampla desse tema, permitindo recuperar o processo de construção e de legitimação do videomonitoramento enquanto política de segurança pública na cidade de Curitiba. Foi esta abordagem que me permitiu compreender como os discursos do planejamento urbano e da cultura do medo se articulam e acionam processos de segregação socioespacial e securização urbana, além de promover o videomonitoramento como uma panaceia para os problemas da segurança pública, adotando posições deterministas sobre o poder das tecnologias de segurança e deixando de lado o elemento humano.

1.3.2 Interacionismo

Essa abordagem foucaultiana dá conta de uma visão macrosociológica do sistema de videomonitoramento urbano, mas o objeto desta pesquisa exige também uma aproximação microsociológica de seus sujeitos. Não é apenas o sistema que interessa à minha análise, mas também os seus operadores. Para alcançar esse nível de análise e poder observar e compreender a interação entre “observadores” e “observados” através dos olhos eletrônicos das câmeras de vigilância, bem como as interações dentro do próprio ambiente da sala de controle o método interacionista serviu também de guia para minhas observações.

O Interacionismo simbólico, ou apenas interacionismo, concebido por George Hebert Mead, fundamenta-se sobre a percepção de que a sociedade está baseada em compreensões e expectativas comuns, compartilhadas entre os indivíduos, e que regem as interações entre esses. A interação é o elemento básico que constitui todas as formas de comportamento, e a natureza do mundo social é construída pela interpretação do indivíduo sobre as ações e interações com os demais.

Herbert Blumer, que cunhou o termo Interacionismo Simbólico², estabeleceu três premissas básicas sobre a interação: 1) os indivíduos agem com relação às coisas baseados no sentido que elas têm para si; 2) esses sentidos são derivados das interações sociais que estabelecemos com os outros; e 3) tais sentidos são constantemente manipulados e modificados através do processo interpretativo.

Nesse sentido, o conhecimento, o entendimento e as explicações das relações sociais devem sempre levar em conta a forma como a ordem social é elaborada pelos indivíduos em uma determinada situação social, e como essa ordem e suas relações são significativas para eles, observando como eles utilizam certas linguagens, rótulos e rotinas para gerenciar e manipular impressões e reações.

As interações sociais estão fundamentadas na chave da expectativa. Em poucas palavras balizamos nossas ações pelas expectativas que criamos à partir da interpretação das informações que temos à nossa disposição sobre os indivíduos e situações com os quais interagimos. Da mesma forma, tentamos manipular as informações que transmitimos durante as interações buscando controlar as expectativas dos demais para alcançar a reação que queremos.

Essa é a principal particularidade da interação: os indivíduos interpretam as ações uns dos outros ao invés de apenas reagir a elas, dessa forma, a resposta de uma ação é sempre baseada no significado que se atribuiu a ela. Assim, o interacionismo enquanto método de pesquisa em ciências sociais insere-se no paradigma interpretativista, visando entender o mundo das experiências através do ponto de vista específico daqueles que as vivem.

Por meio deste método é possível pensar a vigilância em termos goffmanianos, analisando a interação entre “observadores” e “observados” como uma comunicação assimétrica (GOFFMAN, 2010). Neste tipo de interação apenas um dos envolvidos tem o monopólio do controle das informações, ele está apto a receber e interpretar as informações fornecidas pelo outro, sem, no entanto, estar submetido à mesma exposição. Neste caso, os operadores do sistema de videomonitoramento terão o controle sobre essa interação assimétrica, e serão as suas expectativas em

² Mead nunca usou a expressão interacionismo simbólico. Foi Blumer quem criou o termo em 1937. Blumer referiu-se a esse como “um neologismo algo bárbaro que cunhei de um modo improvisado. [...] Seja como for, o termo agradou e tornou-se popular”.

relação aos “observados”, e a sua interpretação das ações daqueles que determinarão quem e o quê será vigiado e como será feita essa vigilância.

Desse modo fica clara a contribuição dessa abordagem para a realização da pesquisa com os operadores do sistema de videomonitoramento urbano da cidade de Curitiba, permitindo uma compreensão dos sentidos atribuídos pelos operadores às imagens capturadas pelas câmeras, aos comportamentos e ações dos observados. É essa perspectiva de análise que abre a possibilidade de se analisar a relação entre a interpretação e a reação dos observadores e assim reconhecer a influência daqueles poderes postos em movimento pelos discursos do medo e da segurança, estabelecendo o diálogo entre os níveis macro e microsociológicos da pesquisa.

1.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Para finalizar essa breve apresentação sobre os métodos que serviram como bases para a realização desta pesquisa, vale ressaltar ainda alguns posicionamentos do pesquisador sobre esses métodos, e algumas particularidades típicas da pesquisa junto a instituições de segurança pública.

Quanto aos métodos escolhidos, críticas podem ser feitas sobre a forma como foram operacionalizados nesta pesquisa, e mesmo sobre a própria pretensão aqui estabelecida de combinar-se o método arqueológico-genealógico de Michel Foucault ao Interacionismo da Escola de Chicago. Por isso prefiro deixar claro que, antes de tudo, essa proposta de abordagem serviu ao pesquisador mais como uma direção geral do pensamento, do que como marcos ou limites, e os próprios métodos que empreguei foram baseados nas perspectivas destes autores, não sendo de forma alguma reduzidos a dogmas inquestionáveis, e por vezes esse questionamento fica claro durante a dissertação e outras influências e abordagens metodológicas e epistemológicas são acionadas como argumento, de forma até certo ponto indiscriminada.

Uso esses recursos não por descuido ou por limites do conhecimento sobre o tema, mas por acreditar que o objetivo da pesquisa em Sociologia não é o da universalização de saberes absolutos, mas o da reflexão, por isso ela deve ser sistemática e metódica para que não se perca o foco da pesquisa, mas não pode também estar engessada por marcos teóricos, metodológicos e epistemológicos

inquestionáveis para não transformar em doutrina o conhecimento que se pretendia emancipador e esclarecedor (BRUNETTA, 2012).

Sobre a pesquisa em instituições de Segurança Pública, não são poucos os relatos dos pesquisadores sobre a dificuldade de conseguir acesso a dados confiáveis nesse campo quando se realizam pesquisas quantitativas. No caso da pesquisa qualitativa não são menores as dificuldades, visto que são, em geral, claras as diferenças de opinião entre os agentes da segurança pública e o pesquisador/sociólogo, e são muitos os pontos que podem gerar conflitos e impedir os avanços da pesquisa, assim como o acesso do pesquisador ao seu objeto e o caminho da pesquisa a ser percorrido, muitas vezes, com cautela e até algumas doses de resignação por parte do pesquisador para não comprometer o restante da pesquisa. Ao mesmo tempo, a prerrogativa da diferença entre esses dois sujeitos deve ser assumida para impedir que os diálogos tornem-se vazias repetições de discursos oficiais e frases prontas que não permitem o questionamento e o enfrentamento produtivo entre as posições do pesquisador e seu objeto (BRUNETTA, 2012).

Para além dos desencontros de posicionamento e oposições entre o pesquisador/sociólogo e o agente de segurança pública, Brunetta ressalta ainda a *sedução* que o objeto pode exercer sobre o pesquisador. Em sua fala o autor refere-se à relação entre o sociólogo e o policial militar/oficial, mas pela experiência de minha pesquisa posso afirmar que as mesmas questões se puseram em pauta na relação com os operadores do videomonitoramento urbano:

O sociólogo, que projeta seus estudos sobre as questões relacionadas à segurança, tendo minimamente preocupações com temas como a violência e afins, de modo que sua prática se situa no campo da explicação, todavia sobre um objeto cuja materialidade se expressa de modo gritante, ou seja, o sociólogo está diante de uma situação pela qual algo precisa ser feito (o incômodo derivado disso lhe é fundamental), mas para o qual o seu trabalho é absurdamente distante. Nesse sentido, o policial, sobretudo oficial, lhe oferece à observação uma realidade na qual ele se projeta como protagonista do que tem sido feito e do que está para ser feito, o que diante da aparente inoperância do pesquisador, tende a seduzi-lo (BRUNETTA, 2012, p. 236).

Como pesquisadores é preciso ter cuidado com essa sedução exercida pela atuação ativa do campo sobre nossas inquietações, de forma a impedir que a pesquisa torne-se propaganda, e que nossas análises não façam mais do que repetir e promover agendas institucionais e políticas de governo.

Tendo em vista essas considerações sobre a orientação desta pesquisa, e deixando claras minhas posições sobre a forma como ela foi posta em prática e sobre

o campo e o objeto sobre o qual se debruça, coloco-me ainda ao lado de Brunetta sobre a questão dos benefícios e dos limites da questão metodológica na Sociologia:

A ausência de mediação ou a absolutização de um tipo exclusivo de mediação resulta numa inoperância epistemológica sistemática das Ciências Sociais, sendo estas reduzidas à condição instrumental para as políticas governamentais, cujo fundamento não se pode questionar tendo em vista sua inegável (sic) contribuição para a sociedade. Assim, acentua-se a redução das potencialidades das Ciências Sociais à condição de mero instrumento de dominação de classe, muito distante do ideal emancipador que as acompanha desde a origem. (BRUNETTA, 2012, p. 224)

A metodologia deve ser uma ferramenta nas mãos do pesquisador. Uma ferramenta que permita racionalizar a experiência de pesquisa e direcionar o pensamento. Mas que não impeça a mudança de direção quando parecer mais útil e que não estabeleça um destino final antes de conhecer o que está no caminho.

1.5 POR DENTRO DO SISTEMA: AS PERCEPÇÕES SOBRE O CAMPO

Além da discussão sobre metodologia e epistemologia, é importante apresentar uma descrição narrativa de minha experiência em campo, explicitando ao leitor deste texto a minha posição em relação ao mesmo, além de compartilhar minhas percepções particulares sobre esta experiência e não apenas os dados coletados através de entrevistas, documentos e observação. Dessa forma, busco me afastar da suposta neutralidade científica positivista e assumir de maneira clara minha proximidade em relação ao campo, as formas como ele me influenciou e as surpresas e emoções que me afetaram no decorrer da pesquisa (POUPART, 2006).

Considero importante assumir esta perspectiva e reconhecer a subjetividade do pesquisador, visto que todas as experiências vividas em campo, os obstáculos enfrentados, os objetos e sujeitos envolvidos, enfim, toda a maneira como o trabalho se desenrolou afetam de alguma forma a compreensão e a interpretação que o pesquisador faz de seu objeto, e nesse sentido, nada mais justo que assumir essa influência. É isso o que farei nas próximas páginas, descrevendo minha entrada no campo, minhas relações com o objeto pesquisado e com os atores envolvidos no sistema de videomonitoramento, desde a relação com os gestores do sistema de videomonitoramento urbano na Secretaria Municipal de Defesa Social de Curitiba, até o convívio com os operadores das câmeras na sala de controle do CIMEC.

1.5.1 Quem vigia os vigilantes

O sistema de videomonitoramento urbano da cidade de Curitiba atualmente é administrado pelo Departamento de Planejamento e Defesa Comunitária (DPDC) da Secretaria Municipal de Defesa Social (SMDS), um órgão da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), cujo objetivo oficial é, segundo seu próprio site: “desenvolver e implantar políticas que promovam a proteção ao cidadão, articulando e integrando os organismos governamentais e a sociedade de forma motivadora, visando organizar e ampliar a capacidade de defesa ágil e solidária das comunidades de Curitiba e dos próprios municipais”³.

Assim, o primeiro passo concreto para a realização desta pesquisa foi estabelecer um contato inicial com os responsáveis por esse departamento e, mais especificamente, pelo sistema de videomonitoramento urbano. Inicialmente, acionando contatos da Universidade, levantei quem eram esses responsáveis, seus nomes, seus cargos, etc. e busquei estabelecer um canal de comunicação com os mesmos. Foi nesse ponto que as primeiras informações concretas sobre o sistema começaram a ser organizadas.

Em princípio meus esforços foram para estabelecer um contato com o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), um espaço administrativo criado a partir do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) em 2007, a partir de onde todas as ações voltadas para a segurança seriam coordenadas. Esse primeiro passo parecia especialmente acertado, tendo em visto que a expansão do sistema de videomonitoramento em Curitiba, bem como sua implantação em muitas cidades por todo o Brasil se articulava a um convênio do PRONASCI. O caso da cidade de Curitiba, porém, me levou em outra direção, já que aqui o videomonitoramento urbano foi instalado em meados do ano 2000, muito antes da criação do GGI ou do próprio PRONASCI, partindo de uma iniciativa da administração municipal, e não federal. Mesmo o convênio para a instalação de novas câmeras com financiamento do PRONASCI só foi estabelecido em 2009 e instalado recentemente em setembro de 2012.

³ Essa é a missão oficial da SMDS conforme consta no site oficial da PMC. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/equipe-smds-secretaria-municipal-da-defesa-social/57/15>

Assim, deixei de lado por um momento a articulação com o Governo Federal e me voltei para os verdadeiros gestores do sistema dessa pesquisa, a Guarda Municipal (GM) e o DPDC, com os quais procurei resgatar um pouco da história do sistema de videomonitoramento urbano em Curitiba, e informações técnicas sobre o mesmo⁴. Essa fase da pesquisa permitiu que eu entrasse em contato com o discurso oficial sobre a vigilância eletrônica em espaços públicos na cidade e abriu o caminho para que pudesse empreender a segunda etapa da pesquisa no interior da sala de controle, não sem antes impor alguns limites à pesquisa.

A entrada nesse campo de pesquisa teve alguns obstáculos iniciais, como é normalmente esperado ao se tratar de temas que envolvem instituições políticas e, especialmente, órgãos responsáveis pela segurança pública. Pesquisar o tema da vigilância visual gera ainda outros obstáculos, visto que os próprios responsáveis pelo monitoramento eletrônico são por vezes questionados em termos de invasão de privacidade, mesmo tendo ao seu lado a legitimidade garantida pelo poder estatal. Como um pesquisador de fora dessas instituições, foi apenas depois de muitas negociações, formais e informais, e da confiança construída nesse primeiro momento da pesquisa que as portas da sala de controle foram abertas.

Esta confiança, no entanto, não foi estabelecida desde o primeiro contato. Minha intenção inicial era a de entrar em contato diretamente com o Secretário de Defesa Social e a partir daí descer os níveis da hierarquia, interagindo com todos os envolvidos no sistema de videomonitoramento até chegar finalmente aos operadores das câmeras do CIMEC. Porém, como eu era um estranho aos responsáveis pelo sistema, e, na época do início da pesquisa, um estranho até mesmo na cidade de Curitiba e na Universidade, minha entrada teve de seguir outros caminhos.

Tentei entrar em contato inicialmente com o chefe do DPDC, mas depois de uma primeira conversa por telefone fui encaminhado a um dos Inspectores da Guarda Municipal responsável pelo sistema de videomonitoramento, e foi com ele quem me recepcionou nas primeiras visitas e quem me indicou os principais atores envolvidos com o sistema, além de ter sido meu principal contato para o levantamento de dados quantitativos e informações oficiais.

⁴ Esses dados serão apresentados e discutidos no capítulo 4 desta dissertação.

Apesar deste pequeno desvio da entrada no campo, minha recepção foi bastante tranquila e transcorreu sem grandes obstáculos, depois de uma desconfiança inicial sobre meus motivos e objetivos com a pesquisa que foi resolvida com conversas e questionamentos sobre meu projeto e sobre a própria abordagem sociológica do tema, além da assinatura de termos de compromisso.

Comecei a pesquisa levantando documentos e dados oficiais, realizei entrevistas formais, conversas informais e troquei e-mails, com dois Guardas Municipais responsáveis pelos projetos técnicos do sistema de videomonitoramento urbano: como planejamento dos locais onde as câmeras são instaladas, o número de câmeras, o tipo de câmeras, suas especificações técnicas, as licitações para compra de equipamentos, manutenção dos mesmos e também propostas de expansão do sistema, seja por meio da instalação de novas câmeras, ou de redes de fibra ótica, etc.

Segui então um caminho inverso ao que tinha planejado inicialmente e passei a seguir a hierarquia do sistema até o nível mais alto que pude alcançar. Assim, realizei entrevistas/conversas formais e informais também com o Inspetor da GM responsável pelo videomonitoramento, com um Supervisor da GM, que acompanhou toda a instalação e ampliação do sistema desde sua criação em 2000, e com o atual chefe do DPDC, também Inspetor da GM⁵. Infelizmente, no entanto, não consegui realizar uma entrevista diretamente com o Secretário de Defesa Social.

Esta série de entrevistas semiestruturadas com os principais gestores envolvidos no sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba permitiu uma interpretação da subjetividade dos entrevistados e uma articulação mais precisa entre as suposições explícitas e implícitas dos mesmos em suas respostas. Através do uso de questões abertas, controladas pela teoria e direcionadas para as hipóteses e também questões confrontativas – a fim de introduzir os diferentes tópicos a serem tratados, buscando tornar o conhecimento implícito dos entrevistados mais explícito, de forma que eles pudessem adotar ou recusar as suposições apresentadas e com a finalidade de reexaminar criticamente as pré-noções dos entrevistados à luz de alternativas concorrentes – essa técnica permitiu a coleta de dados e informações suficientes para problematizar as questões aqui expostas e estabelecer relações entre

⁵ Os dados resultantes dessas entrevistas e conversas informais, bem como da análise documental sobre o sistema serão analisados no capítulo 4 desta dissertação.

o discurso oficial dos gestores do sistema e os discursos da segurança e do medo que são acionados para legitimá-lo.

O objetivo desta primeira fase da pesquisa foi o de construir um histórico do sistema de videomonitoramento de Curitiba, e, principalmente, de levantar os dados oficiais sobre o mesmo, estabelecendo quais as relações políticas e econômicas envolvidas, como funciona a gestão do sistema e quais as tecnologias envolvidas.

Ficou bastante claro nos dados aqui coletados como é forte a presença de um determinismo tecnológico, característico do discurso da segurança, que coloca o videomonitoramento urbano como a solução para os problemas de violência e criminalidade urbanas. Frequentemente, os sujeitos entrevistados reiteravam os aspectos positivos e as melhorias trazidas à segurança pública pela simples instalação das câmeras em locais estratégicos. Enquanto articula os discursos do medo e da segurança, o discurso oficial deixa pouco espaço para o questionamento de quaisquer efeitos negativos da presença das câmeras. Mesmo quando assumiam certas derrotas das câmeras, como o reconhecimento de que a criminalidade não era eliminada, mas apenas expulsa para áreas não monitoradas, viam nisso um ponto positivo, aparentemente sem perceber o caráter higienista e segregador de se favorecer uma determinada região da cidade (geralmente central, comercial e/ou turística) em detrimento de outra (periférica e desvalorizada).

Foi também nesta etapa que pude coletar dados sobre violência e criminalidade na cidade de Curitiba e especificamente nas áreas monitoradas, conseguindo acesso a dados sobre as ocorrências policiais geradas a partir das câmeras de vigilância que permitiram uma análise mais objetiva sobre que tipo de crimes é de fato flagrado e/ou prevenido pela presença das câmeras, já apontando para o caminho a ser seguido no momento da análise do olhar dos operadores.

Mas devo dizer que o principal motivo e a maior justificativa para a realização desta etapa da pesquisa foi o de abrir o caminho para a entrada na sala de controle. Quando fiz o primeiro contato com o campo fui insistentemente desencorajado a seguir em frente com a observação participante no CIMEC, sob o argumento de que apenas os operadores podem ter acesso à sala de controle e de que as imagens só podem ser liberadas para “outros olhos” sob ordem judicial. Manter esse contato mais direto com os gestores antes da pesquisa com os operadores permitiu construir uma relação de confiança com os mesmos, e, depois de muita negociação e insistência de minha parte, consegui o acesso à sala de controle do CIMEC, por um período bem

mais curto do que havia planejado, mas ainda assim suficiente para a coleta dos dados que me interessavam.

É nesse sentido que sou categórico ao afirmar que embora esta etapa da pesquisa não tenha fornecido dados tão ricos para a análise quanto a observação participante junto aos operadores, ela foi indispensável que a segunda pudesse ser realizada sem maiores obstáculos.

1.5.2 Observando os observadores

A segunda fase da pesquisa, e também aquela que se debruça sobre o objeto mais específico desta dissertação, foi a observação participante empreendida no interior da sala de controle do CIMEC, na qual eu tive a oportunidade de acompanhar diretamente o trabalho dos operadores das câmeras do sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba.

A observação foi realizada nos meses de abril e junho de 2012, dividida em diversas visitas nos mais variados horários e dias da semana, de forma que eu pudesse apreender as diferentes dinâmicas e atenções dos observadores em determinados contextos. Assim, eu pude observar sua atuação em horários de pico e de grande movimentação na cidade durante a semana, dias chuvosos e monótonos, noites e madrugadas de finais de semana, o movimento em dias de pagamento em comparação aos dias do final do mês.

Não foi fácil abrir o caminho para a entrada nesse campo de pesquisa, como eu disse anteriormente, mas depois que as portas foram abertas foi a partir desta observação que os dados mais interessantes foram revelados.

O próprio espaço físico do CIMEC merece uma análise, ou pelo menos uma descrição mais rica de suas características. Trata-se de uma construção de pequeno porte localizada na Praça General Osório, no centro de Curitiba, cercada por grades, sem nenhuma placa de identificação ou sinal de destaque, e o acesso é permitido somente com autorização do Supervisor da GM. Essa falta de identificação do edifício tem o objetivo de “disfarçar” o mesmo, evitando que os cidadãos venham diretamente aos operadores para solicitar imagens das câmeras por quaisquer motivos e/ou interfiram na rotina de trabalho dos mesmos tentando registrar queixas e ocorrências ao confundir o CIMEC com um posto comum de policiamento.

Ao entrar no pequeno edifício passamos por um hall, onde fica a mesa do Supervisor do Turno, em uma das paredes se estende uma ampla janela de vidro através da qual se pode ver o interior da sala de controle. Esta sala é onde o monitoramento realmente ocorre, onde os operadores controlam as câmeras, interpretam suas imagens e reagem a essas interpretações. É uma sala de aproximadamente 25m², sem janelas externas, a não ser por três pequenos vitrôs próximos ao teto na parede direita, mobiliada com alguns armários onde os operadores podem guardar seus pertences e duas bancadas equipadas com quatro computadores cada uma. Na parede oposta à grande janela de vidro do hall existem quatro grandes televisores nos quais se vê também as imagens das câmeras. Além desses dois espaços principais, o CIMEC ainda conta com uma pequena cozinha, banheiros e uma sala refrigerada com ar-condicionado onde ficam os discos rígidos e *HUBs* dos computadores.

Nesse ambiente trabalham em conjunto, diariamente, de 4 a 6 operadores, representando quatro diferentes instituições em regimes de turnos distintos, mas mantendo o CIMEC em funcionamento constante, 24 horas por dia, sete dias por semana: Guarda Municipal (GM), Polícia Militar (PM), Secretaria Municipal de Trânsito (SETRAN) e Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU)⁶.

A realização desta etapa da pesquisa teve ainda menos obstáculos do que a anterior, visto que a confiança construída com os gestores do sistema, bem como as entrevistas e conversas realizadas, permitiram que eu compartilhasse algumas informações e códigos que facilitaram meu contato com os operadores. Além disso, o cotidiano no interior da sala e as relações e interações entre os operadores eram bem mais fluidas e informais do que eu esperava, o que também colaborou para a construção de uma boa relação de confiança com os sujeitos desta pesquisa, abrindo espaço para conversas ricas e produtivas.

Foi no interior da sala de controle que eu mais fui surpreendido pelo campo. A experiência e as dinâmicas do cotidiano da sala de controle foram muito diferentes do que eu esperava e apontaram para questões muito interessantes que sequer faziam parte dos objetivos desta pesquisa, mas que se mostraram tão ricas que era impossível deixá-las de fora. Foram os dados aqui coletados que permitiram o

⁶ Os dados coletados nessa fase da pesquisa, bem como uma análise mais detalhada das interações entre os operadores serão discutidos no capítulo 5 desta dissertação.

questionamento do determinismo tecnológico que marca os processos de securização urbana, como é o caso do videomonitoramento em espaços públicos, além de permitir analisar as interações particulares deste ambiente.

Inicialmente meus planos aqui eram a observação direta, acompanhando as atividades dos operadores em seu próprio ambiente de trabalho na sala de controle como forma de acessar as práticas cotidianas dos mesmos, permitindo observar como, efetivamente, funciona a vigilância eletrônica dos espaços públicos da cidade de Curitiba, dando uma melhor perspectiva do que realmente se passa por trás das câmeras. Alguns aspectos principais dessa técnica que levaram a sua escolha foram a possibilidade de demonstrar um interesse especial na interação a partir da perspectiva dos sujeitos; o fato de tratar-se de uma forma de teorização que dá ênfase à interpretação e compreensão das situações, dos ambientes e das interações da vida cotidiana desses atores, baseada em fatos coletados em ambientes concretos da existência humana; e a possibilidade do seu emprego juntamente com outros métodos de coleta de informações, permitindo assim um estudo com uma abordagem qualitativa mais profunda (FLICK, 2009 apud JORGENSEN, 1989).

Assim, pude acompanhar a atuação dos operadores no exercício da vigilância, analisar a forma como interpretavam e reagiam às imagens nas telas e aos indivíduos observados, permitindo também reconhecer no exercício do olhar a influência de sua própria subjetividade e dos discursos da segurança e do medo. A natureza monótona e repetitiva do trabalho na sala de controle também me possibilitou por em prática um dos truques de pesquisa propostos por Howard Becker e observar o que acontece quando nada está acontecendo, analisando as estratégias dos operadores para lidar com o tédio e a rotina⁷ (BECKER, 2007).

Além da observação direta, pretendia também realizar entrevistas individuais com os operadores do sistema, e algumas entrevistas de fato foram realizadas nesse formato, no entanto, alguns dos operadores se mostraram bastante retraídos nessas situações, receosos de que o que me dissessem pudesse lhes causar sanções negativas junto aos seus superiores, mesmo quando eu lhes garantia que as entrevistas seriam anônimas e que os seus superiores não teriam acesso às mesmas, mas apenas ao texto final desta dissertação.

⁷ Essas questões serão discutidas no capítulo 5 desta dissertação.

Por esse motivo resolvi seguir outra estratégia, trazendo os temas que eu pretendia problematizar em entrevistas às conversas informais dentro da sala de controle, quando os operadores se sentiam mais à vontade para dar suas opiniões sem medo de represálias. Assim pude construir um rico diário de campo, contendo não apenas as minhas observações sobre a atuação dos operadores, mas também suas próprias falas, sentimentos e opiniões, nesse sentido essas conversas transformaram-se quase em entrevistas abertas, e boa parte dos dados mais úteis para minha análise foram coletados dessa forma.

2 CONTEXTOS E TEORIAS: AS PARTICULARIDADES DO TEMA

Vivemos hoje sob um constante sentimento de insegurança e convivemos diariamente com a presença processos de militarização e securização urbana empreendidos como uma forma de combater o medo e buscar a segurança. Seja por meio de circuitos fechados de TV ou através de cadastros biométricos e outras tecnologias de reconhecimento e monitoramento, a presença das câmeras e outros dispositivos de vigilância eletrônica se tornaram cada vez mais comuns, não apenas em ambientes privados, mas também em espaços de circulação pública e sob a tutela do Estado.

Nesse contexto, a questão da vigilância e do monitoramento destinado à segurança conecta-se a importantes transformações e a diferentes temas pesquisados nas Ciências Sociais. O foco acerca da presença destas tecnologias em espaços de circulação pública abre diversas possibilidades de análise, seja por sua proximidade com o campo da Sociologia da tecnologia, seja pela interface que se pode estabelecer com áreas como o Urbanismo, a Arquitetura e a Geografia Urbana ou temas como violência, criminalidade e segurança.

Reconhecendo, assim, que esta dissertação não é de forma alguma um trabalho pioneiro no que diz respeito ao arcabouço teórico que foi mobilizado para interpretar os dados coletados e chegar às conclusões aqui expostas, busco nesse capítulo construir uma breve síntese do contexto que envolve a pesquisa e das principais contribuições teóricas que a literatura sobre o tema me ofereceu para a realização da mesma.

No entanto, recorro à Becker (2007) para deixar claro que essa revisão da literatura aqui exposta tem o objetivo maior de recuperar interpretações diferentes sobre o tema e apontar para perspectivas que talvez não pudesse chegar sozinho, ou que demandariam muito mais tempo, esforço e conhecimento para que fossem alcançadas.

Todos os assuntos que estudamos já foram estudados por muitas pessoas com muitas ideias próprias; além disso são os domínios das pessoas que realmente habitam esses mundos, que têm ideias próprias sobre o que está em jogo neles, e sobre o que significam os objetos e eventos que neles têm lugar. Esses especialistas por profissão ou pelo grupo a que pertencem têm em geral um monopólio de ideias sobre “seu” assunto que não é examinado nem questionado. Os recém-chegados ao estudo do assunto, seja ele qual for, podem ser facilmente seduzidos a adotar essas ideias convencionais como premissas não examinadas de sua pesquisa. A estimável atividade da

“revisão da literatura”, tão cara aos corações das bancas de tese, nos expõe ao perigo dessa sedução. (BECKER, 2007, p. 24-25)

Neste sentido, as considerações apresentadas neste capítulo não têm a intenção de limitar o alcance dessa pesquisa, ou de estabelecer pressupostos para a análise dos dados coletados, ao contrário elas servem como meras referências, como bases de comparação que devem ser também examinadas e questionadas. Penso que a teoria deve ser acionada sempre visando ampliar as possibilidades da análise e da interpretação, problematizando os temas estudados, e não limitar a compreensão ou oferecer respostas absolutas e definitivas.

2.1 EM BUSCA DA SEGURANÇA

Devemos ter clara desde o princípio a distinção entre segurança e sensação de segurança, e manter em mente que essas são duas ideias que não necessariamente irão coincidir. Podemos, por exemplo, estar em um ambiente perfeitamente seguro e livre de ameaças e ainda assim não nos sentirmos em segurança, e também ao contrário, podemos estar em uma situação que ofereça alguma forma de perigo e nos sentirmos completamente à vontade e protegidos. Invertendo os conceitos podemos também estabelecer a diferença entre o risco e a insegurança: enquanto o primeiro é compreendido como a probabilidade real de se sofrer alguma forma de violência, a segunda está mais ligada ao campo das emoções, relacionada à sensação de ansiedade e medo, mesmo que não existam ameaças reais presentes (MELGAÇO, 2010).

Compartilho nesta dissertação da definição de segurança que Melgaço faz em sua tese, compreendendo a mesma como um conceito que trafega entre as esferas do concreto e do imaginário, consistindo tanto na inexistência de riscos e ameaças reais, quanto na sensação de tranquilidade e ausência de insegurança e medo. Podemos ainda definir a segurança tanto como um resultado almejado, quanto como os meios práticos para alcançá-lo. Assim, por mais ambíguo que pareça à primeira vista, podemos falar em segurança como sinônimo de paz, para descrever uma situação livre de riscos e ameaças, e podemos também falar em segurança para nos referirmos à intervenção policial ou técnicas de prevenção e repressão postas em prática para se alcançar aquela situação de paz (MELGAÇO, 2010).

Em poucas palavras poderíamos dizer que a segurança representa a garantia, ou a busca pela garantia, do não sofrimento de qualquer violência. Entretanto, como Bauman nos alerta, a segurança ao extremo não significaria a paz absoluta, visto que a própria busca por segurança pode ser promotora de outras formas de violência, o que traz a segurança para uns pode trazer também a violência para outros, como, por exemplo, a restrição/privação da liberdade: “a liberdade e a segurança, ambas igualmente urgentes e indispensáveis, são difíceis de conciliar sem atrito” (BAUMAN, 2003).

Aqui, a superproteção é invasiva, lá, as ameaças são permanentes. Deve-se, então, encontrar e reinventar permanentemente esse difícil ponto de equilíbrio. A história nos ensina que devemos manter juntos dois imperativos aparentemente contraditórios: a necessidade de segurança e a liberdade criativa. O Estado de direito e a cidadania, ou seja, o respeito pelos outros, são condições indispensáveis de uma síntese harmoniosa entre paz pública e democracia. (DELUMEAU, 2002, p.82, tradução nossa⁸).

Não podemos, portanto, considerar a segurança como um fim em si mesma, como uma busca que se auto justifica, tampouco podemos abolir quaisquer ideais de segurança em prol da liberdade individual absoluta. Pelo contrário, devemos problematizar os efeitos da busca pela segurança, analisar as consequências positivas e negativas que seus instrumentos e técnicas trazem à sociedade, e contrapor seus benefícios aos riscos e injustiças que ela própria traz ao se confrontar com as liberdades individuais, visto que, como já afirmamos anteriormente, aquilo que traz segurança para alguns pode trazer também violências para outros.

Desdobrando um pouco mais o conceito de segurança podemos ainda destacar a diferença entre as noções de segurança pública e segurança privada. A primeira, considerada principalmente como responsabilidade do Estado e de algumas de suas instituições, como as Polícias e Guardas Municipais, refere-se principalmente à manutenção da ordem, mas não deve ser confundida, como frequentemente acontece, com a noção de justiça, visto que em muitos casos a manutenção da ordem estabelecida é claramente injusta para determinados grupos sociais. O conceito de segurança privada, por outro lado, é definido de maneira mais pragmática, envolvendo

⁸ “Aquí, la hiperprotección es invasora, allá las amenazas son permanentes. Un difícil punto de equilibrio se debe entonces encontrar e reinventar permanentemente. La historia nos enseña que tenemos que mantener juntos y reunir dos imperativos aparentemente contradictorios: la necesidad de seguridad y la libertad creadora. El Estado de derecho y el civismo, es decir, el respeto al prójimo, son las condiciones indispensables de una síntesis armoniosa entre tranquilidad pública y democracia”.

um conjunto de iniciativas, instrumentos e técnicas com a finalidade de proteger a integridade e o patrimônio de uma pessoa ou um grupo específico, sendo representada principalmente por empresas de segurança eletrônica, que trabalham com instrumentos como alarmes, cercas elétricas e câmeras de vigilância. Podemos dizer de forma mais simplista que a segurança privada é aquela que pode ser comprada por cada indivíduo para sua própria proteção, enquanto a segurança pública é aquela oferecida pelo Estado para a manutenção da ordem social e da sensação de segurança dos cidadãos.

Nas últimas décadas a segurança pública no Brasil foi, em certa medida, invadida por práticas típicas da segurança privada, entre elas a própria política de videomonitoramento urbano, e apesar do aumento da atenção da União para este tema através de programas como o PRONASCI, o vazio da segurança pública e a mercadorização da segurança no país é uma questão que merece destaque.

2.1.1 Os medos que nos afligem

O debate sobre a segurança tem recebido crescentemente mais destaque, tanto na academia quanto na mídia nos últimos anos porque vivemos hoje em uma sociedade em que a cultura do medo tem se tornado, a cada dia, mais presente e mais intensa. Tal fato compreende inúmeras implicações acerca da maneira como as sociedades se organizam e reagem às questões que lhes são postas – o que, por vezes, pode acarretar em uma transformação deste mesmo medo em uma poderosa ferramenta de controle social e político.

Essa cultura do medo afeta inúmeros aspectos da vida em sociedade, desde o comportamento das pessoas em suas interações sociais – onde o medo e a insegurança redefinem as expectativas entre os indivíduos, dificultando a capacidade de ação, associação e participação política através de um sentimento de desconfiança generalizada, que reforça o individualismo –, até as influências acerca das políticas públicas voltadas para a segurança, o que acaba por gerar uma exploração política e econômica do medo e legitimar certas práticas sociais que auxiliam na sustentação das instituições que se favorecem desta cultura do medo e na manutenção de determinados padrões de estigmatização e segregação social.

No contexto atual, o medo passa então a fazer parte do imaginário coletivo, tomando proporções inéditas e sendo constantemente disseminado e reproduzido, e

por vezes criado intencionalmente para justificar determinadas ações. No período da ditadura militar brasileira, por exemplo, foi a figura assustadora do comunista que carregou a carga de temor utilizada para justificar os abusos e práticas autoritárias do governo, enquanto nos Estados Unidos de hoje o terrorismo é o bode expiatório para legitimar práticas imperialistas e políticas autoritárias. Assim, o medo aparece frequentemente como uma justificativa para o discurso da busca por segurança, e para a implantação de diversos processos de securização urbana, entre eles a instalação de sistemas de videomonitoramento eletrônico.

De acordo com o sociólogo Barry Glassner, a mídia, o mercado e a política tem historicamente feito uso desta poderosa ferramenta de controle social, e a disseminação desta onda de medo gera distorções e interpretações errôneas da realidade, fazendo com que os indivíduos tenham coisas que não deveriam, ou enxerguem relações causais que nada tem a ver com os fatos, ignorando assim os reais motivos de certas mazelas sociais (GLASSNER, 2003).

O que é ainda mais paradoxal em nossa cultura do medo é que, comparados com o passado, as sociedades ocidentais contemporâneas tem menos contato com a dor, o sofrimento e a morte do que em qualquer outro momento da história. Nossas preocupações vão muito além do razoável e não emergem mais de nossas experiências pessoais imediatas. São medos contra os quais não podemos lutar nem fugir, medos que somente podemos temer passivamente, e mais importante, medos que muitas vezes não estão ali:

“Há muito mais infortúnios sendo proclamados iminentes do que aqueles que acabam realmente ocorrendo, de modo que sempre podemos esperar que este ou aquele desastre recentemente anunciado acabe nos ignorando. Que computador foi danificado pelo sinistro "bug do milênio"? Quantas pessoas você conhece que foram vítimas dos ácaros de tapete? Quantos amigos seus morreram da doença da vaca louca? Quantos conhecidos ficaram doentes ou inválidos por causa de alimentos geneticamente modificados? Qual de seus vizinhos e conhecidos foi atacado e mutilado pelas traiçoeiras e sinistras pessoas em busca de asilo? Os pânicos vêm e vão, e embora possam ser assustadores, é seguro presumir que terão o mesmo destino de todos os outros.” (BAUMAN, 2008, p.14)

Dentre as infindáveis ameaças que cercam nosso imaginário cotidiano, os perigos contra o corpo e contra a propriedade são talvez aqueles que mais facilmente podem ser percebidos e observados, são os perigos que mais saltam à nossa vista e que se destacam em primeiro plano quando pensamos na expressão cultura do medo. Podemos listar aqui os medos causados pela violência que inunda os noticiários

televisivos e a mídia impressa, inclusive ganhando programas específicos que não mais abordam notícias em geral, mas se dedicam exclusivamente à cobertura de casos de violência e criminalidade. O perigo representado pela violência é o que mais claramente alimenta nossos medos e influencia nosso comportamento, encorajando e incentivando um sentimento geral de insegurança fazendo parecer que todos estão igualmente submetidos ao risco de ser assassinados, sequestrados ou assaltados a qualquer momento e em qualquer lugar.

De acordo com o último relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a percepção social em relação a segurança pública no Brasil, 62,4% da população afirma ter “muito medo” de assassinatos, 62,3% de sofrer assalto à mão armada, e 61,6% de ter sua residência arrombada⁹. Há uma pequena redução do sentimento de medo nas estatísticas na comparação entre os dados de 2012 e de 2010, entretanto, ainda é uma parcela muito grande da população vivendo sob uma constante sensação de insegurança em relação a ameaças que não sujeitam a todos da mesma forma.

Também se encaixam nos perigos contra o corpo e a propriedade nossos medos relativos às novas doenças que de tempos em tempos assombram o imaginário contemporâneo, com ameaças de pandemias capazes de trazer morte e sofrimento em escala global, como as recentes ondas de pânico causadas pelas gripes aviária em 2006 e suína em 2009. Além destes temores, há ainda nessa categoria o medo causado pelo risco de acidentes e catástrofes naturais, que ameaçam destruir não só a vida e a integridade física dos indivíduos, mas também seu patrimônio, como a destruição de suas casas e seus bens materiais. Aqui poderíamos citar o medo de deslizamentos como os acontecidos no Rio de Janeiro no início de 2011 ou da destruição causada pelos terremotos no Haiti em 2010.

Vale ressaltar aqui que terremotos e catástrofes como os deslizamentos no Rio de Janeiro e os terremotos no Haiti estão longe de ser uma ameaça geral para a sociedade, tampouco podem ser considerados acontecimentos frequentes. Os temíveis vírus mutantes das gripes aviária e suína, anunciados como capazes de causar a morte de milhões de pessoas tiveram menos vítimas letais do que a gripe comum no mesmo período, e apesar da importância da questão da violência em

⁹ Dados retirados do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) sobre segurança pública de 2012.

comunidades marginalizadas como as favelas das grandes cidades, afirmar que todos estão constantemente sujeitos aos mesmos riscos de serem vítimas da violência trata-se de apenas inflar a já altíssima taxa de ansiedade e insegurança dos indivíduos.

Além dos perigos que ameaçam diretamente a integridade física de cada um, existem ainda outros que alimentam a cultura do medo, ameaças que se fazem presentes de maneira mais sutil e indireta e que geram medos de outra ordem, medos que não são de ordem material, mas sim de ordem social e moral. Estes medos são mais profundamente interiorizados pelos indivíduos, e por esse motivo escapam mais facilmente à nossa percepção, mas nem por isso exercem menor influência sobre a sociedade, muito pelo contrário, são estes medos exatamente que sustentam e legitimam internamente questões como preconceito e segregação social. Estes perigos contra a ordem social representam o medo do caos, o medo do inadministrável, o medo de tudo aquilo que, de uma forma ou de outra, vá contra as normas estabelecidas pela sociedade e represente uma ameaça, real ou não, à ordem vigente, esse é o medo da diferença.

Aqui podemos incluir o medo em relação às minorias e a certos grupos sociais que causam desconforto e insegurança para as classes estabelecidas. Este medo, que toma forma como preconceito, está direcionado aos moradores de favelas e outras regiões marginalizadas das grandes cidades, aos negros – vistos de forma generalizada como criminosos em potencial –, aos homossexuais, travestis e prostitutas – que encarnam uma ameaça moral às normas da sexualidade –, e a outras minorias como moradores de rua, usuários de drogas, e grupos de jovens, especialmente das classes mais pobres.

É importante atentar-se aqui a quem tem medo de quem. As classes mais altas da sociedade temem, sobretudo, os pobres e as minorias e para evitar o contato com estes criam uma série de técnicas e estratégias de segregação enquanto tem ao seu lado o aparato policial e da segurança pública garantindo seus interesses. Essas mesmas minorias, entretanto, tem tanto medo da polícia quanto dos criminosos graças à violência policial e as arbitrariedades cometidas pelo sistema de justiça, o que ressalta o nosso ponto de vista sobre a amplitude do conceito de violência, evidenciando que os constantes investimentos em segurança pública não resultam necessariamente em uma diminuição da violência para todos.

Em Curitiba não é diferente, e os ameaçadores *indesejáveis* são facilmente reconhecidos. Na capital paranaense são especialmente os pobres, os negros, os

travestis e prostitutas, e os imigrantes nacionais que se mudam para a cidade modelo em busca de oportunidades que devem ser temidos e excluídos dos espaços nobres da cidade, enquanto os imigrantes europeus, a elite rica, branca e culta da capital, enfim, a famosa família curitibana, deve ser protegida a todo custo.

Aqui também se faz necessário ressaltar o caráter fictício, ou no mínimo equivocado desses medos das elites. Em relação ao estigma do negro como perpetrador de atos violentos, por exemplo, existe um enorme discurso que constantemente legitima e reafirma esse preconceito, entretanto, analisando atentamente as estatísticas, o percentual de homens negros **vítimas** de crime é muito maior que o de homens brancos.

Como afirma Glassner, nos Estados Unidos, um dos países com os maiores índices de preconceito racial, um homem negro corre 18 vezes mais risco de ser assassinado do que uma mulher branca, no entanto os noticiários televisivos levam a figura do criminoso negro para a sala de estar das famílias estadunidenses todas as noites, reforçando um sentimento de medo desnecessário que só faz aumentar o preconceito (GLASSNER, 2003). No Brasil, os dados se repetem, de acordo com uma pesquisa recente do Governo Federal apresentada ao Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) em 2010, 70,6% das vítimas de homicídio no país eram negros; 74,6% dos jovens de 15 a 29 anos assassinados eram negros e 91,3% destas vítimas eram do sexo masculino¹⁰.

Esse é apenas um dos casos de perigos contra a ordem social que se proliferam em nossa cultura do medo, mas podemos aplicar os mesmos efeitos e causas à homofobia ou à marginalização das classes mais pobres, e até casos de preconceito que recebem menos destaque como usuários de drogas, moradores de rua e algumas minorias religiosas.

Assim, por meio deste conceito de cultura do medo, podemos compreender de forma um pouco mais clara, como algumas práticas securitárias são legitimadas e aceitas sem grandes discussões pela sociedade, abrindo espaço para um discurso do combate à violência e da busca constante por segurança, sem dar mais atenção às consequências negativas e aos usos efetivos dessas práticas.

¹⁰ Os dados foram recolhidos do DataSUS/Ministério da Saúde e do Mapa da Violência 2011.

2.1.2 O caso brasileiro: preenchendo o vazio da segurança pública

O debate sobre as políticas de segurança pública no Brasil não pode ser deixado de lado ao se estudar quaisquer temas relacionados à violência, criminalidade e segurança, visto que em nosso país, há um vazio de atuação da União nesta área, que só começou a ser preenchido recentemente, e mesmo assim, marcado por uma invasão da segurança privada na esfera pública. Entretanto, frente ao amplo debate que existe sobre o tema neste capítulo me restrinjo a fazer um breve resgate dessa discussão de moda a apenas contextualizar de forma bastante resumida essa questão tão rica e importante, e que mereceria outra dissertação para dar conta de todos os fatores envolvidos.

Essa distância entre a segurança pública e a atuação da União deu-se graças ao caráter descentralizador da constituição de 1988 que, ao promover a separação entre segurança pública e defesa nacional transferiu para os estados a responsabilidade no combate à violência urbana e na manutenção da ordem pública. Uma tarefa bastante complexa em um contexto de transição democrática, sob a influência de uma insegurança urbana crescente e uma demanda por mudanças na atuação dos órgãos públicos de segurança, ainda carregados de resquícios autoritários da ditadura militar.

Nesse contexto, apesar do discurso de defesa da cidadania e proteção de direitos, o que se encontrava de fato na área da segurança pública, em especial na atuação das polícias, era a garantia dos direitos de alguns e a velha brutalidade arbitrária para as classes populares, em especial negros e moradores das periferias e favelas.

Esse processo de criminalização da pobreza e segregação das classes mais baixas, ao lado do esvaziamento do Estado nos âmbitos econômico e social vivenciado nesse período, não apenas no Brasil mas em escala global, desenhava uma situação contraditória no que se refere ao papel do Estado, onde temos um “Estado para os pobres” com menos assistência, mais controle e repressão policial, e um “Estado para os ricos” com menos controle econômico e fiscalização (CARVALHO; SILVA, 2011). No caso estudado, esta segregação espacial e invisibilização da

pobreza é ainda mais evidente e se conecta a uma organização do espaço urbano planejada e praticada desde o final do século XIX¹¹.

Pode-se então afirmar que a “constituição cidadã” não culminou na construção de uma política de segurança pública baseada em ideais democráticos e apesar das demandas dos movimentos sociais não houve a necessária participação da sociedade nesse sentido. Assim, durante as décadas de 1980 e 1990, apesar do crescimento da violência criminal e do aumento significativo da sensação de insegurança e medo experimentada pelos cidadãos, especialmente nos grandes centros urbanos, o campo da segurança pública foi marcado por indiferença e imobilismo por parte da União (SOARES, 2007) e por medidas paliativas em situações emergenciais por parte dos estados (CARVALHO; SILVA, 2011), o que resultou em políticas públicas deslocadas da realidade social, desprovidas de articulação com as demais entidades federativas e sem um sentido de continuidade necessário para se alcançar resultados efetivos nessa área.

Em poucas palavras, a transição democrática da constituição de 1988 não se estendeu à segurança pública, trazendo consigo heranças de nosso passado autoritário e ineficiência do ponto de vista da cidadania, deixando um vazio sobre a atuação do Estado para a garantia da segurança de seus cidadãos, vazio esse que, antes de ser corrigido pelo Estado, abriu espaço para que a iniciativa privada tomasse a frente da questão, e assumisse a responsabilidade – e a rentabilidade – pela proteção daqueles que puderem arcar com seus custos, assim, o mercado da segurança cresceu no país tornando-se um nicho cada vez mais lucrativo.

Os argumentos – usados tanto pelos empreendedores quanto pela mídia – basearam-se majoritariamente nos aumentos dos indicadores de violência e criminalidade no país, e na crescente sensação de medo e insegurança. Entretanto, sozinhos esses argumentos não são suficientes para explicar o crescimento da segurança privada no Brasil. Um importante fator que deve ser levado em conta é o crescimento da indústria da segurança nas sociedades ocidentais em geral, combinada com os avanços tecnológicos dos equipamentos cada vez mais sofisticados para segurança (KANASHIRO, 2008).

¹¹ A articulação entre planejamento urbano e segregação social na cidade de Curitiba será discutida no capítulo 4 desta dissertação.

Além desses fatores, Kanashiro aponta que é possível perceber nesse período uma relação bastante próxima entre os gestores de políticas públicas e o setor de negócios, caracterizada por uma pressão dos empreendedores da segurança privada no sentido de estimular mudanças em leis e políticas acerca da obrigatoriedade do uso de equipamentos de segurança e da criação de novas leis e políticas estimulando o crescimento do setor de segurança e contribuindo para o fortalecimento desses grupos (KANASHIRO, 2008).

Nesse contexto as câmeras de videomonitoramento, ao lado dos sistemas de alarmes, cercas elétricas, concertinas e outras arquiteturas *anti-indesejáveis*¹² aparecem como uma das principais ferramentas da iniciativa privada para dar conta das demandas por segurança e proteção da sociedade, aparecendo inicialmente em sistemas privados de segurança de bancos e instituições financeiras e se expandindo em seguida para condomínios fechados e estabelecimentos comerciais de diversos tipos e, finalmente, chegando aos espaços de circulação pública.

Assim, na segunda metade da década de 1990 podemos identificar um “boom” no uso dos sistemas eletrônicos de segurança no Brasil, bem como o crescimento do número de câmeras de vigilância instaladas em vizinhanças, condomínios e edifícios comerciais, voltadas não apenas para o interior de seus espaços, mas também para as ruas, ainda baseadas sempre no argumento do medo e da insegurança por parte da população, e do crescimento da violência e do crime.

2.1.3 A securização urbana e o medo do outro

“Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado” (SANTOS, 1992) e esse medo constante traz para a contemporaneidade uma série de mudanças visíveis até mesmo na arquitetura recente, transformando a paisagem urbana em uma tentativa de enfrentar a violência, o medo e a insegurança. Podemos observar hoje a materialização no espaço urbano dessa espécie de paranoia coletiva do medo e da busca por segurança através de um

¹² As arquiteturas anti-indesejáveis são objetos técnicos dos processos de securização urbana que visam expulsar determinados indivíduos de espaços onde sua presença não é bem vinda. São exemplos as lanças que impedem que moradores de rua se sentem em vitrines de estabelecimentos comerciais, e as próprias câmeras de videomonitoramento.

processo chamado por Lucas Melgaço de *securização urbana* (MELGAÇO, 2010). Este conceito traz uma inestimável colaboração para a discussão desta dissertação, e assim torna-se necessária uma definição mais completa do termo¹³.

Para o autor, este processo de securização consiste na implantação de objetos e formas urbanas voltadas à busca por segurança, ou, pelo menos, à diminuição do sentimento de insegurança. Cabem nesse processo, portanto, todas as arquiteturas de combate ao medo e a violência, desde a criação de espaços exclusivos, a instalação de objetos e dispositivos de proteção perimetral e a informatização do cotidiano para fins de segurança. Contudo, devemos ressaltar que a securização de um local não significa necessariamente que tal espaço se tornará de fato mais seguro, visto que, sendo uma prática que se constitui apenas enquanto uma resposta quase automática ao discurso do medo, esta acaba atuando mais no plano psicológico do que no da efetiva redução de riscos. A securização urbana refere-se, portanto, apenas à implantação de técnicas e dispositivos visando à busca por segurança, e não a garantia de que tais técnicas serão eficientes.

A segurança é dessa forma instrumentalizada e reificada, transformada numa mercadoria que pode ser conquistada através da compra. Um aspecto que nos interessa mais especificamente sobre esse processo de securização urbana e que é apontado também por Melgaço em sua tese diz respeito aos reais objetivos desse processo e aos resultados que ele articula:

É importante também destacar que a securização tem uma preocupação maior com a segurança do patrimônio e apenas secundária com a segurança pessoal, além do mais, a segurança é o objetivo principal, mas não o único do processo de securização, já que ele é também utilizado para promover segregação através da criação de espaços homogêneos e livres de pessoas indesejadas. **Pode-se até falar em segurança aqui, mas não aquela relacionada ao risco de se sofrer uma violência, mas, sim, à segurança de se estar entre iguais.** (MELGAÇO, 2010, p. 67, grifo nosso)

Assim, podemos observar as paisagens urbanas sendo alteradas por esse processo de securização por meio de dispositivos e arquiteturas que são legitimadas e justificadas pela busca por segurança e combate à violência, mas que, se analisadas de forma mais profunda revelam outras características e objetivos, em razão dos quais podem ser chamadas de arquiteturas *anti-indesejáveis*, entre as quais se inclui, mas

¹³ Para uma análise mais profunda dos processos de securização urbana, especialmente na cidade de Campinas-SP ver MELGAÇO, 2010.

não apenas, os sistemas de vigilância e de videomonitoramento urbano como o da cidade Curitiba.

Esses objetos trazem em si o objetivo de impor o movimento e o consumo. Eles são instalados para impedir a permanência dos indivíduos e para expulsar a presença de certos grupos considerados inconvenientes, como mendigos, usuários de drogas, vendedores ambulantes, prostitutas, travestis e grupos de jovens, mas em especial, pobres, enfim, *consumidores falhos*, incapazes de dar lucro. Nesse sentido essas práticas se tornam evidências de que vivemos hoje um período de assustadora intolerância em relação ao outro, onde se cria uma confusão entre o medo da violência e o medo da diferença: “A violência está sempre no ‘outro’ e nunca no ‘eu’” (MELGAÇO, 2010).

Como o historiador Jacques Le Goff ressalta: o uso do espaço como instrumento de segregação está longe de ser exclusividade de nosso tempo, desde a idade-média o medo da população se materializava em políticas segregadoras contra seus respectivos indesejáveis (LE GOFF, 1998). O higienismo, por exemplo, que inicialmente foi pensado como um conjunto de normas sanitárias para a melhoria da saúde pública logo foi transformado em higienismo social, voltado para expulsar dos centros urbanos não apenas as doenças, mas também seus agentes transmissores: os pobres.

O próprio planejamento urbano moderno trará consigo essa valorização da rua enquanto espaço de circulação, de fluxo e de ordenação da vida pública, e para que essa fluidez possa ser alcançada empreende técnicas e estratégias variadas para suprimir o encontro entre as diferenças e promover a segregação socioespacial destes indesejáveis.

O outro, especialmente o pobre, encarna então o papel do inimigo a ser combatido, do mal a ser expulso da convivência dos demais cidadãos, ele torna-se o protagonista dessa cultura do medo e o alvo dos processos de segregação empreendidos pela securização urbana. Retomando as ideias de Bauman é possível afirmar que o medo encontra sua materialização na figura do estranho, do indesejável, do desviante, criminalizando esses grupos pelo desconforto que eles causam para alguns, e utilizando o discurso do medo para justificar práticas securitárias que estão mais interessadas em promover o controle, a segregação e o lucro, do que de fato a segurança.

Nesse ambiente, criminalizam-se grupos específicos da sociedade, e o medo do crime, da “desordem”, do “distúrbio” e da violência é utilizado como pretexto para um eficaz controle social, além de alimentar poderosas engrenagens do capitalismo contemporâneo: o “mercado da segurança” e o “mercado da informação”. (SOUZA, 2008, p.152)

A violência e a segurança então, muitas vezes são apenas pretextos para justificar um processo de securização motivado por outros interesses, seja para delimitar determinados espaços para o uso exclusivo de uns, ou para promover a segregação socioespacial de outros. Mesmo o discurso do medo que aparece aqui é muito mais o medo do outro que o medo da violência propriamente dita.

2.1.4 A Informatização da segurança

Esse processo de securização urbana não está limitado a transformações físicas da paisagem, além da instalação de cercas, concertinas, muros e lanças para expulsar os indesejáveis de certas áreas da cidade, o espaço urbano passa a ser alvo também de uma intensa transformação informacional, onde a criação de bancos de dados e o controle sobre a informação passa a ser uma variável chave na busca por segurança.

As constantes inovações e avanços tecnológicos no caso das câmeras de vigilância são um exemplo claro de como a captação e o processamento cada vez mais rápido e onipresente de informações é um dos principais propulsores do mercado da segurança e dos investimentos constantes na instalação de novos e mais modernos dispositivos e técnicas securitárias, seja graças à melhoria na resolução das câmeras, ao zoom com maior alcance e definição, ou a dispositivos como sensores de visão noturna, identificação automática de placas de veículos e até mesmo de rostos de pessoas.

O ‘sistema de obsolescência’ que rege o mercado também tem seu papel. Os produtos mais recentes oferecidos nas feiras de segurança sempre mostram um ‘atraso’, o que se comprou no ano passado já se tornou velho, Os produtos mais novos e mais tecnologicamente desenvolvidos são sempre apresentados pelo mercado que por sua vez opera caminhando em direção a um limite supostamente infinito, sempre sinalizando um fosso a ser transposto para ‘tornar-se moderno’. (KANASHIRO, 2008, p.283).

Essa importância crescente da informação na contemporaneidade, bem como o aumento da velocidade e consequente redução do tempo de sua transmissão altera a forma como se dá a busca por segurança e influencia diretamente nos processos

de securização. As polícias e também as empresas de segurança privada são cada vez mais dependentes de um eficiente sistema de comunicação e de bancos de dados e sistemas georreferenciados para exercer seu papel com eficiência e organizar suas ações de forma coordenada.

Entretanto, essa informatização do cotidiano traz também em seu bojo uma inevitável alienação tecnológica. Vejamos por um momento o exemplo da internet: suas contribuições para o cotidiano, a agilização da comunicação e incontáveis possibilidades são inquestionáveis, ainda assim, há um aspecto que por vezes passa despercebido. Cada pesquisa realizada nos servidores de busca, cada e-mail enviado, cada informação gerada é passível de ser rastreada e armazenada, criando-se assim um banco de dados virtualmente infinito que pode ser usado das mais diversas maneiras, desde a criação de publicidade e marketing direcionado diretamente ao perfil de cada consumidor individualmente, até a resolução de crimes¹⁴.

Essa capacidade quase infinita de acumulação de bancos de dados e de cruzamento das informações entre eles tem ao mesmo tempo um lado encantador e assustador, como aponta Melgaço:

Encantadora pelo fato dessa integração de dados permitir, por exemplo, que através de uma simples impressão digital um hospital tenha acesso a uma multiplicidade de informações sobre um paciente encontrado inconsciente em via pública. O banco pode conter dados como nome, endereço, telefones para contato, histórico de internações hospitalares, principais alergias, tipo sanguíneo, dentre várias outras informações que poderão ser cruciais para um atendimento bem sucedido. Por outro lado, a disseminação dos bancos de dados é assustadora por gerar um cotidiano controlado e promotor de possíveis injustiças: a saber, um empregador em posse de informações sobre o histórico de doenças de um pretendente a cargo pode, de maneira ilegítima, recusar sua candidatura. (MELGAÇO, 2010, p.183)

Tendo em vista esse potencial de controle carregado por um sistema informacional integrado, podemos afirmar que a instalação de uma câmera de vigilância, ou qualquer outro dispositivo capaz de gerar informações digitais, traz consequências muito mais complexas do que a simples instalação de uma cerca elétrica ou outras arquiteturas *anti-indesejáveis*, visto que seus efeitos possuem uma ação deslocada do tempo e do espaço onde foram executadas, e as informações

¹⁴ Um exemplo do uso de informações digitais utilizadas dessa forma foi a resolução do caso April Barber em 2002, onde o histórico de buscas pelas palavras “tiro”, “homicídio” e “seguro de vida” realizadas pelo marido da vítima no site google.com foi utilizado como evidência e levou a polícia a concluir que ele havia sido o autor do crime (BIG, 2006)

geradas pela câmera podem ser recuperadas muito tempo depois da captura das mesmas, e, assim como as informações na internet, podem ser usadas com diferentes fins, podendo tanto gerar saberes e informações úteis, para a segurança e para outras áreas do planejamento urbano, quanto ser também uma ferramenta para a promoção de novas violências e formas de segregação e controle.

A presença das câmeras de vigilância se tornou um elemento corriqueiro em nosso cotidiano, e é encarada tanto pelos gestores urbanos e de segurança pública, como também pelos cidadãos em geral como uma das principais ferramentas de combate à violência e à criminalidade e como uma espécie de panaceia capaz de curar praticamente todos os males e vícios da vida urbana.

Contudo, o que pretendo demonstrar nessa dissertação é que assim como quaisquer outros sistemas tecnológicos, a presença das câmeras não é suficiente para resolver o problema da segurança. As câmeras nada mais fazem que capturar, transmitir e armazenar imagens sem significados implícitos que apenas serão atribuídos pelo elemento humano representado pelos operadores dos sistemas de videomonitoramento. São esses que irão observar, interpretar e reagir à essas imagens (SMITH, 2004). Sem o elemento humano por trás dos monitores da sala de controle, qualquer sistema de vigilância seria completamente inútil, o determinismo tecnológico que atribui às câmeras o poder de enfrentar a violência urbana e garantir a segurança, parece esquecer-se que quem exerce esse poder são os operadores das mesmas, e que sem a atuação desses pouco importa o alcance e a resolução das câmeras.

2.2 FALANDO DE VIGILÂNCIA

Apesar de se constituir como um campo de investigação científica relativamente recente, os chamados Estudos de Vigilância estão longe de apresentarem um consenso sobre o que é e como funciona a vigilância na contemporaneidade, e devido ao seu caráter de interdisciplinaridade, envolvendo disciplinas da Psicologia Social à Arquitetura e Urbanismo, constitui-se como uma área rica em diferentes abordagens e enfoques.

Nas próximas páginas farei uma pequena revisão sobre aquelas que são consideradas as três principais aproximações teóricas sobre a questão da vigilância visual. A primeira, e mais cara a este pesquisador, é a abordagem da Sociologia, que

se pauta principalmente pela imagem do Panóptico de Michel Foucault e oferece uma boa base geral para se pensar os processos de vigilância e as novas tecnologias da informação. Em seguida apresentarei brevemente a forma como a Criminologia Crítica trata o tema, buscando suas relações com a gestão de riscos e com as influências das políticas neoliberais e enfraquecimento do papel do Estado, o que oferece algumas contribuições interessantes para se pensar o caso brasileiro num contexto mais macrossociológico. E finalmente trarei as contribuições da Geografia Urbana para o tema, que focam principalmente nas relações entre vigilância e urbanismo, trazendo ricas contribuições para a problematização do caso curitibano e das articulações entre vigilância, planejamento urbano e segregação social.

2.2.1 Sociologia: Tecnologia e simulação

A abordagem empreendida pela Sociologia sobre a questão da vigilância é com certeza dominada por imagens baseadas no Panóptico¹⁵ foucaultiano. Nesse modelo de vigilância o controle era mantido pela constante sensação de que os objetos da vigilância (prisioneiros, pacientes, estudantes, operários, etc.) eram vigiados por olhos invisíveis. Sem saber se estavam ou não sob supervisão, mas obrigados a assumir que estavam, a conformidade era a única opção realista ao indivíduo. Assim o desenho arquitetônico do Panóptico criava um estado consciente e permanente de visibilidade que assegurava o funcionamento automático do autocontrole e da autodisciplina.

Alguns autores argumentam no sentido de que o desenvolvimento técnico dos sistemas de videomonitoramento ampliou significativamente o potencial disciplinador da vigilância panóptica para o espaço público. Com novas tecnologias que transcendem a noção de espaço-tempo e através de redes de telecomunicações esses sistemas conseguem monitorar espaços cada vez mais amplos sem a necessidade da presença física do vigia.

Segundo, Fyfe e Bannister (1994), os sistemas de CFTV, assim como o Panóptico, ampliam o poder dos observadores sobre os observados, possibilitando uma resposta rápida a quaisquer desvios à conformidade e também através de uma

¹⁵ O modelo Panóptico de vigilância será mais profundamente explorado no capítulo 3 desta dissertação.

pressão coercitiva de ajuste de comportamento. Entretanto, Norris e Armstrong (1999) ressaltam que essa comparação não pode ser feita sem ressalvas, e que existem diversos fatores que podem limitar a capacidade da videovigilância de acionar os princípios do Panóptico, especialmente quando estamos lidando com o videomonitoramento de espaços públicos.

O primeiro problema da adaptação do modelo Panóptico aos espaços públicos abertos reside no fato de que nesses ambientes os indivíduos monitorados não estão restritos a um local fixo e controlado, não estão individualizados como no Panóptico, e por esse motivo o monitoramento contínuo é virtualmente impossível. Sendo assim, a armadilha da visibilidade imposta pelo Panóptico não é mais constante e onipresente e o ajuste de comportamento pode ser quebrado: “a conformidade antecipatória pode ser um fenômeno estritamente temporal e espacial, em que aqueles indivíduos com intenções desviantes alteram o lugar e o tempo de suas atividades para fora do olhar das câmeras” (NORRIS; ARMSTRONG, 1999, p.92, tradução nossa¹⁶).

Outra limitação do videomonitoramento urbano está relacionada ao problema da classificação. No Panóptico, quando o vigia exerce o poder de identificar e classificar os vigiados, ele está amparado por um vasto conjunto de saberes sobre aqueles indivíduos, compilado pela própria instituição disciplinar – através de fichas criminas sobre os presos, históricos médicos sobre os pacientes ou currículos escolares sobre os alunos – enquanto que no videomonitoramento os operadores não possuem esse arcabouço de informações sobre a população vigiada, eles não estão aptos a sistematicamente identificar e classificar os indivíduos como fazia o vigia da torre central, no entanto ainda assim o fazem, acionando mais frequentemente sua própria subjetividade e preconceitos do que informações objetivas sobre os alvos de sua observação, classificando e rotulando os indivíduos sob o escopo das câmeras, e definindo quem deve e quem não deve ser vigiado.

Norris e Armstrong (1999) apontam ainda para o fato de que a resposta dos operadores de sistemas de videomonitoramento aos desvios que venham à ser percebidos por sua observação está restringida pelo fato de que eles próprios não são capazes de intervir diretamente sobre os incidentes, visto que não estão presentes

¹⁶ “Anticipatory conformity may be a strictly temporal and spatial phenomenon, with those individuals with deviant intentions shifting the time and place of their activities to outside the camera’s gaze”

fisicamente nos locais observados, assim, a resposta às quebras na conformidade vai depender da capacidade dos operadores de acionar intervenção de outros agentes, externos à observação (como a polícia por exemplo), e da disponibilidade e velocidade da atuação desses agentes.

Apesar dessas questões, existe no campo dos Estudos de Vigilância um certo determinismo tecnológico, direcionando a maioria dos trabalhos sobre o tema a uma abordagem que analisa a presença das câmeras de videovigilância a partir do pressuposto de que sua simples presença garante sua efetividade, seja com resultados positivos, reduzindo índices de criminalidade, seja com resultados negativos, restringindo a liberdade e a privacidade. Assume-se que os sistemas de vigilância visual foram introduzidos para detectar e prevenir crimes ou para estender o potencial disciplinador do panóptico. O que frequentemente falta nessa literatura é uma abordagem microssociológica da construção e operação destes sistemas de vigilância visual em diferentes configurações institucionais, “isto subestima tanto o papel dos fatores sociais na formação da tecnologia em primeiro lugar, como também a variedade de contextos sociais que media seu uso” (LYON, 1994, p.9, tradução nossa¹⁷)

Para além da abordagem panóptica sobre a vigilância contemporânea, há ainda alguns autores que se balizam pelo trabalho de Baudrillard para argumentar é o conceito de simulação que melhor representa os sistemas de videovigilância atuais. Stephen Graham (1998) sugere que a rápida expansão das redes de vigilância visual está ligada a emergência da simulação vigilante como tentativa de controle social, chamando a atenção para as relações entre sistemas de vigilância e mudanças geográficas, padrões de inclusão/exclusão e a própria dinâmica espacial da chamada sociedade da informação.

2.2.2 Criminologia Crítica: Crime e gestão de riscos

Grande parte da literatura da criminologia crítica sobre a videovigilância trabalha entendendo os sistemas de videomonitoramento enquanto ferramentas de prevenção à criminalidade, no entanto, alguns criminólogos tem argumentado que o

¹⁷ “It underestimates both the role of social factors in shaping the technology in the first place, and also the variety of social contexts that mediate its use”.

rápido crescimento do uso desses sistemas está mais ligado a mudanças políticas mais amplas, estabelecendo conexões entre políticas neoliberais e estratégias de gestão de riscos e controle social no combate ao crime, buscando tornar as populações urbanas mensuráveis através da categorização, diferenciação e classificação em hierarquias que permitam uma melhor governança¹⁸ das cidades (McCAHILL; NORRIS, 2002).

O que vemos aqui, de acordo com esses criminólogos, é uma mudança na forma como o crime passou a ser problematizado pelos gestores da segurança pública. Durante a maior parte do século XX o ideal da reabilitação e do tratamento do criminoso dominou o discurso criminológico sob a imagem do Estado de bem-estar. Entretanto, diante do enfraquecimento do poder estatal, de uma demanda crescente sobre o sistema de justiça e em reação aos altos índices de criminalidade e medo das últimas décadas, houve uma mudança no discurso que passou a dar maior ênfase a uma resposta preventiva ao crime e a uma atuação baseada na gestão de riscos (GARLAND, 1996 apud McCAHILL; NORRIS, 2002).

Essa nova abordagem passa a entender o crime como uma questão de oportunidade, e trabalha com a figura do criminoso com um “ator racional”, que pensa em relações de custo-benefício para cometer um crime, pesando os riscos e os ganhos potenciais de seus atos, antes de realizar uma infração e, dessa forma, só age quando esses ganhos potenciais são considerados maiores que os riscos. Seguindo essa perspectiva há uma mudança nas políticas de combate ao crime e à violência, que deixam de focar sobre o indivíduo que comete o crime e dirigem seus esforços na gestão de “situações criminogênicas”¹⁹. O videomonitoramento, por exemplo, por meio da presença crescente das câmeras de vigilância no espaço urbano atua no sentido de aumentar os riscos para o criminoso, e assim, diminuir as oportunidades para a ocorrência de crimes.

Assim, esse novo olhar empreendido pelas políticas de prevenção à violência e à criminalidade deixa de se preocupar com a identificação do criminoso individual para lhe imputar a culpa e a responsabilidade pelos crimes cometidos e, a partir daí,

¹⁸ Governança é um conceito que se refere às condições que garantem a atuação eficiente de um governo.

¹⁹ São chamadas de situações criminogênicas aquelas que geram oportunidade para a ocorrência de um crime.

impor-lhe a punição cabível, e passa a se preocupar agora com a identificação, classificação e gestão de coletividades. Deixa-se de lado o foco da suspeita individual, e olha-se agora para a probabilidade de que um membro de determinado grupo cometa alguma infração. O sistema de justiça passa a estar cada vez mais apoiado sobre estatísticas e probabilidades, e a agir baseado na avaliação de riscos, do que na identificação do comportamento criminoso em si, exercendo uma vigilância em massa sobre as populações e trabalhando com perfis de criminosos potenciais e ações preventivas para controlar determinados grupos como uma estratégia de gestão de riscos.

A sociedade do risco é alimentada pela vigilância, pela produção rotineira de conhecimento sobre as populações e úteis para sua administração. A vigilância fornece biopoder, o poder de fazer perfis biográficos de populações humanas para determinar o que é provável e possível para elas. A vigilância fabrica pessoas ao redor de normas estabelecidas institucionalmente. O risco está sempre em algum lugar do continuum da normalidade imprecisa. (ERICSON; HAGGERTY, apud McCAHILL; NORRIS, 2002, p.9, tradução nossa²⁰).

Em nenhum outro processo de securização e mesmo de vigilância informacional, isto é mais evidente do que na instalação de sistemas de videomonitoramento urbano, e nesse sentido, podemos afirmar que o crescimento destes sistemas se alinha as políticas de gestão de riscos apontadas pela criminologia crítica. A ênfase no risco torna todos os indivíduos alvos legítimos para a vigilância: somos todos potencialmente culpados, até que nosso perfil diga o contrário.

Este olhar da gestão de riscos e da classificação e regulação de diferentes grupos corrobora os dados coletados durante a pesquisa, demonstrando como os processos de securização urbana, e em especial o videomonitoramento, contribuem para a manutenção de um padrão de segregação socioespacial sobre determinados grupos que são considerados potencialmente perigosos. Assim se estabelece quem são os *indesejáveis*, aqueles que devem ser vigiados. Em Curitiba são os pobres, os negros, e especialmente os jovens, que estão constantemente sob o escopo das

²⁰ "Risk society is fuelled by surveillance, by the routine production of knowledge of populations useful for their administration. Surveillance provides biopower, the power to make biographical profiles of human populations to determine what is probable and possible for them. Surveillance fabricates people around institutionally established norms. Risk is always somewhere on the continuum of imprecise normality".

câmeras de vigilância, tornados alvos de rotulação prévia de seus comportamentos e intenções, são criminosos em potencial, antes mesmo de cometer qualquer crime.

É importante observar que muitos dos programas empreendidos pelo Estado para ações práticas de gestão de riscos tem sido cada vez mais direcionados para a ação e intervenção de outros agentes que não o próprio Estado e as polícias, transferindo parte da responsabilidade pelo combate e prevenção da criminalidade para “além do aparato estatal, para as organizações, instituições e indivíduos na sociedade civil” (McCAHILL; NORRIS, 2002), diminuindo assim a carga de responsabilidade do Estado sobre esses elementos.

Essa transferência de responsabilidade do Estado para a Sociedade Civil é típica da adoção de políticas neoliberais e do enfraquecimento do Estado de Bem-estar. No caso brasileiro podemos ver claramente essa tendência analisando o surgimento do PRONASCI e da chamada “segurança cidadã”, onde o convênios de ação comunitária empreendem exatamente esse movimento ao compartilhar entre o Estado e a comunidade a responsabilidade pela prevenção da violência.

2.2.1 Geografia Urbana: Vigilância e urbanismo

Diferente das literaturas sociológicas e criminológicas sobre o tema, os geógrafos urbanos tem focado seus estudos nas mudanças e transformações sofridas pelo urbanismo contemporâneo sob influência da introdução dos sistemas de videomonitoramento. Muitos autores relacionam o rápido crescimento da instalação de sistemas de videomonitoramento em espaços públicos a um processo de revitalização e revalorização dos centros urbanos, ressignificando o espaço público, que deixa de ser o local do convívio e do encontro das diferenças para se tornar um espaço do consumo, se articulando dessa forma à criação de novas fronteiras para os *indesejáveis*.

Nesse processo, a introdução dos novos sistemas de vigilância²¹ faz parte de uma série de mudanças e transformações no urbanismo contemporâneo e na forma como o indivíduo experimenta a vida urbana. Historicamente a cidade é vista como um ambiente de diversidade e de interação entre as diferenças. A partir dessa

²¹ Os aspectos e diferenças do que tem sido chamado de “nova vigilância” serão abordados no capítulo 3 desta dissertação.

interação constante e direta com o *outro* a experiência da cidade dá origem a um conjunto de controles inconscientes e involuntários que ajudam a manter a paz pública, controles esses criados e executados pelas próprias pessoas e que regulam o comportamento em lugares públicos. No entanto, a incapacidade ou a falta de vontade de conviver com a diferença é o que alguns autores consideram como a verdadeira causa da desordem urbana (BANNISTER; FYFE; KEARNS, 1998).

O medo do *outro*, portanto, aliado a diferentes interesses políticos e econômicos, tem influenciado as práticas de planejamento e de securização urbana a utilizar técnicas para limitar e impedir o contato entre diferentes classes, raças e grupos sociais, impondo uma “ecologia do medo” nas cidades contemporâneas, onde a diferença não é vista como algo a ser celebrado, mas sim gerenciada, segregada e excluída, contribuindo para o crescimento de um processo de individualização e uma intensificação do isolamento social, da insegurança e do medo.

Quanto menos convivemos com o *outro*, tendo assim menos contato direto com as diferenças, menos previsível se tornam os comportamentos dos demais, alterando nossas expectativas, dificultando as interações sociais em lugares públicos e ampliando a tensão e a cautela com que nos relacionamos uns com os outros em tais situações.

Essa perspectiva teórica aponta ainda para uma tendência geral de erosão dos espaços públicos, que estão sendo reconstituídos, não como um ambiente de interação social, mas como local de consumo de massa, projetando os centros das cidades de maneira a atrair consumidores e turistas, utilizando os processos de securização e especialmente os sistemas de vigilância como uma forma privilegiada de oferecer um local seguro e livre de riscos para os consumidores. Em um estudo apresentado por Norris e Armstrong, por exemplo, um vídeo promocional sobre o sistema de videomonitoramento instalado na região central de uma cidade enfatizava não a detecção de crimes, mas a revitalização do centro cidade e o incentivo ao comércio local (NORRIS; ARMSTRONG, 1998).

Esse processo de revitalização dos centros tem sido empreendido nas últimas décadas em muitas cidades pelo mundo, geralmente guiados pelos grupos de *Town Centre Management*²² (TCM), que, assumindo que os centros das cidades são locais

²² Tradução nossa: Gerenciamento de centros urbanos.

sujos, perigosos e ameaçadores, e que assim o comércio nessas regiões perdia cada vez mais espaço para os *shopping centers*, buscaram enfrentar os problemas de violência, criminalidade e insegurança dessas áreas a fim de reintroduzir uma sensação de bem-estar e atrair de volta o consumidor através de inúmeras práticas de planejamento e securização urbana.

Dentro dessas práticas de securização mobilizadas pelos TCM, a instalação de amplos sistemas de videomonitoramento merece destaque pela sua crescente popularidade, sendo hoje uma das práticas securitárias mais comuns desse processo e difundindo-se rapidamente tanto nos centros de grandes metrópoles quanto em pequenas cidades do interior:

Sete milhões de olhos [...] É a estimativa de quantas câmeras de circuito fechado vigiam os espaços públicos no mundo. Na conta não estão incluídos os espaços privados. Só na Inglaterra, o país campeão absoluto da vigilância, são 4,2 milhões de câmeras. Cada habitante de Londres é flagrado pelo menos 300 vezes por dia por esses artefatos. (ROSA, 2006, p.32)

Lucas do Rio Verde²³ está prestes a ser o primeiro município mato-grossense com quase 100% da área urbana monitorada. O projeto teve início no ano passado e a previsão é de que dentro de 30 dias, 12 câmeras de vídeo monitoramento estejam instaladas e em pleno funcionamento²⁴.

No entanto, apesar do crescimento acelerado dessa prática e sua presença cada vez mais fixada no cotidiano da cidade, são crescentes também as suspeitas – e na maioria dos casos a confirmação – de que essas tecnologias, e os processos de securização em geral, não são usados apenas para a prevenção à violência e o combate à criminalidade, mas também para monitorar determinados grupos e minorias considerados “inaptos” a circular em determinados espaços: *indesejáveis* que são vistos como ameaças potenciais para a experiência daqueles que querem usufruir do consumo para o qual essas áreas foram planejadas (McCAHILL; NORRIS, 2002).

Tal perspectiva dá visibilidade aos usos do videomonitoramento para “higienizar” os espaços públicos, expulsando moradores de rua, jovens, prostitutas, travestis e outros grupos que constituem um incômodo para os consumidores em potencial. De acordo com Bauman, aqueles que são expulsos desses espaços não o

²³ Município do interior do Mato Grosso, com aproximadamente quarenta e cinco mil habitantes.

²⁴ <<http://www.sonoticias.com.br/noticias/7/157802/doze-cameras-farao-monitoramento-de-lucas-do-rio-verde>>

são simplesmente por serem jovens ou negros, mas o são por serem consumidores falhos, por serem incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor e por lhes faltarem os recursos necessários para consumir (BAUMAN, 1998).

O videomonitoramento é usado dessa forma para reduzir a presença da diferença nos espaços monitorados, criando um ambiente de convívio econômico e sociocultural livre de *indesejáveis*. Alguns trabalhos empíricos, incluindo a pesquisa desta dissertação, confirmam esse foco do videomonitoramento sobre grupos que estão “fora do lugar” nesses novos espaços de consumo, demonstrando que a maioria dos alvos da vigilância são normalmente grupos de pessoas jovens, que não estão realmente causando problemas com quaisquer atividades ilícitas ou inconvenientes, no entanto, sua mera presença em espaços de consumo e seu desencaixe nessa situação é visto como ameaçador para aqueles que estão ali para consumir.

Nesse sentido, a instalação de sistemas de videomonitoramento, bem como de outras práticas securitárias, insere-se no planejamento urbano contemporâneo como uma ferramenta que será utilizada para delimitar fronteiras e territórios de convívio entre os *iguais* e de exclusão do *outro*. Esse impulso exclusionário pode ser entendido como uma ressignificação do espaço público, uma substituição por um espaço “pseudo-público”, no qual nem todos estão “aptos” a convivência mútua, vemos aqui um processo de segregação socioespacial define quem pertence a qual lugar.

Assim, enquanto muitos políticos e gestores públicos afirmam que a instalação de sistemas de videomonitoramento contribui para uma diminuição da criminalidade e do medo do crime, muitos pesquisadores acreditam que essas práticas têm contribuído para uma ampliação do medo e da insegurança provocados por processos mais amplos de ressignificação do espaço público, não exatamente o medo do crime e da violência, mas o medo do *outro* e da diferença.

3 UM BREVE HISTÓRICO DA VIGILÂNCIA VISUAL

As relações entre o poder do olhar e a segurança pública não são de forma alguma fatos recentes e podem ter suas origens traçadas desde o olhar vigilante de Deus e da Igreja medieval sobre os pecadores até o desenvolvimento contemporâneo de tecnologias de videomonitoramento, reconhecimento facial e biométrico, e coleta de informações pessoais através da internet, práticas que tem sido cada vez mais ampliadas e difundidas na sociedade.

No entanto, antes que possamos nos aprofundar nas questões específicas desse objeto de pesquisa, e dar continuidade a essa discussão de forma clara e objetiva, faz-se necessária uma contextualização histórica e conceitual sobre esse tema e os debates que o envolvem, resgatando as origens históricas das práticas de vigilância visual.

Nas próximas páginas farei uma breve revisão sobre a relação entre as tecnologias de imagem, informação e comunicação e a segurança pública, buscando destacar como o poder do olhar e os mecanismos de vigilância evoluíram em paralelo aos desenvolvimentos tecnológicos da imagem. Como a torre central do panóptico foucaultiano foi, com o tempo, transformada nos olhos eletrônicos do videomonitoramento urbano e quais as principais mudanças e permanências que essa transformação implicou na vigilância contemporânea, em sua operação, função e efeitos.

Somente depois de familiarizados com essas mudanças no paradigma da vigilância e reconhecendo a importância dessa genealogia do olhar para poder fazer uma discussão objetiva sobre as implicações do videomonitoramento no ambiente urbano, é que poderemos passar ao estudo do caso específico de Curitiba, uma cidade marcada pela imagem de cidade modelo de gestão e uma das pioneiras na utilização de um sistema de vigilância eletrônica em espaços públicos no Brasil.

3.1 O PANOPTISMO

A literatura sociológica contemporânea que se dedica aos estudos de vigilância e, em especial, ao tema da vigilância visual é claramente baseada na leitura de Michel Foucault sobre o Panóptico e a Sociedade Disciplinar em sua obra Vigiar e Punir (FOUCAULT, 2004), onde o autor faz uma análise bastante completa e

extremamente útil para a discussão da vigilância na contemporaneidade baseada no projeto proposto por Jeremy Bentham (2000), que, em certa medida, revoluciona a forma como o poder do olhar era exercido na sociedade e substitui a lógica de espetáculos punitivos pela da vigilância disciplinadora, mais discreta, e ainda assim com um enorme poder coercitivo. O que busco aqui é aliar à sua interpretação os impactos das novas tecnologias de informação sobre os processos de vigilância e a transformação dessa sociedade disciplinar com suas formas tradicionais de vigilância em uma sociedade que traz em si um novo paradigma.

Para Foucault, o objetivo da vigilância na sociedade disciplinar é o de individualizar os excluídos, não apenas segregando, mas também classificando aqueles que se constituem enquanto desvios em relação à norma, separando da convivência mútua o louco e o não louco, o perigoso e o inofensivo, o normal e o anormal, criando espaços destinados a uns e a outros, afastando dessa forma o terror dos contágios, das revoltas e da desordem, eliminando o convívio e o contato com a diferença.

O poder disciplinar apresentado na análise foucaultiana é exercido continuamente através da vigilância, supondo um sistema minucioso de coerções materiais, substituindo a presença física do soberano por uma espécie de onipresença do olhar, impondo sobre os indivíduos vigiados uma constante pressão disciplinadora.

As disciplinas são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças, impondo-lhe uma relação de docilidade-utilidade, uma verdadeira relação de dominação. Trata-se aqui de impor ao corpo limitações, proibições e obrigações, trabalhando-o detalhadamente e exercendo sobre ele uma coerção sem folga sobre movimentos, gestos, atitude e rapidez. (SOUZA, 2007, p.28)

Este olhar disciplinador constitui-se como um investimento político e detalhado do corpo, gerando uma nova microfísica do poder, que ganha cada vez mais espaço a partir do século XVII. Uma das principais características desse poder é a sua capacidade de categorização e rotulação dos indivíduos, marcando uma divisão binária entre louco/não louco, perigoso/inofensivo, normal/anormal, demarcando de forma coercitiva “quem é”, “onde deve estar”, “como categorizar”, “como reconhecer” e, principalmente, “como exercer de maneira individual uma vigilância constante” (SOUZA, 2007). Essa busca pela individualização do desviante é na verdade a busca pela utopia da cidade perfeitamente governada, por um poder extensivo que é capaz de agir sobre todos simultaneamente, no qual os menores

movimentos e os mais banais acontecimentos são registrados e controlados, enquanto o poder e a vigilância são exercidos de forma constante e cada indivíduo está permanentemente localizado e é examinado pelo poder do olhar.

Esta utopia da vigilância constante e da cidade perfeita, no entanto, só encontrou sua aplicação em casos específicos, como as cidades pestilentas em quarentena²⁵ (FOUCAULT, 2004) e em obras de ficção. Mas se nesse período ela não pode encontrar uma generalização de sua aplicação para a cidade como um todo, Jeremy Bentham foi capaz de apresentá-la como uma figura arquitetural, capaz de ser aplicada por diferentes instituições disciplinares, como o asilo psiquiátrico, a penitenciária, e em certa medida, as escolas e hospitais, substituindo o apartamento e encarceramento dos excluídos, pela vigilância e observação constante de seus atos:

O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – tranar, privar deluz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha. (FOUCAULT, 2004, p.165-166)

Transformam-se assim as multidões confusas, que eram típicas dos encarceramentos, em multiplicidades perfeitamente organizadas e classificadas, cada indivíduo em seu lugar e em cada lugar um indivíduo, separado dos demais, mas visto

²⁵ “Eis as medidas que se faziam necessárias, segundo um regulamento do fim do século XVII, quando se declarava a peste numa cidade. Em primeiro lugar, um policiamento espacial estrito: fechamento, claro, da cidade e da ‘terra’, proibição de sair sob pena de morte, fim de todos os animais errantes; divisão da cidade em quarteirões diversos onde se estabelece o poder de um intendente. Cada rua é colocada sob a autoridade de um síndico; ele a vigia; se a deixar, será punido de morte. No dia designado, ordena-se todos que se fechem em suas casas: proibido sair sob pena de morte. O próprio síndico vem fechar, por fora, a porta de cada casa; leva a chave, que entrega ao intendente de quarteirão; este a conserva até o fim da quarentena. [...] Se for absolutamente necessário sair das casas, tal se fará por turnos, e evitando-se qualquer encontro. Só circulam os intendentes, os síndicos, os soldados da guarda e também entre as casas infectadas, de um cadáver ao outro, os ‘corvos’ que tanto faz abandonar à morte: é ‘gente vil, que leva os doentes, enterra os mortos, limpa e faz muitos ofícios vis e abjetos’. Espaço recortado, imóvel, fixado. Cada qual se prende a seu lugar. E, caso se mexa, corre perigo de vida, por contágio ou punição”. (FOUCAULT, 2004, p. 162)

de frente pelo vigia, objeto constante de uma informação, mas nunca sujeito de uma comunicação.

O Panóptico permite não só separar e excluir os indivíduos, mas classifica-los e estabelecer diferenças, observando seus detalhes, seus movimentos, suas forças heterogêneas, desvios e combinações; o Panóptico permite registrar, diferenciar e comparar, gerando saberes sobre esses indivíduos e agrupamentos específicos, constituindo-se menos como um depósito de desviantes e anormais, e mais como um laboratório de suas relações. Não se olha mais para uma massa disforme de anormais e degenerados, mas para uma multiplicidade de indivíduos desviantes.

No panoptismo os condenados não se rebelam, não há perigo de complô nem de tentativa de evasão coletiva; não há risco de contágio entre os doentes; não há violências recíprocas entre os loucos, nem cola, barulho ou conversa entre as crianças na escola; entre os operários não há roubos, nem conluios e tudo isso graças aos mecanismos de observação e vigilância implantados como uma espécie de laboratório do poder, intensificando qualquer aparelho de poder. (SOUZA, 2007, p.29)

Para Foucault, é essa transformação na forma como o olhar é exercido uma das principais marcas da transição da Antiguidade para a Modernidade. De acordo com o autor a Antiguidade foi uma civilização do espetáculo em que predominava a vida pública e onde o problema a ser respondido pelo olhar, era “tornar acessível a uma multidão de homens a inspeção de um pequeno número de objetos” (FOUCAULT, 2004), ao que dava conta a arquitetura dos teatros, templos e circos.

Já a Modernidade se constitui como uma civilização onde os elementos principais são os indivíduos em sua vida privada e o Estado enquanto instituição, dessa forma o problema posto ao olhar é exatamente o contrário: o de “proporcionar a um pequeno número, ou mesmo a um só, a visão instantânea de uma grande multidão” (FOUCAULT, 2004) tornando-se assim a civilização moderna não mais uma sociedade do espetáculo, mas sim da vigilância.

É essa vigilância, que por meio do dispositivo disciplinar do Panóptico, permitirá que o poder do olhar seja exercido diretamente sobre cada indivíduo observado, permitindo ao vigia mais do que a intervenção a cada momento, mas uma pressão constante agindo antes mesmo que qualquer desvio seja cometido, exercendo-se espontaneamente o poder, sem ruído e sem demonstrações espetaculares de força.

Aqui se pode visualizar a principal característica e o mais importante efeito do Panóptico de Bentham: o de induzir no indivíduo vigiado um estado consciente e

permanente de visibilidade, tornando a vigilância permanente em seus efeitos, mesmo que não o seja em sua ação, e essa é, segundo Foucault, a garantia da ordem. Daí o princípio colocado por Bentham (2000) de que o exercício do poder do olhar seja visível e inverificável: a torre central do Panóptico está visível ao vigiado, um colossal monumento do poder do olhar com sua presença constante e ameaçadora no centro do anel periférico de celas, entretanto, o vigia dentro da torre é imperceptível, e por um sistema de biombos e efeitos de contraluz o vigiado nunca é capaz de confirmar sua presença, de garantir, por um instante que seja, que está ou não sendo de fato vigiado, contudo ele tem certeza de que a todo e qualquer momento, pode sê-lo.

Nesse sentido o Panóptico é capaz de dissociar o par *ver-ser visto*, enquanto no anel periférico o vigiado é totalmente visto sem nunca ver, na torre central o vigia vê tudo sem nunca ser visto, e é essa quebra que assegura ao Panóptico o funcionamento automático do poder, pela sensação de estarem sendo constantemente observados, mesmo que não o fossem, a conformidade com as normas e a adaptação do comportamento dos indivíduos através de um autocontrole e de uma autodisciplina são as únicas opções realistas que restam aos vigiados:

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo, inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. (FOUCAULT, 2004, p.168)

Através desse poderoso mecanismo disciplinar o panoptismo torna-se então um dispositivo capaz de melhorar o exercício do poder dentro das instituições modernas fechadas, tornando-o mais rápido, mais leve e mais eficaz do que o poder do soberano que era exercido até então, usando de coerções mais sutis e eficientes, passando da disciplina da exceção e da punição para uma disciplina da vigilância.

Como o próprio Foucault ressalta (2004), Bentham apresenta o Panóptico como uma instituição particular, fechada em si mesma, como uma utopia do encarceramento perfeito, mas, como o autor demonstra, este projeto é muito mais do que um simples sistema arquitetônico, ele é uma tecnologia política de poder, que pode ser aplicável não apenas a instituições de encarceramento e exclusão, mas a qualquer estabelecimento onde seja preciso manter sob vigilância um número de pessoas dentro de um espaço não muito extenso.

Indo ainda mais longe em suas análises, Foucault propõe que o esquema Panóptico está destinado a difundir-se no corpo social e tornar-se uma função generalizada, definindo uma nova física do poder e uma nova anatomia política. O panóptico tenderia a arranjar-se em uma rede de dispositivos que estariam em toda parte, sempre alertas, percorrendo e vigiando toda a sociedade, sem interrupções, buscando exercer constantemente o poder da disciplina através da vigilância.

A partir dessa extensão do alcance das instituições disciplinares a generalização da vigilância em espaços cada vez mais amplos – para além dos espaços marginalizados de encarceramento e exclusão e para dentro da cidade – o panoptismo se torna um instrumento policial e a vigilância começa seu caminho rumo à forma como a conhecemos hoje.

No final do século XVIII começam a surgir os primeiros sistemas policiais, na França e na Inglaterra, organizados sob a forma de aparelhos de Estado, com o papel de auxiliares da justiça na busca por criminosos e no controle político de complôs, movimentos de oposição e revoltas, mas também assumindo um papel disciplinar, como uma espécie de Panóptico humano, buscando estender-se como uma rede intermediária de disciplina, recobrando os espaços fora das instituições disciplinares com sua força armada, exercendo uma vigilância urbana que leva às ruas da cidade à mesma presença coerciva que a torre central exerce dentro das instituições panópticas.

As forças policiais têm por função exercer a vigilância sobre os indivíduos, observar seu comportamento, registrar seus atos e classifica-los de acordo com as normas vigentes, tornando-se os próprios olhos do Estado, a torre central do Panóptico urbano.

E para se exercer, esse poder deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível. Deve ser como um olhar sem rosto que transforme todo o corpo social em um campo de percepção: milhares de olhos postados em toda parte, atenções móveis e sempre alerta, uma longa rede hierarquizada [...]. E essa incessante observação deve-se acumular numa série de relatórios e de registros; ao longo de todo o século XVIII, um imenso texto policial tende a recobrir a sociedade graças a uma organização documentária complexa. E ao contrário dos métodos de escrita judiciária ou administrativa, o que é assim registrado são comportamentos, atitudes, virtualidades, suspeitas – uma tomada de contas permanente do comportamento dos indivíduos. (FOUCAULT, 2004, p. 176)

3.2 FOTOGRAFIA FORENSE/CRIMINAL

Com a necessidade do exercício do poder do olhar em ambientes cada vez mais amplos e de registros cada vez mais precisos sobre os indivíduos o desenvolvimento das tecnologias de imagem e da informação se entrelaça com as práticas da vigilância e da segurança pública, e o olhar, exercido inicialmente pelo vigia da torre central do Panóptico e mais tarde pelos oficiais da polícia, começa a ganhar novos olhos.

No final do século XVIII e início do XIX as forças policiais da Europa, em especial na França e Inglaterra, fazem uso cada vez maior das tecnologias à sua disposição para diluir no ambiente urbano a presença disciplinadora da vigilância, através do emprego de patrulhas policiais e informantes, e para manter o registro e identificação de indivíduos suspeitos passam a utilizar-se da fotografia. A imagem fotográfica, mais precisa, imparcial e definitiva do que a mera descrição escrita vem substituir e enriquecer os arquivos não só das polícias, mas também de hospitais e prisões, permitindo à essas instituições manterem registros detalhados de seus vigiados e classifica-los de acordo com essa nova ferramenta de diagnóstico visual dos indivíduos.

A fotografia tornou-se a ferramenta ideal do processo de investigação policial, um indício moderno definitivo, em razão de três aspectos entrelaçados: sua condição de índice, que deriva do fato de que, desde que uma fotografia resulta da exposição a uma entidade preexistente, ela mostra diretamente a marca da entidade e pode portanto fornecer evidência sobre o objeto que retrata; seu aspecto icônico, pelo qual produz uma semelhança direta com seu objeto, o que permite reconhecimento imediato, e sua natureza separável, o que lhe permite referir-se a um objeto ausente estando separada dele em espaço e tempo. Como um indício, a fotografia tornou-se parte de um novo discurso de poder e controle.

Na criminologia, a fotografia trabalhou em duas direções. Uma delimitou a sua capacidade de capturar a evidência de um crime, o próprio ato desviante. A outra prática (menos direta, mas muito mais comum) utilizou-a para marcar e não perder de vista o criminoso, funcionando como elemento essencial em novos sistemas de identificação. (GUNNING, 2004, p.38-39)

Com o aumento do uso da fotografia para fazer esses registros tornou-se necessário que fosse criada uma forma prática e coerente de arranjar e organizar esses milhares de imagens de uma forma que permitisse seu uso fácil e rápido para identificar e classificar os indivíduos desviantes, permitindo a identificação de criminosos reincidentes e de suspeitos.

Foi para suprir essa demanda que em 1879 o francês Alphonse Bertillon desenvolveu a antropometria, também chamada *Bertillonage* em sua homenagem, o primeiro método científico de identificação amplamente reconhecido, consistindo de um complexo cartão contendo diversas informações acerca dos indivíduos registrados, com assinalamentos descritivos dos sinais particulares, medidas de determinadas partes do corpo e as fotografias de frente e de perfil do identificado, que até hoje são utilizadas pelas polícias ao redor do mundo.

Com o preenchimento dos cartões de Bertillonage os indivíduos eram devidamente classificados nos arquivos, cada um estaria perfeitamente distinguível dos demais, e através da seleção de determinados atributos a serem observados era possível filtrar uma enorme quantidade de registros e identificar o indivíduo procurado com facilidade e precisão.

O sistema de Bertillon foi adotado pela polícia de Paris em 1882 e em seguida por toda França e Europa, difundindo-se rapidamente, sendo adotado oficialmente no Brasil em 1894, mesmo ano em que o registro das impressões digitais foi também incluído no sistema, e com a popularidade crescente desta técnica, ela passou a ser usada não apenas na construção de registros de criminosos detidos, mas também por fotógrafos forenses em cenas de crimes e acidentes de trânsito.

Vale ressaltar aqui que durante o início do século XIX a antropometria tornou-se bastante popular no campo científico e foi usada extensivamente por antropólogos nos EUA e na Europa, tendo como um de seus usos principais a diferenciação das “raças”, sendo empregada frequentemente para justificar a superioridade de uns em relação a outros.

Para Bertillon, mais do que identificar o criminoso reincidente, através da observação das medidas antropométricas que seu sistema fornecia, era possível identificar marcas que revelariam as tendências desviantes dos indivíduos, realizando um verdadeiro diagnóstico da alma do mesmo; nas palavras do próprio Bertillon “cada medida lentamente revela os trabalhos do criminoso. A observação cuidadosa e a paciência revelarão a verdade”.

No entanto, foi o rápido crescimento da popularidade deste método que revelou também suas limitações. Como as agências de execuções penais e criminais registravam mais e mais cartões, logo a quantidade de cartões em cada categoria tornou-se inadministrável, e o tempo exigido para a pesquisa por cartões duplicados aumentou substancialmente, como resultado, subclassificações passaram a ser

utilizadas para ajudar no processo de classificação, contudo tornavam o processo de coleta de medidas ainda mais complexo, e logo veio à tona a possibilidade de falhas no sistema e a improvável – porém não impossível – existência de medidas coincidentes em diferentes indivíduos, permitindo a ocorrência de “falsos positivos” no sistema de identificação, revelada no caso Will e William West, onde dois indivíduos eram não apenas fisicamente parecidos, mas compartilhavam medidas quase idênticas, dentro dos padrões de variação aceitos para uma mesma pessoa, e ainda tinham nomes muito similares (William West e Will West), porém, ao se fazer a comparação das impressões digitais foi confirmada a identidade enganada, e com o fato os três principais métodos de identificação da época ficaram desacreditados, o nome pessoal, a fotografia, e as medidas antropométricas.

Apesar dessa falha no sistema de identificação de Bertillon, a antropometria foi fortemente utilizada até os anos 30 do século XX e as fotos de frente e de perfil dos identificados são uma ferramenta fixa dos sistemas de registro e identificação de criminosos até os dias de hoje.

No drama moderno da identificação policial, a fotografia, por sua capacidade de indexação, precisão icônica e mobilidade de circulação, fornece os meios fundamentais para vincular a identidade a um corpo específico e único. Nesse sentido, o processo de identificação criminal representa um novo aspecto da disciplina do corpo que simboliza a modernidade. Sistemas de poder foram, dessa maneira, capazes de canalizar a insubstancialidade flutuante da fotografia para as rotinas ordenadas de manutenção da identidade por meio da vigilância. (GUNNING, 2004, p.39)

Contudo, não é apenas no registro e na identificação de criminosos que a fotografia e a segurança pública se entrelaçam, mais do que isso, os desenvolvimentos das tecnologias de imagem e informação, em especial o desenvolvimento de câmeras fotográficas portáteis e mais discretas gera importantes avanços no exercício da vigilância urbana, na coleta de dados sobre indivíduos e atividades considerados suspeitos e na construção e armazenamento de um complexo banco de dados sobre os mesmos.

Já foi dito anteriormente que a expansão do panoptismo para fora dos muros das instituições disciplinares e para a amplitude total do ambiente urbano se dava através de informantes e de patrulhas policiais, que compartilhavam as informações que conseguiam captar exercendo esse olhar difuso nas ruas e nas relações entre os indivíduos no cotidiano da cidade. Porém os detalhes dessa observação indireta eram

facilmente perdidos, e falhas na comunicação entre informantes eram recorrentes e não permitiam que o poder do olhar fosse exercido com todo seu potencial.

Podemos então perceber a importante contribuição trazida pela fotografia nesse sentido, permitindo o registro fixo e permanente do olhar do fotógrafo/informante sobre fatos que ele observa e a análise detalhada e completa da cena registrada pelos vigilantes treinados, sem as falhas que uma comunicação intermediada oferecia. Através do registro fotográfico das cenas consideradas de interesse pelos informantes, as informações passam a ser transmitidas com maior precisão aos vigilantes treinados, que ainda poderiam analisa-las de novo e de novo, exaustivamente, até que todas as informações possíveis tenham sido devidamente registradas, examinadas e classificadas.

Essa vigilância fotográfica foi, e ainda é exercida por diversos órgãos, agências públicas e unidades policiais buscando um monitoramento político e social dos cidadãos, e por meio desse registro, produzem, armazenam e manipulam informações de acordo com os interesses do Estado a que servem, colocando sob seu escopo os mais variados objetos de observação, desde sindicatos, partidos políticos, associações culturais, movimentos sociais de diferentes formações, além de estrangeiros e embaixadas que levantem suspeitas de espionagem e indivíduos considerados subversivos (LISSOVSKY; BASTOS, 2010).

Um exemplo bastante claro e próximo dessa prática é encontrado no caso da vigilância exercida pela Polícia Política brasileira ao longo de boa parte do século XX (desde 1922 até 1983), período no qual foi conhecida por diferentes designações como Seção de Ordem Social, Delegacia Especial de Segurança Política e Social, Divisão de Polícia Política e Social e ficando finalmente conhecida em 1962 como Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no interior do qual existia um departamento chamado de Seção Técnica, responsável tanto pela realização das fotografias de identificação policial quanto pelas imagens de vigilância e espionagem (LISSOVSKY; BASTOS, 2010).

Contudo, diferente do que acontece no Panóptico, ou em instituições disciplinares no sentido Foucaultiano do termo, por meio do registro fotográfico a vigilância não é exercida diretamente – ou melhor dizendo, apenas diretamente – pelos vigilantes treinados. Muitas vezes o agente que sai às ruas para exercer o olhar da vigilância, capturar as imagens e em última instância construir o discurso visual que será posteriormente examinado e classificado não é necessariamente um agente

do Estado, nem mesmo é o responsável pela análise do próprio material. Há uma descontinuidade entre a produção das imagens e a análise das mesmas, e esse sistema é sintomático da predominância das técnicas de cooptação e infiltração de fotógrafos/informantes, o que traz importantes diferenças entre o exercício do olhar e o discurso visual produzido dessa forma:

O olhar do “infiltrado”, do “cooptado”, tem suas peculiaridades. Se a câmera de vigilância contemporânea encontrou no uso de lentes grande-angulares e no posicionamento em *plongée* sua marca distintiva, constituindo um enunciado maquínico desprovido de enunciação (o enunciado de uma vigilância universal), o fotógrafo-espião-jornalista-companheiro da Polícia Política raramente deixa de assinalar nas imagens as circunstâncias e condições de sua produção. Nesse sentido, são testemunhos não apenas dos vigiados como dos vigilantes, traços de uma enunciação da vigilância que a fotografia retém como a figura cristalizada de um estranho *pas-de-deux*. (LISSOVSKY; BASTOS, 2010, p.230).

O fotógrafo/informante nunca será capaz de fornecer uma imagem neutra de enunciação e sua presença por trás das lentes das câmeras pode ser percebida por uma análise mais atenta. No caso dos infiltrados e cooptados essa presença se torna ainda mais evidente, pois a própria imagem capturada pela fotografia muitas vezes não é feita às ocultas, não dispõe da presença inverificável do vigia da torre central do panóptico e pode ser feita com o pleno conhecimento e consentimento do vigiado, sendo assim, o ajuste de comportamento provocado no vigiado é de outra ordem, ainda uma busca pelo encaixe, mas num ambiente de menor escala e maior intimidade, uma busca pela aceitação das normas internas daquele grupo presente na situação social em questão, e não necessariamente nas normas demandadas em espaços públicos.

Diferente, entretanto é o caso do informante que não se faz presente entre os vigiados, mas age com a furtividade e discrição do espião, produzindo suas fotografias na rua, do interior de veículos, ocultando-se a uma distância significativa do vigiado, evitando que sua presença seja percebida, tomando todos os cuidados para permanecer invisível, mas também incapaz de neutralizar a enunciação das imagens que produz:

Se o fotógrafo a serviço da Polícia Política pode ser eventualmente um turista ou um folião, que participa em maior ou menor grau das atividades que vigia, ele com frequência é o olhar furtivo, o espião, que age discretamente, mas não a ponto de deixar de inscrever na imagem sua própria condição e circunstância. Essas fotografias são em geral produzidas na rua, comumente do interior de veículos cujas janelas ajudam não apenas a emoldurar o foco de interesse da vigilância como assinalam o caráter secreto de sua realização. (LISSOVSKY; BASTOS, 2010, p.240)

Aqui, mais uma vez, a questão do ajuste de comportamento imposto pelo Panóptico foucaultiano não está posta, visto que não existe uma presença sempre visível e verificável da torre central, mas sim uma invisibilidade total do vigia, o vigiado não sabe e não deve saber que se encontra sob os olhos da vigilância, buscando não impor um ajuste de comportamento, mas ao contrário, identificar e flagrar as transgressões do mesmo.

O drama dessa nova forma de evidência está menos em despir o criminoso de seu disfarce [...] do que em capturar o criminoso em um ato de revelação involuntária. (GUNNING, 2004, p.43)

Essa importante diferença entre a vigilância das instituições panópticas e a vigilância fotográfica é essencial, contudo bastante específica dessa modalidade de vigilância, pois como veremos a seguir, a videovigilância trará de volta ao contexto essa relação visível de quebra do par *ver-ser visto* presente no panóptico e essa imposição do ajuste e da normatização dos comportamentos, substituindo a torre central pelos olhos eletrônicos das câmeras de vídeo e sinais de ambiente monitorado.

3.3 VIDEOVIGILÂNCIA

É especialmente nas últimas duas décadas do século XX – e início do XXI – que a violência urbana e a criminalidade passam a receber cada vez mais destaque no cotidiano do cidadão, estando o discurso do medo e da insegurança presentes constantemente na grande mídia, na fala de nossos políticos, e até mesmo em certas áreas da academia. Assim o medo da violência e do crime passa a fazer parte da vida social e política, trazendo como consequência a legitimação de diversas transformações das relações sociais, especialmente no que diz respeito aos espaços públicos e à estruturação de determinados padrões de segregação espacial, estigmatização de determinados grupos, e implantação de políticas higienistas (SOUZA, 2008).

Assim, para responder às crescentes demandas por segurança e combater a violência e a criminalidade, a vigilância alcança novos avanços tecnológicos e o Panóptico ganha novos contornos e alcances. Essa nova forma de panoptismo se torna presente e constante em nosso cotidiano através das câmeras de videomonitoramento urbano e circuitos fechados de TV (CFTV), uma presença cada

vez mais comum tanto em ambientes públicos como privados. Diariamente, temos nossas ações e movimentos observados e analisados por inúmeras câmeras de vigilância nos mais variados ambientes que frequentamos, seja nos bancos, estabelecimentos comerciais, shopping centers, dentro do elevador, no calçadão da praia ou numa praça no centro da cidade.

Assim, apoiada sobre uma retórica do medo e da insegurança e apresentada como uma espécie de panaceia para a criminalidade e a violência urbana, uma cura natural para os problemas enfrentados pela segurança pública e privada, a videovigilância cresce a cada dia, trazendo consigo uma percepção da diminuição do risco e da sensação de insegurança da população.

A vigilância tem se mostrado como uma espécie de solução natural ao quadro de desordem e medo que se instaura nas grandes cidades contemporâneas. Parece que a vigilância se tornou um meio privilegiado de reação e principalmente de prevenção, não só por parte da iniciativa privada, mas também por parte do poder público. Especificamente no Brasil, o primeiro ponto controverso suscitado a partir da presença cada vez maior dos dispositivos tecnológicos de vigilância é que por si só estes não constituem uma garantia de segurança. (CASTRO, 2009, p.74)

A utilização dos sistemas de videomonitoramento como ferramentas de segurança está frequentemente atrelada a uma estratégia específica de “proteção das fronteiras”, buscando delimitar, a partir da localização das câmeras, uma zona segura, reorganizando o espaço social de uma maneira específica que gera um determinado exercício de poder capaz de manter afastada desses espaços certas ameaças e riscos específicos como tráfico de drogas, pichações, roubos e furtos.

A própria forma como essas “fronteiras” são determinadas podem dar sugestões sobre os interesses em manter tais áreas sob o escopo das câmeras, e também quais as estratégias mais adequadas para a obtenção dos resultados almejados contra os riscos ligados ao bem-estar dos cidadãos que circulam nos limites desses ambientes monitorados.

Assim como no panóptico de Bentham, para além da redução dos riscos de crimes e da violência urbana, a videovigilância é também uma poderosa ferramenta de controle social, e através da captação e exame de suas imagens, permite a organização de informações sobre certos indivíduos e grupos sociais que pode ser usada precisamente com o objetivo de supervisioná-los e controlá-los (BOTELLO, 2010). Enquanto para alguns dos vigiados – aqueles considerados “normais”, não ameaçadores – o sistema de videomonitoramento enfatizará seus aspectos de

proteção e de segurança, para outros a ênfase será em seu caráter mais “policialesco”, se colocando não necessariamente como uma ameaça, mas como um alerta de que o seus atos estão sendo constantemente vigiados e registrados, e que qualquer desvio que seja cometido será percebido.

Aqui podemos ver como o videomonitoramento exerce um poder disciplinar similar ao do panóptico apontado por Foucault, mais uma vez a armadilha da visibilidade traz suas consequências, e a consciência da presença das câmeras, por meio das placas de “Sorria, você está sendo filmado”, combinadas à inverificabilidade da atenção do operador, levam a um ajuste de comportamento a fim de se inserir nos padrões aceitos para evitar sanções negativas, assim como no panóptico o cidadão vigiado torna-se o princípio de sua própria sujeição e através de uma autodisciplina impõe sobre si mesmo as limitações do poder do olhar. Para além do vigia da torre, as salas de controle dos sistemas de videomonitoramento; para além da presença colossal da torre central, as incontáveis câmeras de vigilância e sinais de “ambiente monitorado”; para além do anel periférico, a cidade; para além do louco/preso/desviante, o cidadão.

No entanto, é interessante lembrar que apesar do sinais de aviso da presença das câmeras, sua influência sobre o ajuste de comportamento nos espaços públicos é muito menor do que faria a torre central do Panóptico, e a interiorização da autodisciplina dos indivíduos observados é muito mais restrita, principalmente ao levarmos em conta que mesmo com as placas espalhadas pela cidade, boa parte da população não tem a percepção de que está sendo vigiada, assim a armadilha da visibilidade não tem no espaço público o mesmo efeito que tem dentro das instituições disciplinares. E quanto à seus efeitos sobre a criminalidade, é seguro afirmar que, como o videomonitoramento não cobre 100% da área urbana, o que ocorre com mais frequência é a migração da violência para fora das áreas monitoradas e não a sua diminuição real.

Essa lógica do panóptico aplicada ao ambiente urbano como um todo, lançando seu olhar sobre todos os cidadãos e sobre os espaços públicos pode ter consequências perturbadoras sobre a liberdade e privacidade dos indivíduos, trazendo em seu bojo não apenas a redução ou prevenção da violência nas áreas vigiadas, mas também a segregação e a exclusão social :

[...] as tecnologias de vigilância têm, em muitos casos, um papel importante na reprodução e na industrialização de uma certa lógica de exclusão social.

Essa lógica sinaliza quais grupos sociais específicos são considerados propensos a serem vistos como fatores de risco – em uma palavra, violentos –, mas não menos pelas vantagens que estão concentradas em um grupo social específico que se beneficia por estarem protegidos pelas câmeras de vídeo – tráfego e detecção de deficiências nos serviços públicos. Do mesmo modo, poder-se-ia dizer que esta tecnologia reforça as diferenças existentes e também cria outras. (BOTELLO, 2010, p.30)

Não podemos, entretanto, pensar a vigilância como algo suficiente em si mesma para contemplar todas as exigências da demanda por segurança que existe na sociedade contemporânea. Ela é um dispositivo complexo que articula diferentes atores de maior ou menor complexidade, e apesar de a técnica e a tecnologia constituírem importantes peças dessa máquina do olhar, não podemos perder de vista a importância do elemento humano.

3.3.1 Um novo paradigma da vigilância

Até aqui aponte os paralelos que existem entre o desenvolvimento de algumas tecnologias de imagem e informação, e o uso que é feito destas tecnologias para o exercício da vigilância em favor da segurança pública, levantando, principalmente, os pontos que se mantiveram praticamente inalterados desde a vigilância do panóptico foucaultiano até as práticas de videomonitoramento de espaços públicos, porém, o que deve ser ressaltado também, para que se possa estabelecer uma análise completa da vigilância na contemporaneidade, é o que mudou nesse paradigma, para além dos avanços tecnológicos, o que mudou na forma como o poder do olhar funciona internamente e exerce seu poder disciplinador e coercitivo sobre o indivíduo contemporâneo, o que diferencia essa “nova vigilância” que permeia nossa sociedade da “vigilância tradicional” apontada por Bentham e Foucault.

Muitas questões podem ser levantadas cujas causas e consequências são profundas e complexas e estão apenas começando a ser compreendidas, envolvendo amplas mudanças econômicas, sociais e culturais, e alterando significativamente as concepções de liberdade e privacidade pelas quais nos pautamos (MARX, 2002).

Parte dessas transformações está diretamente ligada aos avanços tecnológicos alcançados, visto que certos recursos e ferramentas de controle que antes existiam apenas nas imaginações distópicas de escritores de ficção científica hoje se tornaram comuns e já foram até superadas. Mais do que nunca podemos

afirmar não que a ficção imita a realidade, mas que, ao contrário, a realidade imita a ficção. Nessa era tecnológica o Pentágono estadunidense já convocou um grupo de autores e diretores de filmes-catástrofe para colaborar com o governo americano em sua “Guerra ao Terror” depois dos atentados de 11 de setembro (ZIZEK, 2003); e com a presença constante das câmeras de vigilância, alguns diriam que vivemos hoje a armadilha da visibilidade foucaultiana quase nos mesmos moldes do 1984 de George Orwell (ORWELL, 2004).

Há exageros em fazer algumas destas afirmações, mas seria também ingênuo ignorar determinadas reflexões que podem ser feitas a partir delas. O que importa aqui é fazer um esforço teórico, metodológico e também empírico para compreender as implicações dessas mudanças, os limites das definições tradicionais, e o alcance das novas concepções que buscamos analisar.

Uma das transformações da nova vigilância é a própria definição do termo: de acordo com os dicionários e a utilização tradicional da palavra vigilância, esta é definida como uma observação próxima de uma pessoa suspeita, contudo, hoje muitas das novas tecnologias de vigilância, como o próprio videomonitoramento urbano, não são aplicadas especialmente sobre indivíduos suspeitos, mas são aplicadas de uma forma ampliada sobre categorias inteiras de indivíduos. No caso da videovigilância, não se observa especificamente um indivíduo perfeitamente isolado em sua cela como no panóptico, mas sim todo o agrupamento de pessoas que circula sob o escopo das câmeras.

Outro fator que deve ser observado, é que na vigilância contemporânea, apesar da presença comum do olhar como instrumento de coleta de dados existem outras ferramentas e tecnologias que muitas vezes acompanham ou substituem a visão com outros sentidos e fontes de informação para extrair ou criar um complexo banco de dados sobre os indivíduos ou contextos observados, o que traz novas potencialidades e táticas variadas às formas como a nova vigilância é exercida, desde as características das tecnologias utilizadas, o processo de coleta e análise dos dados, a própria natureza desses dados, os sentidos envolvidos, a visibilidade, entre outros.

Para além da observação através da videovigilância, a vigilância contemporânea também conta com um extenso arsenal tecnológico de controle que inclui radares de trânsito, sensores de furtos de mercadorias em lojas, leitores biométricos, cruzamento de informações bancárias e fiscais, padrões de consumo

registrados através de cartões de créditos, sem contar com a enorme coleta e compartilhamento de informações pessoais através da internet (SOUZA, 2008).

Para facilitar essa comparação entre as dimensões da “nova vigilância” em relação à “vigilância tradicional” Gary Marx apresenta uma tabela bastante completa que contrapõe as principais mudanças entre uma e outra.

[...] a nova vigilância, em relação à vigilância tradicional, amplia os sentidos e tem baixa visibilidade ou é invisível. É mais provável que seja involuntária. A coleta de dados é frequentemente integrada na atividade de rotina. É mais provável que envolva manipulação do que coerção direta. A coleta de dados é mais provavelmente automatizada, envolvendo máquinas ao invés de (ou em adição a) envolver humanos. É relativamente mais barata por unidade de dados coletada. A coleta de dados é frequentemente mediada por meios remotos e não no local, e os dados são armazenados com terceiros. Os dados estão disponíveis em tempo real e a coleção de dados pode ser contínua e oferecer informações sobre o passado, o presente e o futuro (por meio de projeções estatísticas). O sujeito da coleta de dados vai além do indivíduo suspeito para categorias de interesse. O indivíduo como sujeito da coleta de dados pode também se tornar objeto de uma intervenção. Pode haver apenas um curto intervalo entre a descoberta de uma informação e a tomada de ação. (MARX, 2002, p.15, tradução nossa²⁶)

QUADRO 1 - VIGILÂNCIA TRADICIONAL X NOVA VIGILÂNCIA

Dimensão Analisada	“Vigilância Tradicional”	“Nova Vigilância”
Sentidos	Sentidos não auxiliados	Sentidos ampliados
Visibilidade (da coleta, quem a faz, onde, em nome de quem)	Visível	Menos visível ou invisível
Consentimento	Menos involuntária	Altamente involuntário
Dimensão Analisada	“Vigilância Tradicional”	“Nova Vigilância”
Custo (por unidade de dados)	Caro	Barato
Posição dos coletores/analista de dados	No local	Remotos
<i>Ethos</i>	Mais coercivo	Menos coercivo
Integração	Coleta de dados como uma atividade separada	Coleta de dados incluída nas atividades de rotina
Coletor de dados	Humano	Máquina (total ou parcialmente automatizado)

²⁶ “The new surveillance relative to traditional surveillance extends the senses and has low visibility or is invisible. It is more likely to be involuntary. Data collection is often integrated into routine activity. It is more likely to involve manipulation than direct coercion. Data collection is more likely to be automated involving machines rather than (or in addition to) involving humans. It is relatively inexpensive per unit of data collected. Data collection is often mediated through remote means rather than on scene and the data often resides with third parties. Data is available in real time and data collection can be continuous and offer information on the past, present and future (ala statistical predictions). The subject of data collection goes beyond the individual suspect to categories of interest. The individual as a subject of data collection may also become the object of an intervention. There may be only a short interval between the discovery of the information and the taking of action.”

Dados armazenados	Com o coletor, ficam no local.	Com terceiros, frequentemente migram
Tempo	Pontual ou intermitente	Contínuo (onipresente)
Período de tempo	Presente	Passado, Presente e Futuro
Disponibilidade de dados	Frequentes lapsos de tempo	Disponibilidade em tempo real
Disponibilidade de tecnologia	Desproporcionalmente disponível para as elites	Mais democratizado, algumas formas amplamente disponíveis.
Objeto da coleta de dados	Indivíduo	Indivíduo, categorias de interesse
Abrangência	Única medida	Múltiplas medidas
Contexto	Contextual	Acontextual
Profundidade (Dedicação)	Menos intensiva	Mais intensiva
Amplitude	Menos extensiva	Mais extensiva
Relação entre conhecimento do vigilante e do vigiado	Mais alta (o que o vigilante sabe o sujeito provavelmente também sabe)	Mais baixa (o vigilante sabe coisas que o sujeito não)
Identificabilidade do objeto de vigilância	Ênfase em indivíduos conhecidos	Ênfase em indivíduos quase anônimos, massas.
Ênfase em	Indivíduos	Indivíduos e redes de sistemas
Realismo	Representação direta	Direta e simulação
Forma	Mídia única (normalmente narrativa ou numérica)	Múltiplas mídias (incluindo vídeo e/ou áudio)
Quem coleta os dados	Especialistas	Especialistas, papéis dispersos, auto monitoramento
Análise dos dados	Mais difícil de organizar, armazenar, recuperar e analisar	Mais fácil de organizar, armazenar, recuperar e analisar
Combinação de dados	Dados discretos não combináveis (seja por causa de diferentes formatos ou localização)	Fácil de combinar dados visuais, auditivos, texto ou numéricos
Comunicação de dados	Mais difícil de enviar, receber	Mais fácil de enviar, receber

FONTE: Gary Marx, 2002, tradução nossa.

As mudanças apontadas na tabela claramente não são de igual importância para a análise sociológica, e ao enfatizar os elementos que sofreram maiores alterações acaba excluindo outras dimensões que podem ser úteis para se comparar diferentes tipos de vigilância apesar de não terem passado por grandes mudanças no último século, assim como elementos cujas evidências de mudanças são por vezes difíceis de serem percebidos e ainda mais difíceis de serem analisados, como o grau de invasividade e a validade das técnicas utilizadas para os objetivos propostos.

Dentre as mudanças apontadas na “nova vigilância”, entretanto, algumas destacam as implicações sociais mais claramente, como a ampliação dos sentidos, a

baixa visibilidade, a natureza involuntária, o exercício remoto e o baixo custo. Esses fatores abrem espaço para um tipo de sociedade pautado por uma vigilância rigorosa. Ao ampliar os sentidos (visão noturna, zoom) elas desafiam as concepções fundamentais sobre fronteiras sociais e pessoais (que são mantidas não apenas por valores e normas, mas pelos limites da tecnologia pra cruzá-las). A baixa visibilidade e a natureza remota e involuntária podem significar mais segredo e menos responsabilidade por parte dos observadores, assim como uma menor necessidade de consentimento e menos possibilidade de reciprocidade por parte dos observados o que pode gerar consequências perturbadoras com relação a abusos e negligências e aumentar a assimetria desta interação. Em adição a isso, os menores custos para implantar essa rede de vigilância servem de estímulo para ampliá-la cada vez mais, até o ponto em que a vigilância seja, de fato, absoluta (MARX, 2002).

Seria ingênuo, porém, qualquer tipo de movimento que fosse radicalmente contrário à videovigilância ou direcionado ao fim das câmeras, posto que este é um avanço tecnológico concreto, presente, e cujo uso é inevitável, além de trazer sim possibilidades positivas no que diz respeito à sensação de segurança e proteção dos cidadãos. No entanto, não podemos deixar de questionar a forma como este recurso é usado e os riscos que ele traz consigo, visto que a vigilância permanente dos cidadãos além de diminuir a sensação de insegurança, pode também afetar a liberdade e a privacidade dos indivíduos, controlando sua conduta e reduzindo o seu espaço para manifestações espontâneas nos espaços públicos, minando a capacidade política e democrática da sociedade e impondo à mesma um controle disciplinar muito além daquele presente no Panóptico foucaultiano. Devemos questionar antes de tudo, até que ponto, para supostamente alcançar a segurança e controlar a criminalidade e a violência, não acabamos por controlar a nós mesmos ao criar um universo permanente vigiado.

4 OLHOS ELETRÔNICOS

A presença das câmeras nos ambientes urbanos tem se tornado cada vez mais objeto de análise de inúmeras áreas de estudo como já aponte, em especial da Sociologia, entretanto, boa parte dessa literatura volta seus olhares para as práticas da segurança privada e dos circuitos fechados de televisão. Apesar de essa dissertação tratar do caso do videomonitoramento urbano de Curitiba, que é desde sua idealização e implantação responsabilidade da Prefeitura Municipal, não é possível fazer uma discussão sobre esse tema sem levar em conta a influência da segurança privada no assunto.

Assim sendo, este capítulo se inicia apontando exatamente para essa relação, demonstrando o desenvolvimento das práticas de videovigilância no Brasil, desde as primeiras câmeras instaladas pela segurança privada em bancos e estabelecimentos financeiros até os recentes investimentos da União através do PRONASCI²⁷. Em um segundo momento será apresentado em detalhes o sistema de videomonitoramento urbano da cidade de Curitiba, no qual discutirei sua operação e funcionamento, sua relação com os objetivos mais práticos da instalação de um sistema de câmeras para segurança e uma breve análise da relação entre vigilância e criminalidade na capital paranaense.

Finalmente será discutida também a relação entre o pioneirismo do sistema curitibano de monitoramento eletrônico em articulação com as estratégias do planejamento urbano da cidade, enfatizando os efeitos de segregação socioespacial e de desaparecimento dos conflitos sociais que se relacionam a esse processo de maneira direta ou indireta.

Para trazer ao debate essas questões esse capítulo baseia-se não apenas em literaturas e bibliografias, mas também no trabalho de campo realizado para esta pesquisa através das entrevistas realizadas com os gestores do sistema de videomonitoramento urbano da cidade de Curitiba no ano de 2011, sem deixar de contrapor também, quando necessário, a experiência da observação participante junto aos operadores do sistema realizada em 2012. Além das entrevistas serão usados também dados estatísticos da SESP (Secretaria Estadual de Segurança Pública), do

²⁷ Programa Nacional de Segurança com Cidadania.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da própria SMDS (Secretaria Municipal de Defesa Social) de Curitiba.

Cruzando esses dados e realizando as análises, pretendo com este capítulo alcançar parte dos objetivos desta dissertação, visando responder o que é e como funciona a política de videomonitoramento na cidade de Curitiba; qual a efetividade dessa prática enquanto política de segurança pública; e, começando a sinalizar a influencia da cultura do medo na forma como a vigilância é exercida na cidade de Curitiba.

4.1 EXPANSÃO DO VIDEOMONITORAMENTO NO BRASIL

Para que possamos compreender um pouco da trajetória das câmeras de videomonitoramento no Brasil e contextualizar sua expansão no país, acho importante resgatar alguns pontos marcantes de sua história. Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, a empresa alemã Siemens foi a primeira a colocar em funcionamento um circuito interno de vídeo a fim de monitorar o lançamento dos foguetes V-2 (MACHADO, 1990) e desde então o uso das câmeras tem se disseminado e elas podem ser encontradas no mundo todo, tanto nas grandes metrópoles e capitais, quanto nas pequenas cidades do interior, usadas por bancos, instituições estatais e até residências privadas.

A partir da década de 1970 os primeiros sistemas de videovigilância começaram a ser instalados em espaços abertos na Europa, com o objetivo de controlar o tráfego e proteger os bancos e estabelecimentos de luxo dos assaltos. No decorrer da década de 1980 esses sistemas multiplicaram-se rapidamente, passando a cobrir os sistemas de transporte coletivo, prédios públicos e o comércio em geral, e na década de 1990 já estavam nos estádios, praças e parques públicos e nas ruas de algumas cidades.

No Brasil, entretanto, foi só a partir da década de 1980 que as câmeras começaram a ganhar espaço e fazer parte de nossas paisagens urbanas, inicialmente instaladas com o objetivo de monitorar o trânsito para em seguida voltarem seus olhos eletrônicos para fins securitários. Primeiro foram instaladas em bancos e instituições financeiras e a partir daí foram ganhando cada vez mais espaço no ramo da segurança privada. Contudo, é apenas nas últimas duas décadas que as câmeras começam a entrar nos espaços de circulação pública no Brasil, inclusive na cidade de Curitiba,

que foi uma das pioneiras a ganhar um sistema de videomonitoramento urbano, que começou a ser instalado em 2000, inicialmente na Rua XV de Novembro, e mais tarde ampliada para uma área bem mais ampla, como veremos nos capítulos seguintes.

Antes de falar especificamente sobre o sistema de Curitiba, é interessante compreender a lógica que fez com que a videovigilância crescesse tanto e tão rápido no Brasil, e para isso uma parte do trabalho de pesquisa realizada por Marta Mourão Kanashiro é de inestimável valor para essa compreensão, além de ser um dos poucos trabalhos desenvolvidos no Brasil que voltam sua atenção a esse tema. Diferente do que acontece no cenário acadêmico internacional, são poucas as pesquisas e os debates levantados por pesquisadores brasileiros sobre o fenômeno da vigilância eletrônica, e especificamente sobre a instalação de câmeras em espaços de circulação pública, o que tornou a realização desta pesquisa de mestrado tanto mais difícil pela falta de literatura e discussão nacional sobre o tema, quanto mais interessante do ponto de vista do pesquisador que busca saciar sua curiosidade sobre o assunto e ao mesmo tempo contribuir para a construção do conhecimento.

Kanashiro afirma que nas últimas décadas o mercado de segurança eletrônica no Brasil se firmou como uma área extremamente lucrativa e em constante processo de expansão. De acordo com dados da ABESE (Associação Brasileira das Empresas de Segurança Eletrônica), somente a venda de sistemas eletrônicos de segurança (câmeras de monitoramento, circuitos fechados de televisão e alarmes) apresentou um faturamento de 150 milhões de dólares em 1998, e 215 milhões de dólares em 2002.

A autora traz ainda uma contribuição bastante útil para a análise da expansão da segurança eletrônica, e especialmente dos sistemas de videovigilância no país ao propor, baseada na análise da legislação existente sobre o tema, uma divisão em três períodos distintos para a forma como o discurso sobre as câmeras se apresenta no Brasil (KANASHIRO, 2008).

No primeiro período, que vai de 1982 até 1995, as câmeras eram apresentadas como uma sugestão para a segurança, havia poucas propostas legais que tocavam o tema das câmeras de vigilância, e elas eram mencionadas apenas como possíveis ferramentas, entre outras, para sistemas de segurança privada em bancos e outros estabelecimentos financeiros. Com o fim da ditadura militar em 1985 e a abertura democrática começaram a vir à tona discursos sobre a ineficiência do Estado na promoção da segurança pública, ao lado do crescimento da sensação de

insegurança e medo da população em relação à violência urbana e à criminalidade durante a década de 1990, e foram esses discursos que se tornaram os principais argumentos para o uso das câmeras de vigilância nesse período.

De 1995 até 2003, Kanashiro aponta para a primeira reconfiguração da videovigilância no Brasil, que foi quando as câmeras deixaram de ser apenas sugestões para a segurança de instituições financeiras e tornaram-se itens obrigatórios nesses estabelecimentos. É nesse período que surgem também as primeiras propostas para o uso de câmeras de vigilância em ambientes de circulação pública, como hospitais, escolas, estádios de futebol e *shopping centers*. Como demonstra Kanashiro, tanto a mídia como os empresários do setor de segurança privada identificam um “boom” no setor de segurança eletrônica nesse período, marcado pela adesão do uso das câmeras por associações comerciais – como é o caso de Curitiba que veremos mais adiante – e condomínios fechados, que passaram a instalar câmeras em seus prédios voltadas para as ruas e controladas por companhias de segurança privada ou por empregados dos próprios condomínios.

É importante deixar clara aqui a influência do setor privado nesse período²⁸, visto que o argumento da ineficiência do Estado em lidar com questões de segurança abriu espaço para que a maioria das instalações de câmeras, entre outros dispositivos de segurança eletrônica, fossem efetuadas por empresas de segurança privada, cujos empresários eram também os principais propositores e gestores de políticas de segurança (CALDEIRA, 2000).

Assim, sob os argumentos do crescimento da violência, da ampliada sensação de medo e da ineficiência do Estado brasileiro, o processo de privatização da segurança foi justificado e promovido, transformando a segurança em mercadoria e criando um crescente e altamente lucrativo ramo comercial, que através de seus serviços de segurança privada e da tecnologia de seus equipamentos eletrônicos pode responder à demanda da população por segurança de uma maneira que o Estado não pode. Esta privatização da segurança traz não apenas câmeras de vigilância, cercas elétricas e alarmes, ela traz um novo conjunto de significados e

²⁸ Apesar da influência do setor privado nesta questão, como demonstrarei no próximo tópico, o caso de Curitiba constitui-se como um pequeno desvio desse padrão, uma exceção, onde o sistema de videomonitoramento em espaços de circulação pública é, já no ano 2000, implantado e monitorado pela PMC, e não por empresas de segurança privada, como na maioria dos casos.

sentidos sobre o que é segurança e risco, e sobre o que e quem pode ser considerado perigoso (KANASHIRO, 2008).

A partir do ano de 2003, uma nova reconfiguração começa a acontecer no discurso sobre as câmeras de vigilância no Brasil, mantendo as principais características do período anterior, como a influência do setor privado sobre a segurança e o uso obrigatório das câmeras em estabelecimentos financeiros e espaços de circulação pública. A novidade desse período é a conexão do discurso nacional com o discurso internacional sobre a necessidade das câmeras, como componentes obrigatórios dos sistemas de segurança de comércio internacional, de segurança pessoal e também de sobrevivência (KANASHIRO, 2008).

Não é nossa intenção dizer que no período anterior o discurso nacional sobre as câmeras não sofresse a influência do discurso internacional sobre o tema, muito pelo contrário, entretanto, é a partir de 2003 que os reflexos do discurso estadunidense sobre segurança e combate ao terrorismo, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 contra o World Trade Center e o Pentágono, começam a influenciar mais diretamente nossas práticas securitárias locais.

Nesse contexto marcado pela Guerra ao Terror e por certa concepção de segurança global, a instalação de dispositivos de vigilância, monitoramento e controle são apresentadas como essenciais para a sobrevivência, sendo cada vez mais popularizadas e promovidas tanto pela mídia, quanto pelos discursos da segurança pública.

A pesquisa realizada por Kanashiro encerra sua análise no ano de 2005, sendo assim, arrisco-me a propor que desde 2007 estamos passando por uma nova reconfiguração do discurso sobre as câmeras de vigilância no país, que dessa vez, apesar de ainda ser marcada profundamente pela influência da segurança privada, diferencia-se dos períodos anteriores pelo reaparecimento do Estado, que buscando preencher o vazio deixado nas últimas décadas na segurança pública nacional, apresenta um novo discurso sobre a segurança, que inclui em suas práticas a criação e o financiamento de sistemas de monitoramento eletrônico por câmeras promovidos pelo PRONASCI.

Esse período mais recente, além de ser marcado pela presença do Estado como um novo ator no cenário da vigilância eletrônica marca também uma acelerada expansão do uso de câmeras para fins de segurança pública no país, financiando tanto amplos sistemas de monitoramento em áreas violentas das principais cidades

do país, como também em pequenos municípios do interior, onde a presença das câmeras parece até deslocada do contexto local.

Vale ressaltar que, mesmo nas cidades de grande porte e regiões metropolitanas, o uso de ferramentas de alta tecnologia como as câmeras de videomonitoramento urbano, trazem consigo um sentido que não se conecta apenas às questões relativas à segurança, mas também a certa ideia de “modernidade” da própria cidade, como acontece em Curitiba, fortalecendo a imagem da cidade monitorada como uma cidade moderna, tecnológica, quase futurista e em certa medida utópica. Contudo, essa mesma noção de ascensão à modernidade acarreta em discriminação social, segregação socioespacial, exclusão e restrição do acesso a determinados espaços que por definição deveriam ser públicos. Nesse sentido, esses dispositivos tecnológicos de vigilância e monitoramento, além de representarem uma solução para o medo e a criminalidade no discurso contemporâneo, representam também uma ascensão a outro nível de desenvolvimento local, mais moderno e mais avançado.

4.2 O VIDEOMONITORAMENTO EM CURITIBA

4.2.1 Operação e funcionamento do sistema

No caso de Curitiba, a história da vigilância eletrônica municipal começa de outra forma, e desde seu início demonstra que outros interesses estão envolvidos para além do combate à violência e à criminalidade. De acordo com os responsáveis pelo gerenciamento do sistema na Secretaria Municipal de Defesa Social (SMDS), especificamente do Departamento de Planejamento e Defesa Comunitária (DPDC), a ideia da implantação de um sistema de câmeras de vigilância em Curitiba não partiu da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), mas sim de uma demanda da sociedade.

De acordo com as entrevistas realizadas com os gestores do sistema de videomonitoramento eletrônico da capital paranaense, no ano 2000 a Associação Comercial do Paraná (ACP) solicitou uma atitude do Estado frente ao grande número de furtos que ocorriam da Rua XV de Novembro, um dos principais – senão o principal – eixos comerciais da cidade, e para responder a essa demanda surgiu a proposta da instalação de um sistema de câmeras de vigilância, na extensão do calçadão da Rua XV de Novembro.

Assim, a partir de março de 2000 uma série de debates e audiências foi realizada buscando determinar como seria feita a instalação de tal sistema, quais as implicações da presença das câmeras, quais os pontos positivos e negativos e quem as operaria. Na maioria dos países do Norte Global²⁹ (como Canadá, Inglaterra, França, Alemanha, entre outros) esse debate continua sendo um impasse quando se põe em pauta a questão da privacidade, e mesmo hoje não se encontra um consenso sobre o assunto e existe um forte ativismo político contra a presença das câmeras nesse sentido. Aqui, entretanto, o debate foi rápido e teve pouca resistência, e mesmo sem as tecnologias que hoje permitem que se crie uma espécie de “máscara” que bloqueia o alcance das câmeras no interior de prédios residenciais, os juristas envolvidos na discussão apresentaram pareceres unânimes afirmando que: quando o uso das imagens gravadas pelas câmeras é para fins de interesse público, não pode haver discussão sobre a questão da privacidade individual.

Assim, no dia dois de outubro de 2000 foi inaugurado o sistema de videomonitoramento eletrônico de Curitiba, com 14 (quatorze) câmeras analógicas instaladas no calçadão da Rua XV de Novembro, no centro da cidade. Nesse primeiro momento o sistema era administrado pela Polícia Militar e as imagens eram gravadas em fitas VHS, o que dificultava tanto o armazenamento quanto a recuperação dos dados, e por muitos anos não houve mudanças significativas ou ampliações da capacidade do sistema, do número de câmeras ou da tecnologia dos equipamentos.

Em 2008, no entanto o sistema começa a passar por grandes reestruturações. No mês de março desse ano a Prefeitura Municipal de Curitiba inaugura o Centro Integrado de Monitoramento Eletrônico de Curitiba (CIMEC), com a instalação de mais 22 câmeras com tecnologia digital na região central da cidade, monitoradas 24 horas por dia por Policiais Militares, membros da DIRETRAN – hoje vinculada a SETRAN – , da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), e por Guardas Municipais, que a partir desse momento passam a ser os gestores oficiais do sistema.

Muitas expansões foram realizadas durante os últimos anos, e mesmo enquanto essa dissertação está sendo redigida, o sistema continua sendo

²⁹ A divisão norte-sul é uma divisão socioeconômica e política utilizada para atualizar a Teoria dos Mundos. A partir dessa divisão, separa-se os países desenvolvidos, chamados de países do norte, dos países do sul, grupo de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

constantemente ampliado, impedindo inclusive que os dados aqui apresentados mantenham-se atualizados.

Para que dar um panorama da velocidade com que o sistema está sendo ampliado recentemente basta observar a variação nos dados durante a própria realização desta pesquisa: quando iniciei as entrevistas com os gestores do sistema na SMDS nos meses de outubro e novembro de 2011, a cidade de Curitiba contava com 97 câmeras de vigilância, quando terminei a observação participante com os operadores o número de câmeras chegava a 116, e de acordo com as perspectivas da SMDS, até a Copa do Mundo em 2014, o número de câmeras espalhadas pela cidade deve chegar a 450.

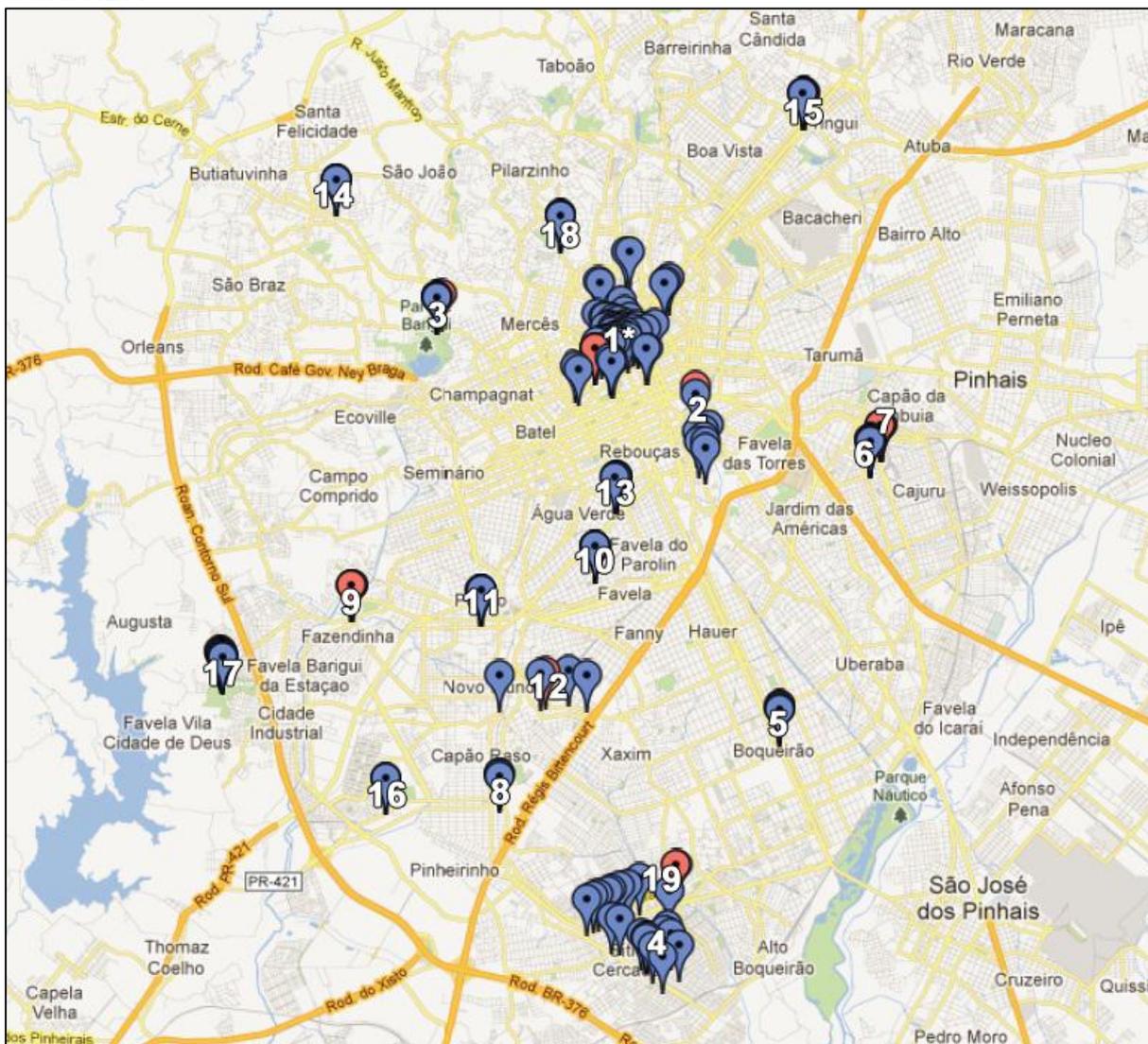
Em janeiro de 2013 – data mais recente em que tive acesso aos dados sobre o sistema de videomonitoramento – a cidade de Curitiba já contabiliza 175 câmeras de vigilância, incluindo quatro câmeras instaladas num módulo móvel que é utilizado para o monitoramento de eventos públicos em áreas não monitoradas. A maioria das câmeras possui tecnologia digital, o que garante uma alta qualidade das imagens capturadas e um longo alcance da capacidade de aproximação das mesmas. Além das câmeras, para o funcionamento do sistema ainda há exigência uma grande infraestrutura de redes de fibra ótica com grande capacidade de transmissão de dados.

A construção dessa rede de videovigilância e de toda sua infraestrutura já recebeu mais de R\$ 5 milhões de reais desde sua primeira expansão em 2008, seja através de investimentos da própria PMC, do governo do estado, de emendas parlamentares propostas por vereadores, de parcerias público-privadas através dos chamados investidores sociais ou de convênios com a União como o PRONASCI, garantindo para a “cidade modelo” premiação em 2011 de Prefeitura Inovadora graças ao seu sistema de gestão de informações.

Das 171 câmeras fixas do sistema (além das quatro câmeras do módulo móvel), 115 estão espalhadas entre 18 Centros de Controle Operacional (CCO) que são operados 24 horas por dia por dois operadores da Guarda Municipal, com exceção dos CCO Núcleo de Proteção ao Cidadão - Bom Retiro e CCO Sítio Cercado, que contam também com operadores da Polícia Militar. As demais 56 câmeras encontram-se na região central da cidade e são todas operadas a partir do CIMEC, que como veremos mais a frente, funciona de forma um pouco diferente dos demais CCO. O

mapa e a tabela abaixo demonstram a distribuição e a localização de todas as câmeras e CCOs da cidade de Curitiba:

FIGURA 1 - MAPA DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO DE CURITIBA



FONTE: Diego Coletti Oliva (2013).

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS CÂMERAS POR CCO

Legenda	Centro de Controle Operacional (CCO)	Câmeras
---------	--------------------------------------	---------

1 ³⁰	Centro Integrado de Monitoramento Eletrônico de Curitiba (CIMEC)	56
2	Monitoramento PUC	8
3	Monitoramento Barigui	6
4	Rua da Cidadania Bairro Novo	6
5	Rua da Cidadania Boqueirão	5
6	Escola Municipal Prefeito Omar Sabbag	5
7	Escola Municipal Cel. Durval de Britto e Silva	4
8	Rua da Cidadania Pinheirinho	3
9	Rua da Cidadania Fazendinha	4
10	Escola Municipal Itacelina Bittencourt	4
11	Escola Municipal Papa João XXIII	4
12	Módulo XIX GM	4
13	Cemitério Municipal do Água Verde	6
14	Rua da Cidadania Santa Felicidade	4
15	Rua da Cidadania Boa Vista	5
16	Rua da Cidadania CIC	2
17	Parque dos Tropeiros	14
18	Núcleo de Proteção ao Cidadão – Bom Retiro	4
19	Sítio Cercado	27

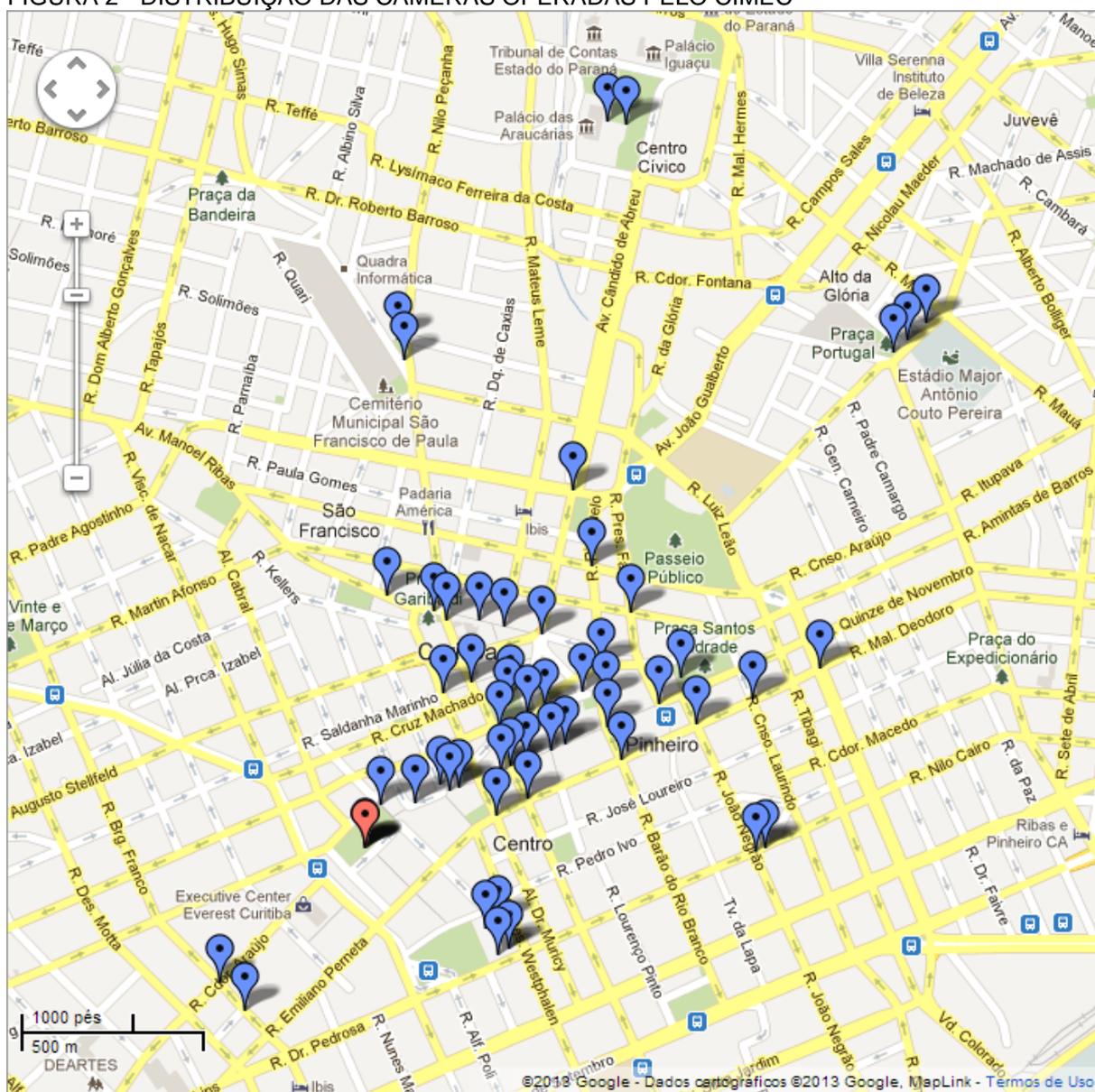
FONTE: Diego Coletti Oliva (2013).

Uma simples leitura dos números dessa tabela e da localização das câmeras já demonstra que há uma distribuição no mínimo desigual das localizações pela cidade: das 171 câmeras, 56 são operadas pelo CIMEC, 27 pelo CCO Sítio Cercado e 14 pelo CCO Parque dos Tropeiros – somando 97 câmeras – enquanto as restantes estão espalhadas pelos outros 16 CCO da cidade. Vale deixar claro aqui, que o CCO Sítio Cercado conta com um número alto de câmeras de vigilância graças aos investimentos do convênio da PMC com o Ministério da Justiça que determinam que toda a verba recebida através do PRONASCI deve ser voltada especificamente para esse bairro de Curitiba, que foi considerado, na ocasião do convênio, o bairro mais violento da cidade, por concentrar o maior número de homicídios da capital paranaense.

³⁰ A divisão oficial da SMDS estabelece dois CCO na região central da cidade, um para a Rua da Cidadania Matriz e outro para o restante do centro, entretanto, ambos são operados em conjunto pelo CIMEC, como se fossem um único CCO, e por esse motivo preferi trata-los como um só para fins de análise.

Assim, é possível observar que o sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba concentra quase um terço de sua estrutura na região central da cidade, uma área altamente comercial, com um grande fluxo diário de pessoas e de mercadorias e que tem, até hoje, a Rua XV de Novembro como ponto de referência principal, que como apontei anteriormente foi o marco zero do sistema de videomonitoramento atendendo a uma demanda da ACP.

FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS CÂMERAS OPERADAS PELO CIMEC



FONTE: Diego Coletti Oliva (2013).

De acordo com os próprios gestores do sistema de videomonitoramento de entrevistados durante a primeira fase da pesquisa na SMDS, o número de ocorrências de crimes é levado em conta para a escolha dos locais das câmeras, mas o foco

principal que determina onde as câmeras serão colocadas é o comércio. O objetivo principal da expansão do sistema é levar o videomonitoramento para os principais eixos comerciais da cidade, onde existe maior fluxo de pessoas, de dinheiro e de mercadorias, visando oferecer segurança nas áreas de maior risco para as empresas, o que se alinha perfeitamente com algumas das análises que apresentei nos capítulos anteriores sobre a relação entre a vigilância eletrônica e a valorização dos espaços de consumo da cidade.

Outro elemento interessante que pode ser observado nesses dados é o fato de que dos 19 CCOs existentes, sete estão localizados nas Ruas da Cidadania³¹, quatro em escolas municipais, dois em parques públicos e dois em outros estabelecimentos da própria Prefeitura Municipal (Módulo XIX GMC e Núcleo de Proteção ao Cidadão – Bom Retiro). Ou seja, de 19 CCOs, 15 estão instalados em locais que demonstram claramente que o objetivo do monitoramento é a proteção do patrimônio público e dos bens e serviços municipais, e não tanto a proteção do cidadão que é tão frequentemente acionada pelo discurso da segurança.

No entanto, não é difícil compreender como essa lógica da proteção do patrimônio público se sobrepõe à da proteção do cidadão na cidade de Curitiba, visto que a responsabilidade pela operação do sistema de videomonitoramento aqui é da Guarda Municipal, que traz desde sua constituição a preocupação em primeiro lugar com o patrimônio público atuando, apenas a partir de 2011, como força auxiliar na segurança dos cidadãos cuja responsabilidade recai sobre a Polícia Militar.

Além disso, há ainda mais um ponto importante a ser observado sobre a instalação dos CCOs. Como apontei anteriormente, uma das formas de financiamento do sistema de videomonitoramento de Curitiba são os chamados investidores sociais. Esses investidores nada mais são do que instituições privadas que investem na ampliação do sistema de videomonitoramento, pagando pelos equipamentos e pela infraestrutura dos pontos de vigilância, comprando as câmeras e outros equipamentos, pagando pela construção e mobiliário do CCO, e assumindo até mesmo os custos da manutenção do equipamento, enquanto a PMC, através do

³¹ As Ruas da Cidadania são locais onde na cidade de Curitiba que concentram serviços públicos municipais no âmbito regional, seus núcleos oferecem serviços nas esferas municipal, estadual e federal.

DPDC, assume apenas a operação do sistema. Em contrapartida, a escolha da área a ser monitorada pelas câmeras não será determinada pela prefeitura, por questões relacionadas à Segurança Pública e combate à violência, e tampouco para a proteção dos bens e serviços do município. Nesses casos, será o investidor social que definirá a área que ele quer protegida, baseado apenas em seus próprios interesses. É esse o caso do CCO Monitoramento PUC (que monitora os arredores do campus da PUC no Prado Velho) e do CCO Cemitério do Água Verde (que monitora os arredores do Supermercado Condor no Água Verde).

O mesmo processo observado nos investidores sociais por interesses comerciais e econômicos também ocorre quando o investimento para a instalação das câmeras vem através de emendas parlamentares, propostas por vereadores municipais para a instalação do sistema de videomonitoramento em determinadas áreas visando cumprir sua própria agenda política e não atender de fato às demandas da Segurança Pública.

G2³²: “O vereador vem com uma emenda parlamentar e diz: ‘Olha, queria deixar aí duzentos mil reais pra você fazer a câmera de videomonitoramento ali em tal região’. A gente sabe que é um projeto político, mas pra nós pouco importa né. É uma vontade do representante daquela região ter e a gente faz mesma coisa”.

Analisando dessa forma podemos dizer que o único CCO que parece ser voltado para a proteção do cidadão e combate à violência sem a influência de interesses comerciais e privados seria o CCO Sítio Cercado. Todavia, graças a inúmeras peculiaridades deste CCO – como sua relação com o PRONASCI e os investimentos do Ministério da Justiça, os diferentes agentes que estão envolvidos em sua operação, a própria definição do bairro Sítio Cercado enquanto área de risco e também o fato de este CCO ter sido inaugurado apenas no final de 2012, quando meu trabalho de campo já havia sido concluído – impedem que eu possa oferecer uma análise completa sobre o mesmo neste momento, o que demandaria uma nova pesquisa ainda mais ampla do que a realizada para esta dissertação de mestrado.

Enfim, observando essa cartografia das áreas monitoradas, fica claro que apesar do discurso da segurança e da prevenção da violência ser acionado para legitimar a instalação destes dispositivos, há outros interesses também envolvidos na

³² G2 é o pseudônimo que usei para identificar um dos gestores da SMDS responsáveis pelo sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba.

escolha das áreas monitoradas, interesses que podem ser categorizados em três (três) lógicas distintas, porém não excludentes, de funcionamento:

- Proteção e valorização das áreas comerciais da cidade;
- Proteção do patrimônio e dos bens e serviços do município;
- Proteção do cidadão e combate à violência;

A existência dessas três lógicas de funcionamento não chega a ser surpreendente, e de fato se alinha perfeitamente ao que as literaturas sobre o tema têm afirmado na experiência de outras cidades ao redor do mundo como discuti nos capítulos anteriores. Entretanto, uma análise mais atenta desses dados, levando em consideração todo o histórico do planejamento urbano de Curitiba e relacionando a localização e a(s) lógica(s) do sistema de videomonitoramento, permite que se visualize o desenho socioespacial da cidade e que se revelem, através de outro olhar, os padrões de segregação e hierarquização dos espaços na capital paranaense.

4.2.2 Objetivos práticos do videomonitoramento urbano

Quando comecei a por em prática esta pesquisa e levantei os primeiros dados e referências bibliográficas sobre o tema, percebi que o material que se dedicava ao assunto, especialmente no campo da Sociologia, se apoiava quase que exclusivamente em discussões teóricas sobre a questão, focando suas problematizações nas percepções de determinados sujeitos sobre as implicações das câmeras de videomonitoramento. Parece-me que mesmo hoje enquanto escrevo esta dissertação poucos/as autores/as trataram de observar as questões mais técnicas relativas aos sistemas de videomonitoramento urbano, além de suas implicações mais práticas e objetivas sobre o cotidiano, e não apenas aquelas ligadas à subjetividade dos envolvidos.

Ora, não é minha intenção criticar esses trabalhos, mesmo porque o meu próprio também tem como objeto principal de análise a subjetividade dos operadores do sistema e suas relações com a cultura do medo que permeia a contemporaneidade, sendo assim, incluo a mim mesmo como um dos pesquisadores que prioriza a subjetividade na análise da vigilância contemporânea. Dessa forma o que proponho neste capítulo não é de forma alguma refutar esses autores, mas apenas trazer ao

debate elementos de alguns autores que de fato trazem as questões práticas do videomonitoramento à discussão e, em certa medida, relacionar esse debate aos dados obtidos por meio da coleta de documentos e de estatísticas oficiais e das entrevistas com os gestores do sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba.

Antes de tudo, devemos começar essa discussão buscando estabelecer quais os objetivos principais da instalação de câmeras de vigilância para fins de segurança, ou seja, precisamos deixar claro para que servem as câmeras? Que efeitos se espera que elas possam produzir?

É claro que o discurso da segurança e do medo está sempre presente quando se busca legitimar a instalação de quaisquer técnicas e dispositivos de securização urbana, mas durante a pesquisa, tanto bibliográfica quanto empírica, pude estabelecer três objetivos principais relacionados especificamente em relação às câmeras: o poder preventivo, o poder reativo e o poder de viés-probatório, assim classificados em função do tempo de um ato criminoso que venha a ser cometido sob o escopo das câmeras.

O primeiro deles, chamado pelos sujeitos desta pesquisa de poder preventivo, é aquele que mais frequentemente é enfatizado pela literatura sobre vigilância e que também é muito divulgado por aqueles/as que apoiam a instalação das câmeras. Esse poder preventivo relaciona-se à capacidade da mera presença das câmeras de evitar que um crime aconteça no futuro. De acordo com alguns autores/as, este seria o objetivo que as câmeras alcançam com mais eficiência, induzindo no criminoso a sensação de que ele está sendo continuamente vigiado e inibindo sua ação através de uma espécie de ajuste comportamental, visto que cometer um ato criminoso em uma área monitorada constitui um grande risco ao criminoso.

Ao mesmo tempo em que essa presença abstrata do olhar gera no criminoso essa sensação de risco, oferecendo ao “cidadão de bem” uma maior sensação de segurança, enquanto para este cidadão a presença das câmeras equivale à presença de um policial militar ou um guarda municipal que deve estar ali para manter a ordem e protegê-lo dos “criminosos” e “marginais”. Outro efeito ainda deste poder preventivo das câmeras seria o ajuste comportamental dos próprios agentes de segurança, sejam da PM ou da GM que, ao atuar em uma área monitorada, tomarão mais cuidado ao realizar suas abordagens de forma adequada, evitando cometer abusos e violências desnecessárias.

G1³³: “Por parte do agente público, também ele sabe que ele tem que tomar uma ação adequada, correta legalmente, não é porque o cidadão tá cometendo um crime, que o cidadão tá numa situação de marginalidade que ele vai ser menos respeitado enquanto pessoa, então impõe ao agente público também que atue de forma correta”.

Contudo, devo ressaltar aqui que, apesar do discurso de alguns gestores alinhar-se ao debate teórico e apontar essa como a principal função das câmeras, o que se encontra na prática é um pouco diferente. De fato as câmeras possuem a capacidade de exercer coercitivamente esse ajuste comportamental e esse poder preventivo, porém seus efeitos são mais evidentes no período imediatamente posterior à instalação das câmeras, enquanto tanto os criminosos, quanto os agentes públicos de segurança e os próprios cidadãos ainda não estão habituados com a presença desses dispositivos. Com o passar do tempo, tanto uns como outros se adaptam às câmeras, se acostumam e até mesmo esquecem-se de sua presença, desenvolvendo novas práticas e estratégias para conviver com elas, ou simplesmente ignorando sua existência.

O segundo objetivo relacionado à instalação das câmeras, e também aquele do qual os operadores mais se orgulham por serem os responsáveis diretos por sua execução é o chamado poder reativo, o poder de agir em tempo real durante uma ação criminosa. Assim, quando o poder preventivo falha e um crime é cometido sob o olhar dos vigilantes, as câmeras tornam-se uma extensão dos olhos dos policiais e guardas municipais e, apesar de não ter sido capaz de evitar o crime, é o videomonitoramento que permite acompanhar o deslocamento do criminoso e eventualmente realizar sua captura. É a vigilância que permite a identificação da atividade suspeita e a ação no momento presente, enviando alertas e coordenando a ação dos agentes nas ruas e impedindo que a ação criminosa seja concluída ou fique impune.

Apesar dos gestores do sistema enfatizarem, durante as entrevistas, mais os outros dois objetivos das câmeras – o preventivo e o de viés-probatório – durante a observação na sala de controle do CIMEC em Curitiba, esse foi com certeza o poder mais enfatizado pelos operadores, orgulhosos de serem os olhos por trás das câmeras capazes de por em prática esse poder onipresente, repetidas vezes em nossas

³³ G1 é o pseudônimo que usei para identificar um dos gestores da SMDS responsáveis pelo sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba.

conversas eles comentavam sobre ações desse tipo em que estiveram envolvidos, coordenando a realização de prisões por meio do sistema de videomonitoramento, chegando inclusive a me mostrar as imagens registradas pelas câmeras dessas ações.

Paradoxalmente, esse é com certeza o objetivo em que o monitoramento se mostra menos eficiente, sendo raros os casos em que os criminosos são presos em flagrante graças ao uso das câmeras, e isso acontece por diversos motivos: pela impossibilidade dos operadores de monitorarem atentamente todas as câmeras durante todo o tempo, ou pela incapacidade dos agentes de segurança na rua de atenderem aos alertas emitidos pelo sistema de videomonitoramento imediatamente, e, até mesmo, pela própria adaptabilidade dos criminosos, atuando nos pontos cegos do sistema ou simplesmente fora das áreas monitoradas, de modo que as ocorrências mais frequentemente flagradas são casos de pichações, usuários de drogas e, às vezes, pequenos traficantes ou furtos do interior de veículos.

O terceiro objetivo das câmeras é aquele chamado pelos entrevistados de poder de viés-probatório, que se relaciona ao tempo passado, a um crime que foi cometido e concluído sob o escopo das câmeras e que teve suas imagens registradas pelas mesmas, de forma que a polícia ou a guarda municipal consegue usar as imagens como documento e prova do crime construindo um banco de dados para investigação e identificação do criminoso. Este é um dos objetivos mais enfatizados pelos gestores da SMDS em Curitiba, que afirmaram em entrevista que a maior contribuição do sistema, mais até do que a prevenção e a sensação de segurança é o poder de responsabilizar o infrator por seus atos.

G1: “O que eu destaco do videomonitoramento não é tanto pela sensação de segurança que ele traz, mas pela questão da criminalização do marginal. Foi preso, tem a materialidade do crime, a imagem que prova que foi ele, então ele vai responder pelo crime que ele cometeu. Então hoje o que a gente mais fornece aqui são cópias, via judicial, para a criminalização do marginal e isso tem sido bastante significativo. Então o cara sabe que vai ser punido. A maior importância do sistema de videomonitoramento é que você tenha a gravação da imagem que possa servir de ferramenta jurídica para que você possa criminalizar o marginal. Então o marginal sabe que se ele for pego ele será responsabilizado. Vai ter aqui a prova material do crime que ele cometeu, tanto pra identifica-lo quanto pra criminaliza-lo, esse é o grande diferencial, é o que traz de positivo, o cara sabe que se ele foi pego lá não adianta ele dizer que foi isso ou foi aquilo”.

Outro fator sempre presente nas entrevistas com os gestores, e que acho importante ressaltar como uma espécie de objetivo secundário da instalação do

sistema é o discurso bastante comum, e inclusive bastante difundido na mídia de que as câmeras são alternativas para substituir a falta de agentes efetivos disponíveis nas ruas. Mais do que isso, não foi raro durante a pesquisa ouvir que uma única câmera seria capaz de substituir de oito até 20 homens patrulhando as ruas da cidade. Nesse sentido, o discurso dos entrevistados na SMDS de Curitiba deixa explícito esse recurso às câmeras como uma forma abstrata de aumentar o efetivo e a presença da Guarda Municipal nas áreas monitoradas, sempre reforçando a ideia da substituição dos guardas pelas câmeras, maximizando os recursos humanos e reduzindo os custos ao município, visto que, seguindo essa lógica, além de substituir vários homens, uma nova câmera custa menos do que um novo guarda.

G2³⁴: “A prefeitura entende hoje que o videomonitoramento é uma saída pra que você não precise dispende pessoas fazendo esse trabalho, por mais que uma câmera custe 70 mil reais, é... em três ou quatro anos esse custo se dilui no orçamento e em coisa de cinco anos ela já se pagou... pra manter 5, 6, 7 guardas fazendo um trabalho numa região como essa, é... você tem que formar o guarda, colocar o guarda pra trabalhar e manter o guarda lá, então tem o fardamento mensal, tem todos os encargos que vem em cima do trabalhador que a prefeitura tem que manter a princípio pra sempre e não é fácil, né, um sistema de câmera, com os avanços tecnológicos que hoje a gente sabe que a cada ano elas acabam ficando... atrasadas né, em questão de tecnologia mas ela funciona bem uns 10 anos, pode ser que não se converse com outros sistemas, mas localmente ela se sustenta por 10 anos tranquilamente, então é um investimento único que em coisa de 10 anos se dilui no orçamento.”

Esse pensamento idealizado sobre as câmeras como substitutas dos próprios guardas realizando o trabalho de diversos homens é no mínimo questionável, e revela um forte determinismo tecnológico no discurso sobre a vigilância eletrônica, muitas vezes deixando de lado o fato de que a própria câmera precisa do elemento humano que a opere e monitore, e de que sem a presença física de outros agentes nas ruas para atender às ocorrências visualizadas pelas câmeras o sistema não seria capaz de funcionar de forma alguma, apesar de que, em certos momentos da entrevista, quando confrontados com questões contraditórias os próprios gestores assumem que por si só o sistema de videomonitoramento não é eficaz.

G1: “O videomonitoramento por si só não é uma ferramenta eficaz na área da segurança, ele é apenas uma ferramenta, então a grande vantagem é o monitoramento e a ação efetiva no delito, caso contrário se torna também ineficaz, precisa haver todo um planejamento pra que você possa além de ter

³⁴ G2 é o pseudônimo que usei para identificar um dos gestores da SMDS responsáveis pelo sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba.

o... a questão da imagem, a gravação da imagem, ter um serviço efetivo, uma resposta efetiva, caso contrário se torna mais uma ferramenta... que não adianta”.

Esse é um dos motivos que torna difícil realizar uma avaliação fiel sobre a efetividade ou não do sistema de videomonitoramento urbano enquanto uma ferramenta para a segurança pública, visto que além de se analisar a utilização dos recursos tecnológicos empreendidos pelos gestores, as distâncias das áreas monitoradas, a qualidade das câmeras, a mobilidade dos dados, a complexidade do espaço urbano a ser monitorado e a definição clara dos alvos e objetivos das câmeras, ainda é preciso destacar que mesmo que se encontre uma diminuição nas ocorrências, essa pode ser proveniente não apenas da instalação das câmeras em si, mas também de outras reorganizações do espaço que normalmente acompanham esse processo, como a melhoria na iluminação da área e até a reestruturação dos sistemas de comunicação e informação das polícias, fatores que em certa medida nos permitem até mesmo questionar se as câmeras não seriam dispensáveis quando se colocam em prática essas demais ações.

4.2.3 Relações entre vigilância e criminalidade

Estabelecer a relação entre a instalação de um sistema de videomonitoramento eletrônico e a seus impactos diretos na criminalidade mostrou-se uma tarefa muito mais complexa do que eu havia pensado no primeiro momento da construção do projeto que levou a esta pesquisa de mestrado. O levantamento de dados fiéis sobre a criminalidade e a violência, bem como sua organização e análise foram um obstáculo à parte à realização deste trabalho, e como veremos adiante, estabelecer conexões diretas com o videomonitoramento urbano é um ponto que longe de alcançar um consenso, mantém-se em aberto para a discussão e o questionamento constante na academia, bem diferente do discurso dos agentes da segurança pública, que dado o caráter de modernidade desses dispositivos e da tecnologia envolvida tem considerado a vigilância eletrônica como uma panaceia, uma solução inquestionável para os problemas da violência urbana.

Mas como podemos provar, ou refutar, o sucesso do videomonitoramento para segurança? Mesmo nesse ponto alguns autores acham difícil encontrar um ponto de consenso. Segundo Le Blanc (2008) “a prova do sucesso da videovigilância deveria

ser a queda dos números da delinquência, se o critério for o da sua dissuasão; ou sua alta, se o critério for o da detecção”. Em outras palavras, se o foco da análise for o sucesso do poder preventivo das câmeras de vigilância, ou seja, sua capacidade de inibir a ação criminosa e impedir que os crimes sequer aconteçam, devemos esperar por uma diminuição nas estatísticas de criminalidade. Por outro lado, se focarmos a nossa análise no sucesso do poder reativo da vigilância, no aumento do campo de visão das forças de segurança e na sua capacidade de agir em tempo real sobre os crimes em andamento e deixar que menos crimes passem despercebidos, então o que devemos esperar para comprovar a ação efetiva do videomonitoramento seria um aumento no número de ocorrências e não sua diminuição.

Vale ainda notar que esses dois focos de análise possíveis enfatizam os dois poderes menos efetivos do sistema de videomonitoramento, como discuti anteriormente, e deixam de fora justamente aquele que é mais valorizado pelos gestores entrevistados, nem por isso os mesmos deixam de citar os impactos do videomonitoramento sobre a segurança pública, apontando inclusive para um foco de análise que parece mesclar um pouco dos dois apontados por Le Blanc.

De acordo com os gestores há uma tendência de que as estatísticas de criminalidade nas áreas monitoradas subam em um primeiro momento e em seguida caiam drasticamente e se estabilizem em um nível inferior ao que existia antes da instalação das câmeras.

G3³⁵: “Quando a gente implantou as vinte câmeras ali no... na região do Largo da Ordem, a tendência, a tendência natural no, no, no gráfico aí é subir drasticamente, porque até então a câmera vai tá cobrindo um lugar onde até então num... uma dupla de guardas ou policiais não conseguiria cobrir, então a não... é... o que que acontece, o gráfico ali de atendimentos aumenta assim drasticamente, pra você ter uma ideia aumentou 62% a quantidade de delitos dentro da área de atuação, mas depois que normaliza isso daí a tendência é cair e manter dentro de um nível razoável de aceitação, aí começa a pegar coisas rotineiras, brigas, discussão, trânsito...”.

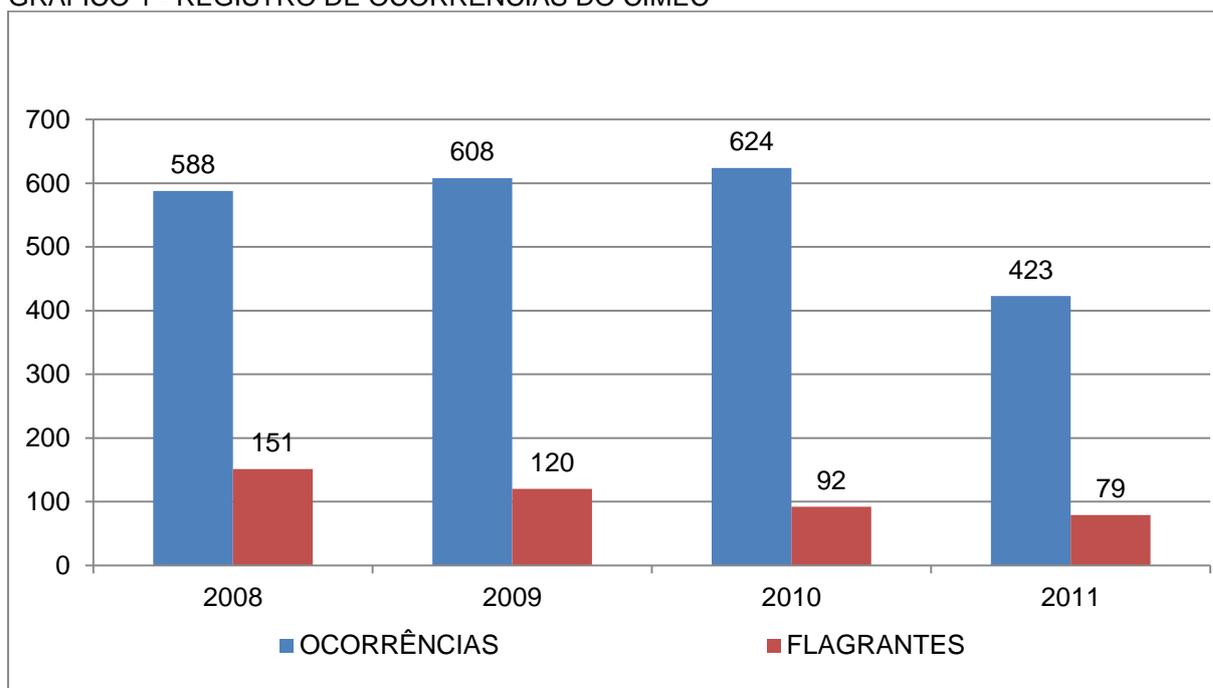
Infelizmente não consegui levantar os dados específicos sobre os índices de criminalidade apenas das áreas monitoradas, todavia, observando o gráfico do registro de ocorrências do CIMEC, poderíamos observar essa flutuação nos dados apontada pelos gestores: o aumento inicial no número de ocorrências, especialmente

³⁵ G3 é o pseudônimo que usei para identificar um dos gestores da SMDS responsáveis pelo sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba.

nos flagrantes, refletindo o poder reativo das câmeras; e em sequência uma diminuição gradativa e estável com o decorrer do tempo, refletindo seu poder preventivo.

Entretanto o que observamos nos gráficos é o seguinte:

GRÁFICO 1 - REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DO CIMEC



FONTE: SMDS (2013)*

*Dados organizados pelo autor³⁶.

Como podemos ver pelo número total de ocorrências registradas pelo CIMEC, responsável pelo monitoramento da região central da cidade de Curitiba. O ponto mais alto das ocorrências atendidas em flagrante de fato foi o primeiro ano de atuação do sistema, depois de sua expansão, e a cada ano esse número foi caindo gradativamente, alinhando-se ao discurso dos gestores. Mas se olharmos para os números totais de ocorrências, podemos ver que de fato os números têm aumentado constantemente a cada ano (devo ressaltar que apesar dos números de 2011 estarem mais baixos, estes estão atualizados apenas até o mês de setembro deste ano), o que joga uma dúvida sobre a eficiência do poder preventivo das câmeras, que não estão

³⁶ Os dados do registro de ocorrências que utilizei para esta análise são referentes ao período de março de 2008 até setembro de 2011, sendo estes todos os dados que a SMDS foi capaz de fornecer, visto que não constam registros desses dados anteriores a 2008 e não estavam ainda organizados pela secretaria, até o momento em que escrevo, os dados posteriores a setembro de 2011.

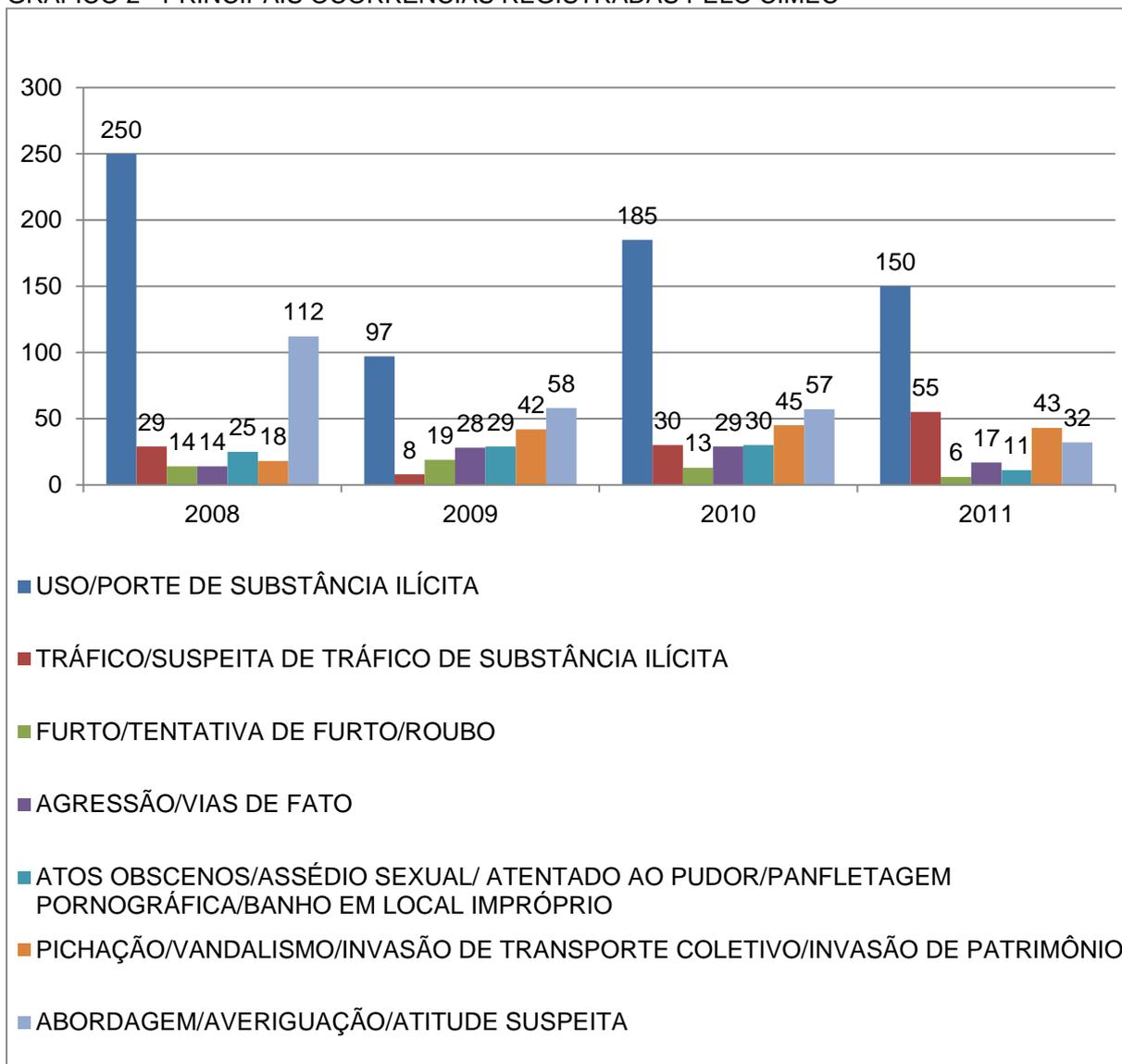
sendo capazes de diminuir o número de ocorrências, e põe em xeque também o seu poder reativo, visto que se os números totais aumentam enquanto os flagrantes diminuem, assim, somos facilmente levados a entender que o exercício da vigilância tem piorado com o passar dos anos. Mas será este mesmo o caso?

Tirar essa conclusão dessa maneira, sem levar em conta outros elementos envolvidos seria uma forma extremamente simplista de analisar os dados e certamente levaria a conclusões equivocadas. O aumento do número de ocorrências não pode ser usado para refutar a eficiência das câmeras porque o número de câmeras aumentou consideravelmente a cada ano, basta notar que em 2008 o CIMEC era responsável pelo monitoramento de 36 câmeras, enquanto em 2011 esse número já chegava a 49. Ainda assim, parece lógico que o número de flagrantes também devesse aumentar em paralelo à expansão do sistema, o que não ocorreu nesse caso.

Outra coisa que devemos levar em consideração é o fato de que a vigilância por câmeras não tem o mesmo impacto sobre todos os tipos de crime, na verdade, alguns estudos britânicos afirmam que os efeitos das câmeras em relação ao combate à criminalidade é muito menor do que se acredita e do que o discurso da segurança reproduz e enfatiza diariamente. Autores como Heilmann e Mornet (2001) afirmam em seu trabalho que a vigilância eletrônica afeta apenas alguns tipos de crimes, principalmente crimes contra o patrimônio, enquanto sua influência é praticamente nula em crimes contra a pessoa, tendo resultados positivos nesse sentido apenas contra delitos facilmente visíveis e em lugares que não permitem uma fuga rápida dos criminosos para fora do escopo das câmeras.

Buscando identificar essa relação entre a vigilância e os diferentes tipos de crime, construí um gráfico com os dados do CIMEC contabilizando as ocorrências mais frequentes monitoradas pelas câmeras e a evolução de seus índices nos anos de 2008 a 2011:

GRÁFICO 2 - PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELO CIMEC



FONTE: SMDS (2013)*

*Dados organizados pelo autor³⁷.

A partir desse gráfico podemos observar que os crimes de uso e porte de substância ilícita são os mais registrados por uma grande margem, seguidos por delitos como pichação, vandalismo, invasão de transporte coletivo e de patrimônio. Somente num nível secundário é que aparecem crimes como furto, roubo e agressão. Esses dados confirmam o que a literatura tem discutido sobre o tema, bem como o que apontei anteriormente sobre o foco das câmeras da cidade de Curitiba sobre a

³⁷ Idem 35.

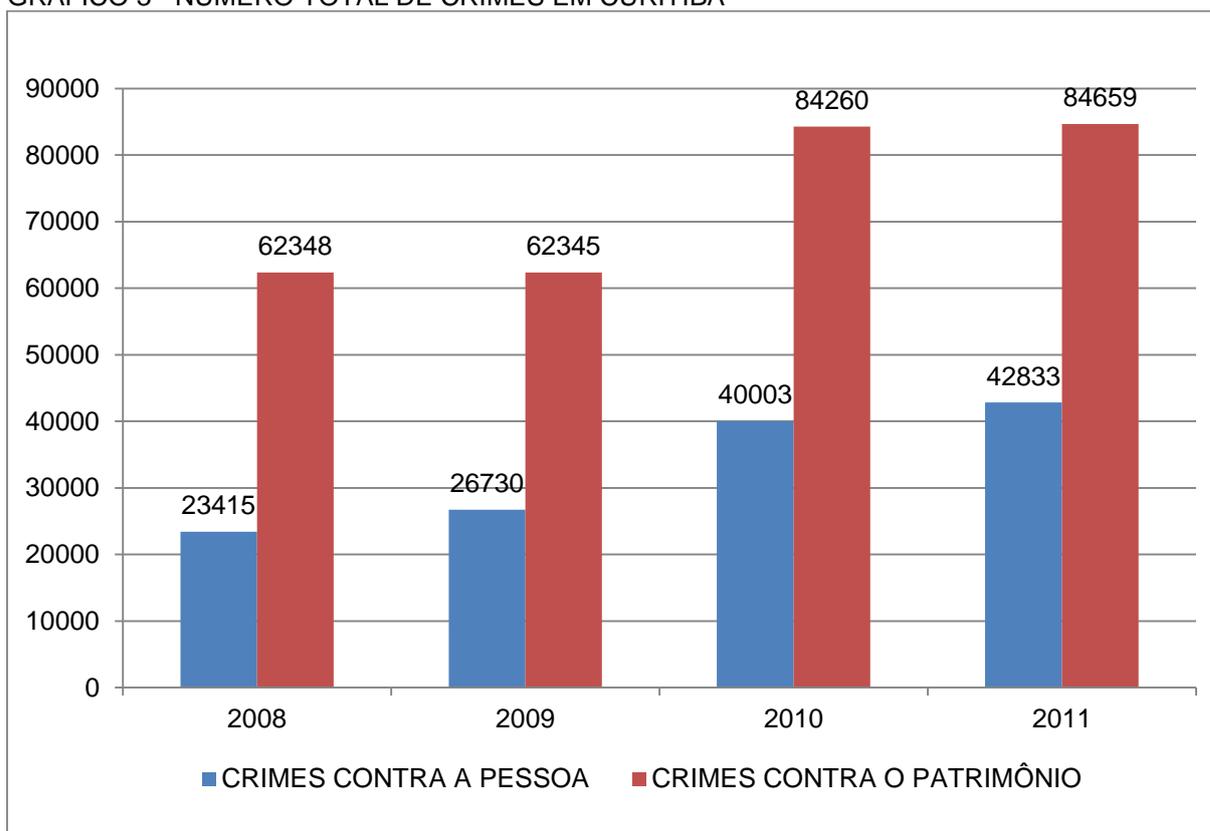
proteção do patrimônio e da propriedade em primeiro lugar e do cidadão em segundo plano.

Esse mesmo gráfico ainda aponta para outra questão interessante, a saber, os altos índices de registro sob a designação de abordagem, averiguação e atitude suspeita, temas que se relacionam à própria forma como a vigilância é exercida, a quem é vigiado e porque motivos, mas essa análise se conecta mais aos olhares humanos dos operadores por trás das câmeras do que aos olhos eletrônicos do sistema e ao efeito de sua presença, o que será discutido no próximo capítulo desta dissertação.

Outro elemento que deve sempre ser observado quando se analisa a questão do impacto do videomonitoramento se relaciona à migração da criminalidade. Alguns autores como Brown (1995) ou Waples, Gill e Fischer (2009), apontam que a vigilância não teria um efeito de redução real da criminalidade, mas apenas de deslocamento da mesma para fora das áreas monitoradas. Assim, os índices de criminalidade de fato diminuiriam nas áreas monitoradas, mas não porque os crimes foram inibidos, mas sim, porque os criminosos passaram a procurar por áreas mais vulneráveis onde atuar, fora do alcance do olhar eletrônico das câmeras de videomonitoramento urbano. Podemos afirmar, portanto, que vistas dessa maneira as câmeras não exercem qualquer efeito sobre as causas estruturais da criminalidade e funcionam apenas como uma solução pontual, que não altera a quantidade total de crimes.

Para testar essas afirmações observei os dados totais dos crimes registrados na cidade de Curitiba nos anos de 2008 a 2011 e o que pude observar foi o seguinte:

GRÁFICO 3 - NÚMERO TOTAL DE CRIMES EM CURITIBA



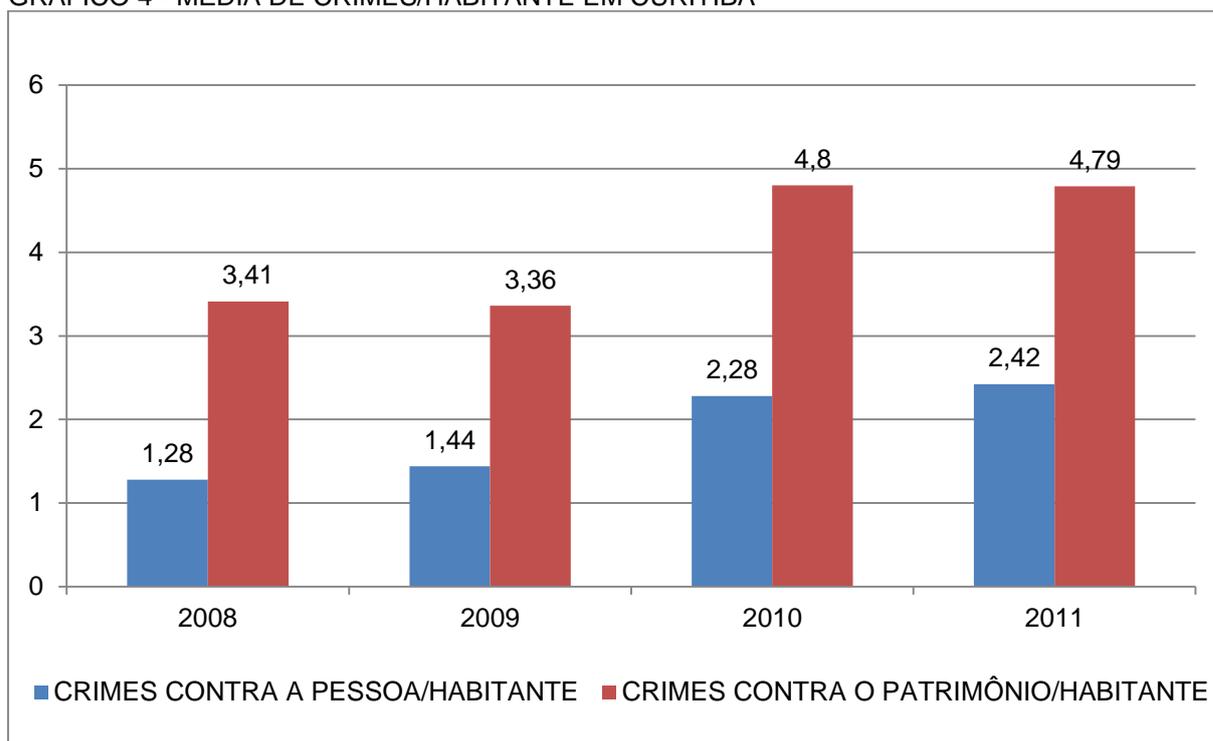
FONTE: SESP (2013)*

*Dados organizados pelo autor.

Como podemos notar no gráfico os números da criminalidade na cidade de Curitiba não diminuíram nos últimos anos com a expansão cada vez mais rápida do sistema de videomonitoramento e também com as outras ações da prefeitura e do governo estadual voltadas à segurança pública, na verdade esses números tiveram um aumento significativo de 2009 para 2010 e mantiveram a mesma média em 2011. Nas entrevistas com os gestores da SMDS o discurso oficial para explicar o aumento dos números e a falta de visibilidade clara dos resultados das políticas mais recentes de segurança pública se ligava ao crescimento populacional da cidade, assim o número total de crimes na cidade só estaria crescendo graças ao maior número de habitantes da capital paranaense, mas proporcionalmente os resultados seriam claros.

Assim, tentando por à prova essa afirmação cruzei os dados sobre criminalidade da SESP (Secretaria Estadual de Segurança Pública) com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre a população de Curitiba, e ao contrário do discurso oficial, a média de crimes por habitante em Curitiba apenas repete o que vemos nos números totais:

GRÁFICO 4 - MÉDIA DE CRIMES/HABITANTE EM CURITIBA



FONTE: SESP e IBGE (2013)*

*Dados organizados pelo autor.

Dessa forma, os gráficos nos levam a assumir que de fato o impacto das câmeras sobre o número total de crimes na cidade de Curitiba é imperceptível nos dados que tive acesso para esta análise, e assim podemos concluir que o efeito de sua presença é menos o de redução e mais o de deslocamento do crime para fora das áreas monitoradas. Essa questão foi observada com certa atenção nessa pesquisa, e durante as entrevistas com os gestores fiz questão de trazer esse ponto ao debate e ouvir a opinião oficial deles sobre esse tema que me parece tão importante para a segurança pública como é interessante para a análise, e nesse ponto suas respostas foram todas no mesmo sentido:

G4: “A partir do momento que o pessoal começa a conhecer o local, ver que tá monitorado, o pessoal estuda bastante o ponto cego das câmeras né, eles tem tempo suficiente na rua né, eles num tão fazendo nada, tão parado olhando né, então eles tem tempo pra ver lá até onde a câmera alcança e os pontos cegos dela. Eles acabam atuando nos pontos cegos ou então migrando pra áreas que não tem monitoramento”.

G3: “No começo assim o índice principalmente na área de tráfico de drogas, de consumo de drogas é muito alto viu, de assustar, você tem um parâmetro, de repente faz assim, sobe 120% a mais e daí ele cai drasticamente, porque começa a fazer a ação e por isso a gente chama até de cinturão de segurança, vai criar esse cinturão o pessoal vai começar a falar: ‘ah nem vamo lá porque aí tem câmera’ e acaba indo pra outro lugar e aí esse outro lugar que que acontece? Precisa colocar câmera pra poder... né porque, pra

falar a verdade a gente não consegue acabar com... com... com o delito, a gente consegue fazer com que o delito migre para outro lugar e quando chega nesse outro lugar, o que a gente tem que fazer? A gente tem que colocar novamente a tecnologia em prol da segurança pra poder otimizar o serviço e assim vai, é um ciclo acho que infinito”.

Fica claro então que os gestores não apenas estão cientes de que a presença das câmeras gera um deslocamento da criminalidade para fora das áreas monitoradas mais do que realmente diminui a violência urbana. Ainda, está presente em suas falas uma espécie de proposta estratégica para se lidar com esse deslocamento, apontando para a expansão de um “cinturão de segurança” que se propõe a expulsar o crime para fora de suas fronteiras gradativamente até que a cidade toda estivesse coberta por esse “cinturão” e assim protegida da violência.

Entretanto, observando o mapa do sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba (FIGURA 1), o que visualizamos não é um “cinturão de segurança” que segue uma lógica constante de expulsar o crime para fora das fronteiras da cidade, mas sim a construção de “bolhas” ou “ilhas” de segurança, que ao priorizarem a securização de determinadas regiões da cidade em detrimento de outras reforçam a ordenação e a hierarquização espacial de Curitiba, não criando padrões de segregação socioespacial, mas legitimando aqueles que já existem, definindo os lugares que devem ser valorizados e protegidos por meio das mais modernas tecnologias de segurança daqueles que podem ser deixados de fora dessa “modernização” da segurança urbana.

Ainda assim, mesmo com todos os gráficos apresentados aqui e os dados aos quais tive acesso (que podem ser conferidos nos anexos desta dissertação), fica difícil estabelecer uma análise completa e conclusiva sobre as relações entre vigilância e criminalidade. E assim como a maioria dos autores com os quais tive contato devo reconhecer aqui que os resultados a que cheguei nesse sentido são no mínimo inconclusivos.

O que esses dados permitem é que se questione até que ponto a vigilância eletrônica exerce um efeito real sobre o crime e a violência urbana e também sobre a sensação de medo e de insegurança da população, visto que, como alguns pesquisadores tem apontado, além de ter um impacto limitado sobre a criminalidade, a instalação de câmeras de vigilância muitas vezes tem o efeito paradoxal de aumentar a sensação de insegurança dos cidadãos, fazendo-os sentir menos seguros pela presença das câmeras ao concluírem que se um local precisa ser monitorado é

sinal de que ali ocorrem crimes perigosos o suficiente para justificar tal ação (DITTON, 1999).

Todavia, nunca foi minha intenção executar uma avaliação do sistema curitibano de videomonitoramento, seja para refutar ou legitimar seu uso, o que pretendo com este capítulo é apenas contextualizar a realidade do caso de Curitiba em comparação aos debates acadêmicos sobre o assunto e estabelecer alguns paralelos que são não apenas interessantes, mas acima de tudo úteis para que se possam alcançar os objetivos aqui propostos e analisar o exercício cotidiano da vigilância por meio da atuação dos operadores do sistema de videomonitoramento urbano da capital paranaense.

4.3 PLANEJAMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIAL

A cidade de Curitiba construiu ao longo de sua história certa imagem de cidade modelo, moderna e avançada, sendo chamada de capital europeia ou capital de primeiro mundo no Brasil, mesmo hoje, enquanto escrevo esta dissertação podemos ver pelos pontos de ônibus e estações tubo espalhados pela cidade propagandas sobre as belezas curitibanas e justificando porque Curitiba deveria ser considerada uma das sete cidades mais maravilhosas do mundo.

A instalação pioneira do sistema de videomonitoramento urbano em Curitiba no ano 2000 como uma ação do governo municipal e do Estado para a segurança pública, em um período em que a vigilância eletrônica ainda era praticamente uma exclusividade da segurança privada, aponta para esse esforço local de ser uma cidade moderna e avançada inclusive tecnologicamente, valorizando não apenas a estética como também a gestão da capital paranaense. No entanto, a construção e manutenção dessa imagem de cidade modelo trazem em seu bojo diversos interesses políticos e econômicos que conseguiram se legitimar e se estabelecer através do planejamento modernista e da reforma urbana a qual a cidade foi submetida.

Nesse sentido, buscando deixar claro como o videomonitoramento entra nessa equação e se articula a algumas das consequências geradas pelo jogo de poderes envolvido no planejamento urbano da cidade, se faz necessário levantar aqui um pequeno histórico dessa prática, contextualizando as transformações no espaço público local, os interesses envolvidos e as fronteiras socioespaciais que foram construídas, estabelecendo uma determinada ordem social cuja manutenção se

conecta à forma como se dá o exercício do videomonitoramento urbano na cidade de Curitiba.

É comum falarmos nas transformações que o espaço e a ordem pública vêm sofrendo na contemporaneidade, mudanças nas formas de sociabilidade e nas interações que acontecem nesses locais que são regidos por um conjunto específico de normas, que não necessariamente correspondem às mesmas normas que regem os espaços privados. Mas o que estamos chamando de espaço público? E porque devemos trata-lo de forma diferenciada do espaço privado?

De acordo com Goffman, os “lugares públicos” seriam espaços onde todos os indivíduos poderiam circular livremente, sem barreiras ou impedimentos à sua liberdade de ir e vir. Sendo assim, seriam espaços que permitiriam outro nível de interação social, que envolve a interação face a face entre indivíduos que não se conhecem, diferente dos lugares privados, onde apenas um grupo seleto de convidados está envolvido na situação social. Essa interação entre desconhecidos implica em outra forma de regulamentação do comportamento nesses espaços, outra ordem social que aciona um conjunto específico de normas visando uma conduta pública apropriada.

A ordem pública tradicionalmente se refere mais à regulamentação da interação face a face entre os membros de uma comunidade que não se conhecem muito bem do que a interação que ocorre em lugares particulares fechados onde apenas conhecidos se encontram. Tradicionalmente, “lugares públicos” se referem a quaisquer regiões numa comunidade de livre acesso aos membros dessa comunidade; “lugares privados” referem-se a regiões à prova de som onde apenas membros ou convidados se juntam – a preocupação tradicional com a ordem pública só começa quando um ajuntamento privado passa a importunar os vizinhos. (GOFFMAN, 2010, p.19)

Poderíamos definir a cidade como um todo, ou pelos menos as ruas e os espaços de livre circulação como parques e praças, como espaços públicos por excelência, onde as normas da ordem pública regem de forma quase absoluta as interações sociais, e onde todos os membros da comunidade tem acesso livre e desimpedido. Entretanto, como o próprio Goffman aponta em sua obra, este acesso não é assim tão livre e desimpedido como somos levados a acreditar. Fica muito claro quando se observa as estratégias do planejamento urbano de Curitiba, e em especial o sistema de videomonitoramento, que nem todos os espaços públicos são de livre acesso a todos os cidadãos. Há uma hierarquização dos espaços de maneira que determinados grupos não são bem vindos em certos locais. Uma espécie de fronteira contra a contaminação de *indesejáveis* é simbolicamente construída e a entrada e

permanência em alguns espaços fica restrita a alguns grupos enquanto a outros resta a exclusão e a segregação socioespacial.

Muitos autores da Sociologia, da Geografia Urbana e da Criminologia, e especialmente aqueles que têm se dedicado aos estudos de vigilância relacionam o rápido crescimento da instalação de sistemas de videomonitoramento em espaços públicos a um processo de revitalização e revalorização dos centros urbanos, ressignificando o espaço público, que deixa de ser o local do convívio e do encontro das diferenças para se tornar um espaço do consumo, se articulando dessa forma à criação de novas fronteiras visando garantir o acesso a esse espaço à alguns grupos enquanto estigmatiza e exclui outros que não podem – ou não devem – participar dessa mesma paisagem urbana.

[...] a qualidade do espaço público está mudando imensamente e de maneiras opostas àquilo que se poderia esperar de uma sociedade que foi capaz de consolidar uma democracia política. De fato, a segregação e o processo de ostensiva separação social cristalizado nas últimas décadas podem ser visto como uma reação à ampliação desse processo de democratização, uma vez que funciona para estigmatizar controlar e excluir aqueles que acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos com plenos direitos de se envolver na construção do futuro e da paisagem da cidade. (CALDEIRA, 2000, p.255)

Para compreender o processo histórico-social curitibano, é necessário retroceder em nossa análise para dados anteriores à instalação do sistema de videomonitoramento urbano da cidade. Reconhecendo que uma das particularidades locais é que esse sistema articula-se a um projeto de planejamento urbano mais amplo, implementa diferentes estratégias e práticas institucionais desde muito cedo na história da cidade permitindo classificar, controlar e regular a população curitibana e distribuí-la cuidadosamente no espaço de forma a construir e reproduzir uma certa ordem urbana, na qual cada grupo de habitantes está identificado no desenho socioespacial da cidade.

Em Curitiba, a influência do urbanismo modernista combinou ordenação urbana e reforma social em um resultado surpreendentemente bem sucedido, como Nelson Rosário de Souza nos demonstra, no sentido de articular a organização dos espaços e a normalização dos comportamentos garantindo a manutenção de uma ordem urbana conservadora (SOUZA, 1999). Desde o final do século XIX, é visível a articulação entre interesses econômicos e políticos para impedir a ocupação desordenada dos espaços e desenvolver os sonhos de progresso da elite curitibana garantindo à esta a convivência entre seus iguais e a exclusividade dos seus espaços,

livres dos riscos e conflitos do encontro com as classes populares, pautando-se pela exclusão das massas populares dos centros da cidade e o seu disciplinamento repressivo (SOUZA, 1999).

Para garantir o sucesso deste projeto civilizador de progresso ordenado instituiu-se uma política higienista para lidar com os problemas trazidos pelo crescimento populacional e pelo aumento do desemprego e da criminalidade na cidade, colocando em prática ações de caráter disciplinar e repressivo, úteis à classificação e distribuição dos diferentes grupos sociais no espaço urbano, garantindo uma partilha espacial eficaz do ponto de vista da elite local e durável graças ao apoio do Estado e de seus agentes fiscalizadores.

Assim, legitimadas por saberes técnicos higienistas da medicina e da engenharia, em Curitiba, assim como em outras cidades do Brasil e exterior, diversas ferramentas foram postas em prática buscando garantir a separação entre os diferentes e o convívio entre os iguais, construindo uma ordem urbana que reafirma no espaço as posições de dominação e subordinação da sociedade e promovendo a limpeza dos espaços de exclusividade da elite apontando para a construção dos seus *indesejáveis*:

O ápice do despotismo técnico teria se dado entre 1912 e 1926 sob o comando de Carlos Cavalcanti que solicitou e recebeu “poderes extraordinários” para reurbanizar a cidade. Ou seja, desapropriar, expulsar, prender, limpar da cidade tudo aquilo e todos aqueles que a tornavam feia, fétida, doente, perigosa, preguiçosa, enfim, paralisada. A estratégia atendeu ao interesse da classe dominante que usufruiu o seu espaço de dominação sem grandes traumas até pelo menos os anos trinta. (SOUZA, 1999, p. 18)

Entre as principais transformações deste planejamento global da cidade, Souza chama a atenção para dois aspectos mais importantes: a valorização da rua enquanto espaço de circulação – de mercadorias e de pessoas – e o zoneamento das áreas da cidade por funções (SOUZA, 1999). Duas práticas urbanistas por meio das quais podemos ver claramente a pretensão racionalizadora de se impedir o encontro entre os diferentes, estabelecendo uma “igualdade” construída e espacialmente organizada que ressignifica o papel do espaço público contribuindo para a valorização da propriedade urbana e restringindo a experiência de interação com o outro, buscando tornar as ruas espaços seguros e rentáveis.

Assim, ao longo do século XX, por meio de reformas urbanas com o objetivo de garantir a segurança e o bem estar de sua população – ou, ao menos, de uma parte dela – e valorizar a estética e a economia da cidade, o impulso urbanista

curitibano coloca em movimento planos de erradicação de favelas, políticas de uso do solo e de zoneamento por funções e a valorização da rua enquanto espaço de circulação e de fluidez, construindo diagnósticos das necessidades urbanas articulados às práticas de dominação e de classificação do outro, trazendo como efeito a discriminação, a segregação e a exclusão das classes populares para fora dos espaços mais valorizados da cidade e para longe do contato com a elite local.

Não é difícil identificar essa valorização de determinados espaços em detrimento de outros, e associá-la à população que os ocupa. Nas áreas centrais e nos bairros mais nobres da cidade as classes mais ricas e tradicionais da cidade são homenageadas e celebradas por parques Polonês, Alemão, Italiano, Ucraniano, praças do Japão, da Espanha, Memorial Árabe, Fonte de Jerusalém, entre vários outros monumentos à formação da elite curitibana. Enquanto isso, os negros, nordestinos, e demais imigrantes nacionais são invisibilizados nessas áreas, e estabelecem suas moradias nas periferias, nos bairros mais afastados e nas demais cidades da região metropolitana, excluídos do convívio com seus concidadãos e invisíveis aos olhos dos turistas.

Responsabilizam-se os pobres pelos problemas da cidade para justificar sua exclusão. Da higiene ao crime, da imoralidade à miséria, os “culpados” são afastados das áreas nobres e assim se cria uma hierarquização dos espaços que reflete a estratificação social da cidade:

Em nome da higiene, da racionalidade, da economia, da ética, do combate à peste, ao misticismo, ao desperdício, à imoralidade, elegeram-se os culpados pelas epidemias, pelo atraso, pela preguiça, e condenaram-se os comportamentos desviantes, imorais, retrógrados. Sob o pretexto de limpar e sanear, enfim, de lutar contra os males sociais e gerar o progresso foi estabelecida uma divisão e uma hierarquia do espaço urbano que contribuiu para a produção e reprodução da ordem social e política favorável à burguesia. (SOUZA, 1999, p.37)

Essa hierarquização dos espaços e da população, por meio das práticas do planejamento urbano, não apenas ordena os espaços de forma a determinar quais áreas da cidade deveriam ser valorizadas e receber investimentos, como também permite definir entre a população quem são aqueles que estão “aptos” a ocupar e frequentar essas áreas e quem são aqueles que ainda precisam ser disciplinados para ter seu acesso garantido, ou então conformar-se com seu lugar “natural”, fora desses espaços.

No entanto, se o urbanismo projeta espaços que favorecem uma “elite” o faz convencido, e tentando convencer, de que com o tempo e os recursos necessários, o planejamento global da cidade integrará os pobres ao processo de modernização. Para que isso ocorra, as estratégias postas em prática tentarão também bloquear a formação de identidades efetivas, seja de classe, de condição espacial desfavorecida, de origem, ou qualquer outra. (SOUZA, 1999).

Assim buscar-se-á criar e fixar em Curitiba a imagem de uma cidade homogênea, livre das contradições e dos conflitos, uma comunidade urbana integrada, ordenada e disciplinada pelas reconfigurações do espaço urbano e pela padronização da estética moderna. A rua, revalorizada e ressignificada como espaço de consumo, deixa de ser o local de contato com o outro e de interação com a diferença e torna-se um espaço de encontro entre os iguais. Enquanto a imagem amplamente divulgada e celebrada da cidade modelo cria uma “identificação” entre a população e a cidade de Curitiba, que de certa forma aliena os cidadãos das desigualdades que marcam a mesma. Não existe assim uma identidade curitibana que valoriza sua diversidade, mas uma falsa percepção que nega a simples existência de tal diversidade:

Optamos por usar o termo ‘identificação’ para marcar uma diferença em relação à ideia de ‘identidade’. Entendemos que o termo identidade traz consigo uma carga positiva e construtiva remetendo-se a uma experiência onde o encontro público dos diferentes propiciaria a formação de sujeitos e grupos autônomos e em interação. Grupos não fundados numa única referência e tampouco estáticos ou fechados sobre si. O próprio jogo da esfera política autônoma é que permitiria o livre jogo destes ‘sujeitos’ que tanto poderiam reforçar, a cada lance, suas identidades e ligações quanto refazê-las diante de cada novo projeto ou proposição. Entre os nomes que costumam designar esta experiência (utópica?) o mais comum é ‘democracia’. A experiência da cidade planejada, e especificamente o caso de Curitiba, só pode referir-se a uma ‘identificação’ ou a um ‘reconhecimento’, que ocorre quando os sujeitos são atomizados e isolados, voltando-se para si próprios e distanciando-se das experiências de sociabilidade. Nesta situação o precário vínculo social se dá de uma forma especular, a partir de um espelho construído unilateralmente, por práticas como aquelas do planejamento urbano, e que, por estarem envoltas num jogo ‘dissimulado’ de dominação, só podem marcar ‘diferenças’ em relação aos ‘iguais’. As práticas que constroem o espelho constroem também os sujeitos como passivos e meros observadores da imagem que os identifica com o todo a partir do ‘seu’ lugar específico na hierarquia social, espacial, econômica, política e cultural. (SOUZA, 1999, p.133)

Dessa forma, o urbanismo modernista que toma forma em Curitiba é capaz de responder às “necessidades urbanas” tanto na questão econômica, viabilizando e contribuindo para a acumulação capitalista, quanto no âmbito político-ideológico ao

invisibilizar, em parte, as contradições de classe. Aos poucos se promove o desaparecimento do conflito e da miséria das regiões centrais da cidade, e para os olhos dos turistas, e mesmo de parte dos curitibanos, a capital paranaense torna-se sinônimo de beleza e prosperidade. Os *indesejáveis* tornam-se, para todos os efeitos, invisíveis nesses espaços.

Basta caminhar com olhos atentos pela cidade de Curitiba para ver claramente essa ordenação dos espaços. Andando pelas áreas centrais da cidade, como o calçadão da Rua XV de Novembro, o Passeio Público, o Jardim Botânico, os arredores dos shopping centers Mueller, Estação e Curitiba, enfim, o centro da cidade, serão raras as ocasiões em que encontrará, por exemplo, negros ou nordestinos caminhando despreocupados, perfeitamente encaixados na situação. Ao contrário, o que se vê é uma profusão de brancos de ascendência europeia de classes média e média alta.

Da mesma forma, é observando os usuários do Terminal Guadalupe, as filas dos ônibus que vão para as periferias ou para as pequenas cidades da região metropolitana, e caminhando por essas mesmas pequenas cidades como Colombo, Piraquara, entre outras, que se encontra exatamente o perfil populacional que não encontramos no centro: negros, nordestinos, descendentes de índios e caboclos. E se traçarmos esse perfil a partir das condições econômicas veremos que também são esses os membros das classes mais baixas.

Essa imagem de cidade limpa, desenvolvida, disciplinada e livre de conflitos é o que garantiu que o planejamento urbano de Curitiba fosse celebrado por diversos especialistas como o grande responsável pelo desenvolvimento da cidade e por sua comparação com as capitais europeias.

Entre as estratégias empreendidas mais recentemente pelo planejamento urbano contemporâneo, visando atender agora também às demandas da segurança, está o uso de sistemas de identificação, de triagem e de controle da circulação, considerados centrais para uma boa gestão. Entretanto, como é sabido, a imagem do suspeito é feita de estereótipos e de preconceitos, conseqüentemente, quem mais sofre com as restrições e sanções impostas por esses sistemas são os pobres, os negros e os jovens.

Tal controle articula-se com o processo de revalorização e ressignificação dos centros urbanos, monitorando o acesso e a permanência nesses locais para grupos sociais específicos. Assim, prostitutas, usuários de drogas, moradores de rua

e grupos de jovens que aí circulavam, causavam incômodo e constrangimento àqueles que queriam desfrutar “adequadamente” desses espaços de consumo, nesse sentido, as ações de securização urbana como as câmeras instaladas (ou seus avisos) diminuíram a presença desses “incômodos”, e disciplinaram aqueles poucos que ainda permanecem nessas áreas, lembrando o tempo todo quem é e quem não é bem vindo ao espaço público. Relacionando ainda esse mapa populacional de Curitiba, com a localização das câmeras do sistema de videomonitoramento urbano, fica claro quem são os beneficiados por esse processo de securização, enfim, quais os espaços e quais os grupos que são protegidos, e mais do que isso, de quem eles estão sendo protegidos.

Em suma, em uma cidade em que os sistemas de identificação e as estratégias de segurança estão se espalhando por toda a parte, a experiência de vida urbana é de diferenças sociais, separações, exclusões e lembretes das restrições no uso do espaço público. (CALDEIRA, 2000, p.320)

Dessa forma, alguns autores têm abordado a segurança e a vigilância nas cidades como dois elementos essenciais dos processos de revalorização, pondo em movimento um processo de militarização o espaço público e uma esteticização do medo. Desde o final da década de 1980, Davis (1993) analisando a cidade de Los Angeles observa a “militarização do espaço público” ou uma “obsessão por sistemas de segurança física e controle arquitetônico das fronteiras sociais” por meio de uma tendência sem precedentes no sentido da fusão do urbanismo, da arquitetura e da busca por segurança. O autor reconhece processos que envolvem tanto a invisibilização dos conflitos sociais e das desigualdades, quanto à definição de determinados grupos (minoritários) como perigosos, nada diferente do que vemos hoje na capital paranaense e em tantas outras cidades.

No caso de Curitiba, entretanto, os espaços que tem sido alvos dos processos de securização urbana, e os locais onde as câmeras de videomonitoramento têm sido instaladas, são áreas já valorizadas, espaços historicamente ocupados pelos consumidores graças ao planejamento urbano praticado na cidade durante todo o século XX. Assim, especificamente no caso curitibano, mais do que revitalizar e revalorizar esses espaços, os processos de securização urbana, e a instalação de câmeras de videomonitoramento, servem para manter uma ordenação socioespacial já estabelecida, garantindo a permanência de todas as suas desigualdades.

É claro que há uma valorização imobiliária dessas áreas, contudo, é essa ordenação socioespacial, essa delimitação de fronteiras sociais, que mantém os *outros* afastados do espaço dos *iguais*, que merece maior destaque em nossa análise do videomonitoramento urbano em Curitiba. São essas fronteiras que determinarão onde as câmeras serão instaladas, quais os discursos que serão acionados para legitimá-las e como a vigilância será posta em prática. Em última instância, são elas que definirão o que será e o que não será vigiado.

Assim, em Curitiba o sucesso do planejamento urbano está em manter a valorização da região central da cidade através da manutenção de espaços protegidos e restritos ao convívio entre os iguais, do investimento público na valorização de determinados espaços, bem como da elaboração de diferentes políticas que permitiram a identificação da população com o espaço da cidade, como é o caso, por exemplo, do calçadão da Rua XV, o ponto de encontro dos iguais por excelência, e, não por acaso, a primeira região da cidade a receber a instalação das câmeras de videomonitoramento.

4.3.1 Vigilância e desaparecimento

Como demonstrei até aqui, diversas técnicas de securização urbana tem sido postas em prática ao redor do mundo, muitas vezes, como no caso de Curitiba, aliando-se a estratégias de planejamento e de gestão urbana, visando revalorizar e ressignificar o espaço público. Apesar de provocarem diferentes transformações e efeitos diversos, todas elas reforçam a segregação e desencorajam encontros entre as diferenças. No limite todas elas criam fronteiras policiadas e conseqüentemente promovem a intolerância, a suspeita e o medo.

No contexto de crescente medo do crime e de preocupação com a decadência social, os moradores não mostram tolerância em relação às pessoas de diferentes grupos sociais, nem interesse em encontrar soluções comuns para seus problemas urbanos. Em vez disso eles adotam técnicas cada vez mais sofisticadas de distanciamento e divisão social. Assim, os enclaves fortificados – prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritórios ou shopping centers – constituem o cerne de uma nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica [...] diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle. (CALDEIRA, 2000, p.255)

É aqui que se encaixam as câmeras de videomonitoramento urbano, legitimadas pelo discurso do medo e da busca constante por segurança, mas profundamente ligadas a ideias como a de permanência e de mobilidade, de visibilidade e de desaparecimento. Não o desaparecimento de todos, nem tão pouco o desaparecimento apenas do crime e da violência, mas a invisibilização também daqueles que não podem contribuir com a propaganda da cidade modelo, moderna e limpa, nem como consumidores nesses espaços de consumo, nem sequer como cidadãos.

Nesse contexto, a análise foucaultiana do panóptico de Jeremy Bentham, que apresentei mais detalhadamente no item 3.1 desta dissertação, parece não dar conta do sistema de videomonitoramento, e em certa medida, o foco nos mecanismos disciplinares e na vigilância sobre o indivíduo perde um pouco de sentido. Não posso negar que a armadilha da visibilidade interiorizada pelo próprio vigiado continua presente modelando gestos e comportamentos, assim como a invisibilidade do vigia e a inverificabilidade de sua ação também continuam garantidas. O que falta nessa equação, contudo, é a correção dos desvios, seja através de uma rotina rigorosa e repetitiva, seja através de sanções normalizadoras típicas das disciplinas. O *vigiar* está presente, mas não se conecta tão diretamente como antes ao *punir*³⁸. Quando a vigilância é exercida através das câmeras, com o observador deslocado do lugar onde estão os observados, o indivíduo que desvia da normalidade não é mais alvo de punição exemplar, mas antes da recusa ao acesso, da exclusão e da segregação.

Nesses novos ambientes monitorados urbanos o objeto do poder e do saber do gerenciamento das cidades não é mais o indivíduo, é por esse motivo que a contestação da vigilância urbana pela via da privacidade individual perde força ao centrar o debate nessa figura disciplinar – o indivíduo – que não está mais em questão para o videomonitoramento urbano. Por mais que esta visão esteja proliferada pela mídia e pelo próprio sistema de monitoramento, por meio dos avisos de área monitorada, ou até mesmo pelos poucos grupos de contestação que insistem em

³⁸ Referência ao título da obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault, onde o autor analisa profundamente o sistema de disciplinas e o modelo panóptico.

seguir essa linha de argumentação, esta visibilidade trazida pelas câmeras não individualiza e não é para todos.

A sensação de estar visível gera de fato um ajuste comportamental nos indivíduos, sem dúvida alguma, mas o faz na medida em que o torna invisível, porque o força a integrar-se ao fluxo. Essa invisibilidade, contudo, é diferente do desaparecimento, que discuti anteriormente. Em outras palavras, em um sistema de videomonitoramento urbano como o de Curitiba, todos somos inicialmente invisíveis enquanto indivíduos, será alvo da observação aquele que se destacar do fluxo, seja o mendigo deitado sobre a grama no parque, o usuário de drogas sentado em um banco, a prostituta parada na esquina, o grupo de jovens da periferia andando a esmo pelas ruas do centro. Nesse sistema de vigilância são estes os casos que se tornam visíveis, não como erros que deverão ser corrigidos por um castigo exemplar, mas simplesmente como erros a serem eliminados, erros que devem, portanto, desaparecer.

G2: “Existia um problema muito grande naquela praça, uma grande concentração de pessoas parada sem fazer nada lá. No início quando a gente colocou as câmeras, começava a perceber as coisas, chamava a viatura, a viatura ia lá... assim, não acabou com o problema, mas a Praça 19 de Dezembro, o que era uns anos atrás e o que ela é hoje tá bem diferente”.

Esse efeito de desaparecimento dos desvios ao invés da correção dos mesmos é um fator muito importante a ser levado em conta quando analisamos as câmeras de vigilância enquanto dispositivos de poder, e é um fator também que distancia o videomonitoramento do sistema panóptico foucaultiano. Ainda assim pela bibliografia levantada para a produção desta dissertação são poucos os autores que voltaram sua atenção para essa questão, enquanto grande parte da literatura ainda mantém suas leituras limitadas ao modelo de Bentham e Foucault.

Por esse motivo, e pela minha própria experiência em campo, me parece muito mais produtivo aproximara da proposta de Kanashiro (2006) ao afirmar que o que se vê em campo, não é um incentivo aos conflitos como diria Koskela (2003), mas, ao contrário, um desaparecimento deles para tornar a cidade limpa e segura, e no caso de Curitiba, para manter a imagem de cidade modelo, moderna e homogênea. Nessa lógica do desaparecimento, não importa mais corrigir os desvios individuais, o que as novas tecnologias de monitoramento e controle põem em movimento é a eliminação do próprio desvio, o extermínio do erro através da exclusão e da restrição do acesso e da mobilidade.

As câmeras de videomonitoramento urbano fazem parte de outro regime de visibilidade, que não focaliza mais o indivíduo como nas sociedades disciplinares tão bem analisadas por Foucault, elas fazem parte de um regime que focaliza o fluxo das pessoas, anônimas em meio à massa de transeuntes e não mais individualizadas e identificadas. Mais do que isso, se trouxermos as contribuições de Erving Goffman sobre a estigmatização de determinados grupos ao debate podemos ver que as áreas monitoradas na cidade de Curitiba, não são apenas – nem principalmente – os espaços totalmente elitizados, mas sim a região central, parques e pontos turísticos, em última instância, espaços marcados pelo que Goffman chama de *contatos mistos*³⁹.

Os sistemas de videomonitoramento urbano têm nesse sentido um papel essencial nesse processo, pois elas próprias são as ferramentas ideais para que se exerça um controle contínuo do fluxo de transeuntes, com o poder de atuar diretamente sobre a circulação, a permanência e a mobilidade dos cidadãos. Tal foco sobre a mobilidade articulado ao processo de revalorização e ressignificação do espaço público posto em prática pelo planejamento urbano de Curitiba aponta para o investimento de uma determinada elite da população para ampliar sua própria mobilidade, definir as fronteiras de seus espaços exclusivos, e protegê-los da violência, do crime e, principalmente, dos *indesejáveis*. Revela-se assim na capital paranaense, uma radicalização do desaparecimento do conflito e da diferença, que dita de outra forma, torna-se realidade por meio do desaparecimento de certa parte da população, no limite, uma política de extermínio legitimada sim pelo discurso do medo da violência e do crime, mas marcada ainda mais profundamente pelo medo da diferença.

³⁹ “ ‘contatos mistos’ são os momentos em que os estigmatizados e os normais estão na mesma “situação social”, ou seja, na presença física imediata um do outro, quer durante uma conversa, quer na mera presença simultânea em uma reunião informal. A simples previsão de tais contatos pode, é claro, levar os normais e os estigmatizados a esquematizar a vida de forma a evitá-los.” (GOFFMAN, 1988, p.14)

5 OLHARES HUMANOS

Muito foi dito nessas páginas sobre vigilância, traçando um caminho que eu considero bastante completo e importante para que pudéssemos chegar ao ponto da discussão de que esse capítulo pretende tratar. Até aqui foram vistos os principais tópicos que envolvem o tema do videomonitoramento na atualidade, desde as origens das práticas de vigilância no modelo panóptico de Bentham e Foucault até o funcionamento e os efeitos do sistema de videomonitoramento urbano da cidade de Curitiba, passando pelos novos paradigmas trazidos pela vigilância eletrônica e pela contextualização do crescimento dos sistemas de videovigilância no Brasil.

Todo esse percurso foi seguido para que finalmente pudéssemos chegar ao que esse trabalho busca oferecer de mais original: uma análise da atuação dos próprios operadores de um sistema de vigilância eletrônica em espaços públicos; uma análise dos olhares humanos por trás das lentes das câmeras. Em toda a literatura dos estudos de vigilância são muito poucos os trabalhos que se debruçam sobre esses objetos, são poucos os que reconhecem a importância desse elemento humano para a efetividade dos sistemas de videomonitoramento.

O que eu pretendo demonstrar nas próximas páginas desta dissertação é exatamente a complexidade e a relatividade dos diversos processos e fatores que fazem parte da operação dos sistemas eletrônicos de vigilância, buscando compreender e problematizar a forma como aqueles que trabalham observando as câmeras interagem com as imagens capturadas, como eles interpretam e atribuem significado àquelas imagens e como eles reagem à elas, ou as ignoram. Somente por meio dessa análise é que os últimos objetivos desse trabalho poderão ser alcançados e as relações entre a cultura do medo e a forma como a vigilância é exercida poderão ser sinalizadas.

Para sustentar minhas afirmações, esse capítulo se baseia em alguns estudos empreendidos com objetos, ou melhor, dizendo sujeitos de estudo similares, realizados em outros países e em diferentes contextos institucionais, mas que permitem que sejam observadas correlações paralelas às encontradas em meu próprio trabalho de campo. Trabalho de campo esse que foi realizado por meio de um longo período de observação participante, onde enquanto pesquisador me foi garantida a entrada na sala de controle do CIMEC, responsável pelo monitoramento

de 56⁴⁰ das 175 câmeras de videomonitoramento urbano da cidade de Curitiba, permitindo assim que eu pudesse acompanhar o cotidiano do interior de uma sala de controle de vigilância eletrônica, observando as interações que tomavam lugar nessa situação social tão particular, tanto entre os operadores e as imagens das câmeras em seus monitores, quanto entre os próprios sujeitos dessa observação entre si, enquanto colegas de trabalho.

Assim, começo a discussão deste capítulo apontando para a forma como o olhar dos operadores é construído, como a interpretação e a atribuição de sentido às imagens das câmeras guia a atuação dos mesmos, influenciada por sua subjetividade, seus preconceitos e estereótipos reforçados pela cultura do medo.

Em seguida descreverei como se dá o exercício prático desse olhar, partindo de uma aparente posição de poder dos operadores sobre os observados, apontando tanto para os procedimentos e rotinas cotidianas do interior da sala de controle, os sujeitos e as instituições envolvidas, e as principais ações empreendidas pelos operadores, quanto para os principais alvos de sua observação, discutindo assim tanto quem são os vigias, como quem são os vigiados.

Finalmente, invertendo o quadro de análise usado anteriormente, passarei a uma discussão que ressalta o caráter opressivo do trabalho dos operadores, apontando para as dificuldades encontradas por esses indivíduos em um ambiente de trabalho monótono, repetitivo e estressante, com uma alta carga de cobrança e baixo reconhecimento e incentivo, buscando demonstrar também as principais estratégias postas em movimento para lidar com essas questões.

5.1 A CONSTRUÇÃO DO OLHAR

Para aqueles que promovem o videomonitoramento como uma panaceia para o crime e a desordem nas ruas de nossas cidades, assim como para aqueles que alertam para o espectro do estado distópico de vigilância, há uma concepção em comum: de que o videomonitoramento realmente produz os efeitos que lhe são atribuídos... Neste sentido, ambos compartilham uma tendência a um determinismo tecnológico: uma crença inquestionável no poder da tecnologia, seja ele benigno ou maligno. (NORRIS; ARMSTRONG, 1999, p. 9, tradução nossa⁴¹).

⁴⁰ No período em que foi realizada a observação participante o CIMEC era responsável por 49 câmeras de vigilância, e o sistema era composto por 116 câmeras no total.

⁴¹ "For those who promote CCTV as the panacea to the crime and disorder on our city streets and for those who warn of the spectre of the dystopian surveillance state, there is a common assumption: CCTV

Como Norris e Armstrong apontam na citação acima, a maior parte dos estudos sobre vigilância, e especialmente sobre vigilância visual e videomonitoramento estão marcados por um determinismo tecnológico que limita a análise dos efeitos da presença das câmeras, assumindo de forma bastante ingênua que a sua operação se efetiva da maneira ideal para a qual foi planejada e ignorando o papel essencial do “elemento humano” por trás das lentes das câmeras.

Essa perspectiva de análise do videomonitoramento coloca os estudos de vigilância em uma posição normalmente teórica, quantitativa e estatística em suas observações e conclusões, e deixa de lado uma abordagem qualitativa da forma como os sistemas eletrônicos de vigilância são operados. A maioria dos autores parece se esquecer de que as câmeras não atuam de forma autônoma nem são autoconscientes e só são efetivas na medida quem são monitoradas pelos seus operadores, que nada mais são do que indivíduos em uma situação de trabalho, capazes de serem irracionais, disfuncionais e preconceituosos em seu olhar.

São esses operadores que irão observar, interpretar e responder às imagens geradas constantemente pelas câmeras de vigilância espalhadas pelas ruas e praças da cidade. De fato, podemos afirmar no limite, que sem esse triplo processo de observação, interpretação e resposta a videovigilância seria absolutamente fútil e traria efeito algum, tanto negativo quanto positivo.

Devido a esse privilégio dado às abordagens quantitativas sobre o videomonitoramento, relacionando seus efeitos a indicadores de violência e criminalidade urbanas, muito pouco foi produzido sobre o nível microsociológico dessas relações, e há uma relativa pobreza de dados empíricos sobre a real operação desses sistemas, daí a importância deste trabalho para somar ao campo de estudos da vigilância e para que através da comparação com os resultados que outros pesquisadores obtiveram em diferentes cidades e instituições seja possível generalizar alguns elementos e a partir daí construir teorizações capazes de analisar de forma menos determinista os impactos trazidos pelas câmeras de vigilância para o cotidiano.

actually produces the effects claimed for it ... In this way, both share a tendency towards technological determinism: an unquestioning belief in the power of technology, whether benign or malevolent”.

Para que possamos quebrar esse determinismo tecnológico é útil compreendermos a forma como as imagens são interpretadas pelo operador, ou seja, compreender como o olhar humano dá significado tanto ao que está explícito nas imagens observadas através dos monitores quanto ao que está oculto nos gestos, comportamentos e atos dos sujeitos observados. Nesse sentido é inestimável a contribuição de alguns autores da sociologia da fotografia e da imagem como Boris Kossoy (2007, 2009) e Ana Maria Mauad (1996), que apesar de discutirem a imagem fotográfica em sua obra permitem que se construa uma perspectiva bastante interessante e útil de análise da interpretação das imagens de vigilância.

De acordo com Kossoy, para compreender completamente uma imagem dois níveis de análise são necessários: a análise iconográfica e a análise iconológica. A primeira foca-se no exterior da imagem, nos elementos constitutivos da mesma. Nessa análise a importância está naquilo que está explicitamente visível na imagem, nos elementos icônicos registrados, permitindo que se extraiam as informações sobre quem, o que, como, quando e onde as imagens foram geradas, sobre o assunto que foi registrado e sobre a tecnologia que foi utilizada para tal. Já a análise iconológica será baseada exatamente no que não está explícito na imagem, no significado intrínseco de seu conteúdo, na decodificação dos sentidos atribuídos aquela imagem.

É a combinação dessas duas análises, reunindo uma variedade de elementos icônicos e de significados que serão culturalmente traduzidos e codificados, que dará sentido à representação da realidade presente na imagem observada. Nesse sentido, o autor não nega o caráter de índice que a imagem fotográfica carrega – ou nesse caso a imagem das câmeras de vigilância. No entanto, Kossoy reconhece que o significado da mesma só existe graças a um ato de criação por parte tanto daquele que registra a imagem quanto daquele que a observa e interpreta posteriormente, o que no caso do videomonitoramento, na maioria das vezes, se realiza simultaneamente na ação do operador que ao mesmo tempo controla a câmera e analisa a imagem observada em tempo real, salvo quando a imagem das câmeras de vigilância é utilizada posteriormente para exercer seu poder de viés-probatório.

E mesmo nesses casos, é válido levar em consideração que a própria evidência fornecida pelo registro em vídeo das câmeras de vigilância é um discurso visual construído pelo observador, marcado por uma elaboração técnica, cultural e estética (portanto ideológica) do operador da câmera, que, de forma direta ou indireta, intencional ou não é capaz de interferir na imagem produzida. Trata-se assim de

reconhecer que no limite, a imagem presta-se como evidência documental de algo que ocorreu na realidade concreta; tal, porém, não significa tratar-se de um registro fidedigno da realidade ou uma verdade absoluta. Trata-se apenas de uma verdade iconográfica (KOSSOY, 2007).

A historiadora Ana Maria Mauad caminha no mesmo sentido que Kossoy ao questionar o caráter indicial da imagem. Para a autora a fotografia possui uma “ideia” indício, no entanto, há muito mais a ser levado em consideração entre a elaboração e a observação da imagem (MAUAD, 1996). Longe de ser gerada automaticamente a imagem é uma elaboração do real, resultante de um ato de investimento de sentido realizado pelo autor daquele discurso visual mediante uma série regras, inclusive de ordem técnica.

Por fim, há que se considerar a fotografia como uma determinada escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis, guardando esta atitude uma relação estreita entre a visão de mundo daquele que aperta o botão e faz ‘clic’. (MAUAD, 1996, p.77).

Nesse sentido, apesar de ser considerada como índice e testemunho, a imagem, tanto a fotográfica quanto a gerada pelas câmeras de vigilância, encontra-se dentro de um espaço marcado por formas de representação e de imaginários culturais e por tensões que irão interferir nas condições de emissão e de recepção das imagens e contextualizar a sua elaboração e interpretação. A imagem deve ser concebida como texto, como uma mensagem organizada constituída por expressão (técnica, estética, enquadramento, etc.) e conteúdo (pessoas, objetos, lugares, etc.) e que só pode ser compreendida como um todo integrando todos os seus sentidos e analisando tanto o texto visualmente codificado quanto o seu contexto social de origem e de recepção. “A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas” (MAUAD, 1996, p.83).

Pode parecer que essa aproximação entre a análise fotográfica e a construção do olhar dos operadores esteja flexibilizando demais os conceitos desses autores, entretanto, vale lembrar que o que faço aqui é um esforço metodológico que ao combinar esses diferentes elementos de análise permita uma compreensão em certa medida inovadora da atuação dos operadores do sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba, e ao trazer essas questões sobre a elaboração e interpretação da fotografia enquanto objeto de análise chegamos bem da atuação cotidiano do operador, que é ao mesmo tempo “fotógrafo” ao elaborar e construir o discurso visual,

escolhendo qual câmera irá monitorar e controlando o alcance, o foco e a direção de seu escopo; e também de observador, ao analisar em tempo real as imagens e os discursos que ele próprio vai criando quase que inconscientemente, enquanto navega pelas câmeras de vigilância.

É aqui que a contribuição do interacionismo traz uma nova perspectiva de análise e colabora para a compreensão mais profunda da prática da vigilância. Devemos lembrar que, ainda que mediada pelas câmeras de videomonitoramento, ocorre uma interação entre os operadores e os vigiados. Uma interação assimétrica (GOFFMAN, 2010) onde os operadores tem um grau de controle das informações muito maior do que os vigiados, visto que eles não precisam se preocupar com a informação que estão transmitindo, graças à sua invisibilidade para os vigiados, enquanto estes não são capazes nem receber informações sobre os operadores, nem de verificar as reações dos mesmos sobre a informação que estão enviando.

Vale lembrar, que como qualquer outra interação, ela se desenvolve na chave das expectativas dos envolvidos, assim, são as basicamente as expectativas dos operadores do sistema que irão definir as regras dessa interação, reger as interpretações e as reações dos operadores, definindo dessa maneira quem deve ser vigiado de que maneira, quem constitui uma ameaça e quem é inofensivo, quem é e quem não é um *indesejável*.

Assim, a eficácia de um sistema de videovigilância, tanto em espaços públicos como os analisados nessa dissertação, mas também em espaços privados e diferentes contextos sociais, culturais e institucionais, parece depender de forma muito mais profunda e determinante da atuação dos operadores do que das tecnologias sobre as quais se apoia. É, sobretudo, por esse motivo que não podemos analisar e/ou avaliar um sistema de monitoramento baseado na efetividade ideal das câmeras, a função do operador é crucial na medida em que é ele que irá dotar de sentido os milhões de cenas gravadas pelas câmeras.

Ao fazer isso, o operador não age de forma maquínica e neutra, ao contrário, o operador colocará em sua interpretação das imagens monitoradas, mesmo que de forma inconsciente, toda a sua subjetividade. Sua leitura do que se passa diante dos olhos eletrônicos das câmeras de videomonitoramento refletirá os estereótipos reproduzidos por seu próprio contexto social, revelará seus preconceitos, e também seus medos. É o elemento humano que fará com o que o sistema de videomonitoramento reproduza os discursos que o legitimaram, tanto o discurso da

segurança e da proteção contra o crime e a violência, quanto o discurso do medo da diferença, da exclusão e do desaparecimento dos indesejáveis.

É apenas estudando a chave observação-interpretação-reação dos operadores, bem como suas próprias subjetividades que seremos capazes de compreender o complexo funcionamento da vigilância e do controle social postos em movimento pelos sistemas de videomonitoramento urbano contemporâneos.

5.2 O EXERCÍCIO DO OLHAR

Quando pensamos pela primeira vez na posição ocupada pelos operadores dos sistemas de videovigilância estes parecem ocupar uma posição de poder sobre o restante dos cidadãos graças à observação unilateral e assimétrica que eles são capazes de exercer, graças à invisibilidade e inacessibilidade de sua posição. De sua posição de guardiões onipresentes do espaço público (e também privado, dependendo do contexto institucional) eles podem escolher quem deve ser vigiado, e como; eles podem seguir seus alvos silenciosos e invisíveis, sem que sua presença seja verificada; e mesmo que os vigiados estejam cientes de seu olhar, há muito pouco que possa ser feito para impedi-los, na verdade, como Norris e Armstrong (1999) apontam, tentar fugir do escopo das câmeras serve apenas para justificar e atrair ainda mais a atenção dos operadores. Em última instância os operadores são livres para monitorar quem eles quiserem sem precisar se justificar para ninguém.

Em Curitiba não é diferente, e até mesmo os gestores do sistema de videomonitoramento urbano confirmam a autonomia dos operadores para tomar as decisões que julgarem necessárias e agir sem a necessidade de confirmação de seus superiores. Tal autonomia é justificada pelos gestores como uma forma de agilizar e otimizar a própria atuação dos operadores e dos demais agentes mobilizadas nas ruas, sejam da GM ou da PM.

Mas será que os operadores do sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba realmente possuem tamanha autonomia e empoderamento quanto essa percepção inicial sugere? O que de fato acontece no interior de um Centro de Controle Operacional? E quando eu me questiono a esse respeito eu quero saber o que acontece em todos os detalhes: quem trabalha lá? Em que condições? Como são os turnos? Quais as instituições envolvidas? Como os operadores interagem entre si? Quem eles monitoram e por quê? Enfim, o que quero saber é como funciona o sistema

de videomonitoramento em seu aspecto mais prático, em seu nível mais microsociológico, quais as microdinâmicas internas do exercício do poder do olhar sobre os espaços públicos do centro da cidade de Curitiba?

Para chegar às respostas dessas perguntas analisarei a seguir o principal CCO da cidade de Curitiba, e o único que opera de forma diferenciada dos demais citados no capítulo 4, a saber, o CIMEC – Centro Integrado de Monitoramento eletrônico de Curitiba.

O CIMEC está localizado na Praça General Osório, bem no centro da cidade de Curitiba, onde termina o famoso calçadão da Rua XV de Novembro. Neste pequeno edifício de aparência discreta e sem identificação fica o mais antigo CCO do sistema de videomonitoramento eletrônico, construído na expansão do sistema em 2008 o CIMEC era então responsável pelo monitoramento de todas as câmeras da capital paranaense, que na época somavam 36 câmeras espalhadas pela região central. Hoje os operadores do CIMEC monitoram num regime ininterrupto 56 câmeras, das quais 14 são de tecnologia analógica, tendo sido as primeiras instaladas no ano 2000, antes mesmo da criação do CIMEC enquanto as demais são todas de tecnologia digital instaladas entre 2008 e 2012.

Para isso o CIMEC conta com uma sala de controle equipada com oito computadores divididos em duas bancadas de onde os operadores podem controlar quaisquer das 56 câmeras, além de quatro telões fixados na parede dos fundos da sala onde as imagens podem ser colocadas em tamanho maior para observar mais detalhes ou para que todos os operadores possam acompanhar uma abordagem simultaneamente e dois rádios ligados diretamente às centrais de comunicação da Guarda Municipal e da Polícia Militar, além de um telefone fixo. Além desses equipamentos a sala conta com um armário onde os operadores guardam seus pertences pessoais enquanto estão em serviço e uma pequena sala estreita que acompanha a parede dos fundos onde se encontram todos os gabinetes dos computadores, fora do alcance direto dos próprios operadores e constantemente refrigerados por aparelhos de ar-condicionado.

Além da própria sala de controle o CIMEC conta ainda com uma cozinha com fogão, geladeira e micro-ondas, banheiros, uma espécie de hall de entrada onde fica o Supervisor do turno e uma sala ao fundo, também refrigerada, onde fica o servidor principal e os HUBs e roteadores que permitem a comunicação dos computadores com todas as câmeras por meio de uma vasta rede de fibra ótica de alta velocidade.

No entanto, apesar de todo esse aparente avanço tecnológico o CIMEC possui a mesma estrutura que tinha em 2008. Seus computadores não são mais avançados do que o que um usuário comum teria em sua própria casa para uso pessoal, exceto pelo software específico usado para operar as câmeras.

FIGURA 3 - INTERIOR DO CIMEC



FONTE: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/imagens/arquivo/album-sequestro-de-crianca/24790>> (2013)
FOTO: Maurilio Cheli/SMCS (arquivo)

Diferente dos demais CCOs da cidade de Curitiba aqui não é apenas a GM que opera as câmeras, mas existe uma integração entre diferentes instituições, cada uma delas voltada para um objeto específico de monitoramento, e não necessariamente relacionadas à segurança pública. Estão presentes aqui a SETRAN que mantém um agente monitorando o trânsito do centro da cidade durante o horário comercial de segunda a sexta-feira; e a SMU que também mantém um agente que atua das 8h às 16h também de segunda a sexta-feira monitorando casos de comércio ilegal, fachadas irregulares e outros assuntos relacionados ao urbanismo.

No campo da segurança pública estão presentes também a Polícia Militar e a Guarda Municipal. A PM, que de 2000 a 2008 era a responsável pelo videomonitoramento urbano de Curitiba, hoje mantém apenas um operador no CIMEC

24 horas por dia, sete dias por semana, alternando em turnos de 12/36 horas⁴², responsáveis principalmente pelo monitoramento de crimes contra a pessoa. A GM, que hoje atua como a gestora de todo o sistema de videomonitoramento, não apenas no CIMEC, mas em todos os CCOs da cidade de Curitiba mantém três operadores constantemente no CIMEC, também atuando 24 horas por dia durante todos os dias da semana, porém em turnos de 6 horas de observação no CIMEC e mais 6 horas de atuação nas ruas. Os operadores da GM são os responsáveis pelo monitoramento de crimes contra o patrimônio, entretanto, eles atuam também como uma espécie de força auxiliar de segurança e frequentemente tomam a iniciativa no atendimento de outras abordagens, especialmente no caso de uso e tráfico de drogas, e também no que é chamado pelos operadores de atitude suspeita, que será melhor detalhada mais adiante.

Além dos operadores a GM mantém também um Supervisor de turno, que segue a mesma rotina dos turnos de 6 horas da GM e é o responsável por supervisionar a atuação de todos os operadores, inclusive dos que não são subordinados à GM.

Estes são os operadores que trabalham rotineiramente no CIMEC, mas o acesso à operação das câmeras também é permitido a investigadores da Polícia Civil, membros da Polícia Federal e agentes da ABIN (Associação Brasileira de Inteligência). Inclusive, durante minhas observações fui confundido pelos operadores como policial civil em um determinado momento.

5.2.1 A rotina da sala de controle

Graças ao período de observação participante que pude empreender nessa pesquisa, bem como as longas conversas que tive com os operadores, que acabaram tornando-se uma espécie de entrevistas semiestruturadas, sempre buscando explorar os temas que mais me interessavam para a construção dessa dissertação, pude acompanhar de perto o dia-a-dia dos operadores do sistema de videomonitoramento em seu ambiente de trabalho, com especial atenção aos operadores da GM.

⁴² 12 horas em serviço seguidas de 36 horas de folga.

Como era esperado, e apontado pelas referências bibliográficas, o cotidiano da sala de controle do CIMEC segue uma rotina bastante previsível, repetitiva e até monótona, de forma que em certo ponto a atuação dos operadores torna-se praticamente mecânica e quase automática.

Cada um dos operadores varia em alguns aspectos na forma como exerce suas atribuições, diferindo no número de câmeras monitoradas simultaneamente, na frequência com que alternam entre as câmeras e mesmo nas câmeras que observam mais frequentemente, mas em geral o que se vê nos monitores do CIMEC são operadores observando de 4 a 9 câmeras, todas abertas ao mesmo tempo nas telas dos computadores, a maioria delas percorrendo um *tour* automático pré-programado pelo software lançando seu escopo sobre toda sua área de alcance repetidamente, enquanto uma das câmeras é controlada diretamente pelo operador com o mouse, navegando pela imagem em busca de algum acontecimento que mereça sua atenção.

De tempos em tempos o operador alterna as câmeras em sua tela, escolhendo entre as 56 possibilidades de escolha da região central e repetindo novamente a sua busca por alterações no fluxo das pessoas, desvios na rotina, enfim, qualquer coisa que possa parecer, a seus olhos, suspeita.

Vale ressaltar, que mesmo enquanto as câmeras não estão sendo monitoradas diretamente por nenhum operador elas seguem o seu *tour* automático e todas as imagens de todas as câmeras ficam armazenadas por um mês nos servidores da SMDS.

Durante o dia as câmeras mais observadas são aquelas das ruas mais movimentadas e possuem a maior concentração de comércio nos arredores da Rua XV de Novembro e também algumas que já são referências dos operadores como pontos usados frequentemente por pequenos traficantes e/ou usuários de drogas. Já durante a noite as câmeras mais observadas são as que lançam seus olhares sobre espaços de sociabilidade como o Largo da Ordem. As demais câmeras são observadas muito raramente pelos operadores e algumas são até mesmo ignoradas por estarem em locais onde nunca ocorrem flagrantes⁴³.

Constantemente os rádios da GM e da PM ficam ligados e os operadores procuram acompanhar a atuação dos agentes na rua pelas câmeras. Muitas vezes,

⁴³ Ou talvez nunca registrem flagrantes exatamente porque não são monitoradas adequadamente.

inclusive, são esses agentes que entram em contato diretamente com o CIMEC para solicitar o acompanhamento de alguma ocorrência, informando características de suspeitos em fuga, tanto a pé quanto em veículos para que os operadores os encontrem por meio das câmeras e assim possam informar a localização e a direção dos mesmos para que os policiais ou guardas na rua possam prosseguir com a abordagem, direcionando motos e viaturas atrás dos suspeitos.

A maior parte do tempo consiste em uma rotina monótona e repetitiva de alternar entre as câmeras, passando às vezes horas sem que nenhuma ação prática seja tomada pelos operadores que apenas acompanham com os olhos a rotina do outro lado das lentes das câmeras. O período noturno traz ainda outros fatores que limitam a atuação efetiva do sistema, graças à redução do efetivo de agentes da GM nas ruas durante a noite, o que acaba direcionando à maior parte das ocorrências para a PM, e graças também à redução do próprio potencial técnico das câmeras, cujas imagens ficam com a qualidade e o alcance muito comprometido pela iluminação noturna.

Enquanto durante o dia os operadores assumem uma posição mais proativa, procurando no fluxo dos cidadãos ações e comportamentos de indivíduos que levantassem alguma suspeita em suas intenções, ou que já fossem reconhecidos pelos operadores como traficantes e usuários de drogas. Durante a noite sua atuação era visivelmente mais reativa, observando principalmente determinados lugares como entradas de bares e praças frequentadas por usuários de drogas ao invés de pessoas e prestando especial atenção às mensagens dos rádios.

Contudo, quando uma ocorrência como tráfico de drogas, furto ou roubo toma lugar sob o olhar das câmeras a dinâmica da sala de controle se altera completamente. Nesses momentos de atuação intensa paira certo caos na sala, com todos os operadores falando ao mesmo tempo, as imagens das câmeras sendo constantemente direcionadas pelos mesmos e observadas atentamente nos telões, as câmeras sendo alternadas rapidamente para acompanhar toda atuação, enquanto os sons dos rádios da polícia militar e da guarda municipal também não se calam, gerando certa adrenalina no momento de ação que pareceu ser um dos pontos altos de excitação dos envolvidos quando finalmente uma prisão é feita e um indivíduo é levado em custódia para a delegacia.

Momentos depois da ocorrência concluída tudo volta ao normal, a mesma rotina repetitiva de antes, o Supervisor abre um protocolo que direciona a ocorrência

para a central da GM ou da PM que irá gerar um relatório da ocorrência e os operadores voltam a alternar mecanicamente entre as câmeras, esperando que algo aconteça.

E muitas vezes algo acontece, durante minha observação pude observar algumas situações visíveis de tráfico e de uso de drogas que são simplesmente ignoradas pelos operadores pela incapacidade de atender a todas as ocorrências. Não foi raro ver os operadores solicitarem a abordagem dos agentes na rua e não serem atendidos seja por falta de efetivos disponíveis ou pela falta de agilidade dos agentes em atenderem a ocorrência a tempo. Assim, a maioria das ocorrências que o CIMEC de fato consegue atender, como vimos no GRÁFICO 2 são de uso ou porte de drogas.

Outro fator importante que por vezes atrapalha a atuação dos operadores refere-se à manutenção das câmeras. Como pude notar durante a observação das 47 câmeras que estavam instaladas no período em que estive em campo, 14 apresentavam algum tipo de defeito, algumas estavam travadas em uma posição fixa, outras não conseguiam utilizar o *zoom* e algumas simplesmente não funcionavam. De acordo com os relatos dos operadores algumas dessas câmeras estavam assim já há alguns meses, e quando retornei para a segunda parte de minha observação meses depois, as mesmas câmeras encontravam-se ainda na mesma situação. Quanto a isso os gestores do sistema afirmam que a manutenção dos equipamentos deveria ser realizada pelo ICI (Instituto Curitiba de Informática) e que exatamente por causa dessas falhas a SMDS estava prestes a abrir uma licitação para encontrar uma nova parceria capaz de garantir a manutenção das câmeras da maneira adequada⁴⁴.

Apesar de não ter acompanhado nenhuma ação desse tipo, os operadores ressaltaram algumas vezes durante nossas conversas que não atuam apenas como uma força repressiva, mas que frequentemente efetuam ações de resgate social, enviando GM para ajudar moradores de rua que estejam muito machucados, sujos ou mal cuidados e precisem de apoio, quando os visualizam pelas câmeras.

5.2.2 A construção dos indesejáveis

⁴⁴ Até o momento em que escrevo essa dissertação não tive qualquer notícia de que essa licitação tenha sido realizada, e o responsável pela manutenção das câmeras continua sendo o ICI.

Agora, se puder por um momento retomar o GRÁFICO 2 e observar um dado que deixei de lado no capítulo 4, será possível apontar para outro fato importante da forma como o poder do olhar é exercido pelos operadores, sinalizando não apenas a influência de sua subjetividade e dos seus preconceitos na escolha dos alvos da vigilância, mas também, demonstrando como ela se alinha aos interesses postos em pauta pelo planejamento urbano na cidade de Curitiba, mantendo a imagem de cidade modelo.

Como podemos ver claramente o tipo de ocorrência que ocupa invariavelmente⁴⁵ a segunda posição no gráfico em número de registros por ano refere-se a um tipo de ocorrência no mínimo ambíguo que envolve abordagem, averiguação e atitude suspeita. Em um primeiro momento da pesquisa esses números me chamaram bastante a atenção, mas não era capaz de dar sentido a eles, tinha minhas suspeitas e alguma indicação, baseada na bibliografia, do que eles poderiam representar, mas não tinha como corroborar minhas afirmações. Foi somente com a extensiva observação participante no CIMEC que pude compreender esses números, acompanhando a forma como os operadores atuam, e prestando especial atenção em quem eles vigiam, e quando solicitam essas abordagens, e averiguações, e mais ainda, o que são essas atitudes suspeitas.

Existem alguns estudos empíricos que merecem destaque aqui, e que serviram como exemplos para a realização da minha pesquisa e como base de comparação para os resultados obtidos. Em primeiro lugar, os estudos de Norris e Armstrong realizados em 1997 e 1999 com sistemas de videomonitoramento em espaços públicos na Inglaterra demonstravam como, na maioria das situações observadas, era o preconceito dos operadores que determinava quem seriam os alvos das câmeras, mais do que qualquer tipo de comportamento suspeito.

Os autores afirmam que os indivíduos eram vigiados principalmente por pertencerem a subculturas e grupos particulares cuja percepção dos operadores era negativa, assim, a maior parte dos alvos da vigilância eram jovens do sexo masculino e especialmente negros, desproporcionalmente representados em comparação aos brancos. Além disso, também eram alvo frequente das câmeras os bêbados,

⁴⁵ Com exceção de 2011 que como já mencionei está com os dados atualizados apenas até o mês de setembro daquele ano.

moradores de rua e vendedores ambulantes, considerados “fora do lugar” nos espaços privilegiados para o consumo (NORRIS; ARMSTRONG, 1997).

O escopo das câmeras não cai igualmente sobre todos os usuários das vias públicas, mas sim sobre aqueles que são estereotipicamente predefinidos enquanto potencialmente desviantes, ou que pela aparência e comportamento, são apontados pelos operadores como irrespeitáveis. Dessa forma a juventude, particularmente aquela que já é social e economicamente marginalizada, pode ser sujeita a ainda maiores níveis de intervenção autoritária e estigmatização oficial, e, ao invés de contribuir para a justiça social através da redução da vitimização, CFTV (circuitos fechados de TV) tornam-se meramente uma ferramenta de injustiça por meio da amplificação de uma política diferenciada e discriminatória. (NORRIS; ARMSTRONG, 1997, p. 8, tradução nossa)⁴⁶.

Outra pesquisa realizada por McCahill com sistemas de videomonitoramento de centros comerciais apontam também para a supervigilância exercida sobre indivíduos em grupo, especialmente jovens que eram observados pelo simples fato de estarem juntos, motivo pelo qual eram sumariamente considerados “causadores de problemas” e retirados do complexo comercial pela equipe de segurança (McCAHILL, 2002).

Na cidade de Curitiba, os mesmos padrões de observação foram reconhecidos, especialmente no que diz respeito à vigilância exercida sobre moradores de rua, prostitutas, usuários de drogas e grupos de jovens, especialmente membros de subculturas “punk” ou “hip hop” circulando pelos espaços de consumo da Rua XV de Novembro e no Largo da Ordem no centro da cidade. O preconceito e a percepção negativa dos operadores em relação a esses grupos estavam claramente demarcados em suas falas e ações, e apesar do discurso oficial negar essa relação, a observação das práticas dos operadores tornou impossível ignorá-las.

Quando o operador toma o controle da câmera e passa a ativamente procurar por alvos potenciais da vigilância fica evidente a influencia de seus preconceitos. As roupas e a aparência dos indivíduos que chamam a atenção das câmeras são um dos principais critérios que podem definir se uma pessoa é apenas mais um cidadão de bem caminhando pelas ruas ou se é um possível traficante de drogas. A

⁴⁶ “The gaze of the cameras does not fall equally on all users of the street but on those who are stereotypically predefined as potentially deviant, or who through appearance and demeanour, are singled out by operators as unrespectable. In this way youth, particularly those already socially and economically marginal, may be subject to even greater levels of authoritative intervention and official stigmatization, and rather than contributing to social justice through the reduction of victimization, CCTV will merely become a tool of injustice through the amplification of differential and discriminatory policing”.

movimentação da pessoa também era sempre levada em consideração, se ela parece perdida, andando de um lado para o outro, se fica muito tempo parada em um mesmo local, ou se muda bruscamente de direção, contrariando o fluxo dos consumidores ela também recebe uma especial atenção dos operadores.

Durante o dia moradores de rua nas ruas comerciais e durante a noite prostitutas e travestis eram alvos muito frequentes da vigilância, mas o que mais me chamou a atenção na forma como a vigilância é exercida em Curitiba é o excesso de vigilância que cai sobre os jovens da cidade.

Os operadores do CIMEC, a maioria brancos, na faixa dos 35 a 50 anos de idade e com o mesmo perfil econômico, além de compartilharem o treinamento e a visão da Guarda Municipal e da Polícia Militar, compartilhavam também uma percepção comum de que é a juventude em geral, e em especial os jovens do sexo masculino que são os responsáveis pela maioria dos crimes – as mulheres, como veremos adiante, são observados na maioria das vezes apenas com fins voyeuristas pelos seus corpos, e não como suspeitas –, sendo assim, fazendo eco aos trabalhos de Norris e Armstrong (1997; 1998), na cidade de Curitiba também são esses os principais alvos da vigilância, especialmente se estiverem em grupos, parados em algum lugar sem fazer nada e atrapalhando o fluxo do consumo.

Assim, em todo o período em que realizei a observação, eram especialmente grupos de jovens quem eram frequentemente observados, sentados em bancos, fumando e conversando, mesmo que fosse no Largo da Ordem ou nos bancos da Rua XV de Novembro. Esses grupos recebiam ainda mais atenção quando eram identificados como membros de grupos “punks” ou “hip hop”, ou ainda quando, pelas roupas e gestos, ou simplesmente por serem negros, eram identificados como membros das classes trabalhadoras.

São esses os indivíduos que ao serem abordados pela GM ou pela PM são registrados nas categorias de abordagem, averiguação e atitude suspeita, justificadas pelos operadores como possíveis usuários e/ou traficantes de drogas. Dessa forma, são aqueles que já são de alguma forma marginalizados, por sua falta de capital social, cultural e financeiro, que sofrem os mais altos níveis de controle e estigmatização por meio da vigilância. Como vários comentadores apontam, e com os quais devo concordar ao analisar o caso de Curitiba, o videomonitoramento parece ter um efeito muito mais direto sobre esse impulso exclusório e segregacionista, que visa limpar as áreas monitoradas da presença dos indesejáveis e criar, ou manter, a região

central da cidade como um espaço de consumo, do que de fato sobre o combate ao crime e a violência urbana.

Retomando o que foi dito no tópico anterior sobre os padrões de segregação socioespacial promovidos pelo planejamento urbano local e o conceito de “consumidores falhos” de Bauman que apontamos, fica clara a atuação do sistema de videomonitoramento urbano como uma ferramenta de manutenção dessa ordem social preestabelecida e de exclusão das diferenças para fora dos espaços de consumo, invisibilizando os conflitos e inviabilizando o encontro com o *outro*.

5.3 ALÉM DO EXERCÍCIO DO OLHAR

Vimos até aqui a posição de relativo poder ocupada pelos operadores do sistema de videomonitoramento urbano da cidade de Curitiba, que a partir da sala de controle do CIMEC são capazes de exercer certo controle disciplinar sobre os alvos da vigilância. Porém, antes de aceitarmos completamente esse ponto de vista, é importante buscar também outro lado dessa situação, uma perspectiva frequentemente ignorada pela maior parte da literatura sobre o assunto, mas que merece um grande destaque.

Além da posição de empoderamento os operados sofrem também uma opressão e controle constante do próprio sistema. Como descrito anteriormente eles trabalham longos turnos em uma pequena sala de controle observando por até 12 horas consecutivas imagens sem som e repetitivas do movimento nas ruas do centro da cidade sob a cobrança de identificar e prevenir a ocorrência de potenciais crimes e com relativamente baixos salários e pouco reconhecimento. Por mais que haja momentos de excitação e até adrenalina, a maior parte do tempo o trabalho não passa de uma constante, inalterada e previsível rotina. Ainda assim, os operadores devem continuar monitorando as câmeras o tempo todo, no caso de que algum desvio ocorra. Em certo sentido os operadores são prisioneiros das mesmas ferramentas que lhes empoderam, sob o total controle do mesmo sistema por meio do qual eles próprios exercem controle sobre os demais cidadãos.

Um autor dos estudos de vigilância que traz enormes contribuições para este trabalho é Gavin Smith, que realizou sua pesquisa na sala de controle de videomonitoramento de uma instituição universitária e apontou para interessantes considerações em relação ao trabalho dos operadores e sua relação com os “vigiados”

por intermédio das câmeras (SMITH, 2004). Uma das principais questões levantadas pelo autor é o que ele irá chamar de “fator tédio”⁴⁷ que nasce de uma rotina monótona e repetitiva de longas horas de trabalho observando imagens sem áudio que mostram essencialmente nada, no interior de uma sala fechada, sem atributos marcantes, numa situação de trabalho com falta de incentivo e excesso de cobrança por resultados positivos.

Por vezes o trabalho dos operadores é tomado como fácil e que não exige esforço, afinal, basta sentar-se confortavelmente em frente ao computador e ficar assistindo as câmeras, no entanto, esse ambiente de trabalho é bem mais cansativo do que pode parecer, e a experiência da observação participante me permitiu não apenas observar, mas também sentir os efeitos do fator tédio. Depois de poucas horas no interior da sala, mesmo a minha atenção, que não estava limitada às imagens das câmeras, acabava vagueando para outras questões que nada diziam respeito à observação. Assim eu pude perceber e entender a situação cotidiana dos operadores.

Apesar de haver uma percepção de que o monitoramento consiste em uma tarefa interessante pela oportunidade de observar e analisar o comportamento das pessoas no seu cotidiano sem ser visto, essa visão rapidamente se desfaz e o trabalho de monitoramento se torna monótono, repetitivo e extremamente cansativo, tornando difícil esperar que alguém seja capaz de exercer a vigilância de forma realmente efetiva nesse contexto. É fácil imaginar como manter 6 horas de atenção exclusiva às câmeras de vigilância nesse ambiente é praticamente impossível e para lidar com a rotina e o tédio do seu trabalho os operadores põem em prática diversas “estratégias” informais para “passar o tempo” que pude testemunhar durante minha observação.

Assim, eram comuns, por exemplo, as idas e vindas à sala de controle, enquanto os operadores frequentemente se retiravam de seus postos para fumar um cigarro, tomar um café, ou simplesmente “esticar as pernas”. Da mesma forma a atenção dos operadores frequentemente era direcionada para outros objetos que não as câmeras de vigilância, enquanto liam o jornal, acessavam a internet em seus notebooks, estudavam para concursos públicos e até assistiam filmes e jogavam enquanto as câmeras eram deixadas em seu tour automático com pouco ou nenhuma atenção dedicada a elas.

⁴⁷ *Boredom factor* no original.

Em algumas ocasiões até mesmo a forma como o monitoramento era posto em prática estava mais no sentido de “passar o tempo” do que de fato de exercer a vigilância, como quando os operadores olhavam preços nas vitrines das lojas, acompanhavam situações inusitadas e pessoas conhecidas que passavam sob o escopo das câmeras, direcionavam as mesmas para vigiar seus próprios carros, ou até “brincavam” com sistema, tentando abrir 20 câmeras simultaneamente no mesmo computador.

Algumas dessas “estratégias” também foram observadas por Smith em seu trabalho, e o autor argumenta que essas práticas podem ser interpretadas também como, além de uma simples forma de “passar o tempo”, uma espécie de resistência dos operadores ao seu ambiente de trabalho, marcado pelas longas horas de trabalho rotinizado, baixos salários, pouco ou nenhum incentivo e motivação, e grandes cobranças por um monitoramento eficiente que não deixe nada passar despercebido.

A maior parte desses argumentos é facilmente transportada para a realidade dos operadores do CIMEC, com exceção do último ponto. Como pude confirmar pelas conversas que tive com os operadores sobre o seu trabalho e sua relação com as instituições envolvidas, ficou claro que de fato são baixos os salários e quase inexistentes os incentivos e o reconhecimento para o trabalho realizado pelos operadores. Porém, os gestores do sistema estão cientes de que o número de operadores do CIMEC é muito baixo para o número de câmeras que devem ser monitoradas (nos horários com maior número de operadores são seis pessoas para monitorar 56 câmeras), além de o próprio sistema impor limitações ao trabalho dos operadores contando com várias câmeras que necessitam de manutenção, dessa forma, inexistente aqui o excesso de cobrança por resultados por parte dos superiores que Smith aponta em seu estudo, ainda que exista uma cobrança da própria sociedade.

Ainda assim, existe um ponto interessante que diferencia a forma como essa pressão da cobrança se impõe sobre os operadores do CIMEC. Apesar do reconhecimento dos gestores sobre a impossibilidade de uma atuação completamente efetiva aqui existe um elemento a mais de cobrança com a presença de duas câmeras de vigilância instaladas no interior da sala de controle e monitoradas pelos próprios gestores do sistema no DPDC da SMDS. Esse monitoramento dos operadores condiz com as principais observações de estudos anteriores (em especial os de Gavin Smith),

apontando as dificuldades de se manter a atenção dos operadores durante todo o período de seus turnos.

Outro ponto interessante levantado por Norris e Armstrong, e que traz uma questão de gênero ao debate, é em relação à vigilância sobre as mulheres, que em seus estudos era normalmente exercida apenas por razões voyeurísticas para satisfazer os operadores. Vale destacar aqui, que nos casos que esses autores estudaram o ambiente da sala de controle dos sistemas de videomonitoramento era marcado pela exclusividade de operadores do sexo masculino.

A sala de controle do CIMEC, no entanto, não é tão homogênea nesse sentido, sendo que em um local onde trabalham seis operadores durante o horário comercial, normalmente dois ou três desses indivíduos são mulheres. Apenas no período da noite, quando apenas quatro operadores estão de serviço, é que a presença masculina torna-se exclusiva.

Apesar dessa diferença, o olhar voyeurístico sobre as mulheres também se faz muito forte no caso curitibano e são comuns os zooms e comentários sobre os corpos femininos capturados pelas câmeras. Embora este não seja o foco dessa dissertação é importante problematizar a apropriação dos corpos das mulheres por esses homens, por mais invisíveis que estejam atrás das câmeras eles exercem uma vigilância e um abuso sobre estes. A objetificação do corpo feminino está imbricada em uma relação de poder que foi culturalmente interiorizada, mas se torna necessário questionar por que esses indivíduos consideram tão “natural” falar, focar e valorar um corpo de mulher sem a sua permissão, mas com total permissividade.

Para compreender tal relação de poder a pesquisadora Susan Amussen ressalta que nas sociedades ocidentais o homem cumpre um papel dentro de uma chave binária onde acredita que “os homens devem aprender a ser dominadores e ativos e as mulheres a serem submissas; se as mulheres devem ser castas, os homens devem conhecer os limites nos quais eles podem atentar contra esta castidade.” (AMUSSEN, 1980). É dentro dessa chave binária de performances que os operadores se colocam como os “analísadores”, detentores do poder do olhar acima daquelas cidadãs, perpetuando nesse gesto uma sociedade que dá mais valor ao masculino do que ao feminino. Segundo Saffioti, a sociedade promove altos investimentos para naturalização desse projeto. Essa dominação, contudo, deve ser combatida, pois ela gera não só violências simbólicas como estas, mas é base de todas as violências de gênero (SAFFIOTI, 1987).

Ainda que essas estratégias para “passar o tempo” sejam uma forma de transgressão do sistema de vigilância eletrônica e dos controles impostos por esse sobre os observadores, e uma forma de resistência dos mesmos às condições frustrantes de seu ambiente de trabalho, não podemos afirmar que essa subversão de sua atuação formal subtraia o potencial de efetividade do sistema de videomonitoramento. Ao contrário, segundo Smith (2008), os operadores geralmente empregam essas táticas exatamente para prevenir uma sobrecarga informacional garantir certo alívio de um trabalho extremamente exaustivo, tanto fisicamente como também psicologicamente e emocionalmente. Nesse sentido, essas estratégias ao invés de atrapalhar o exercício da vigilância podem até aumentar a produtividade e a efetividade do trabalho desses operadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dois anos se passaram desde que ingressei no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, dois anos durante os quais me dediquei integralmente ao curso de mestrado, investindo meus esforços na realização desta pesquisa que hoje toma forma de texto nessa dissertação.

Dissertação essa que demonstra, entre outras coisas, como o sistema de videomonitoramento urbano de Curitiba articula-se com a ordenação espacial da cidade e os padrões de segregação socioespacial impostos por seu planejamento urbano modernista, além de evidenciar também que os interesses e objetivos de sua instalação vão muito além do que apenas questões de segurança pública, violência e criminalidade, e mesmo quando vão nesse sentido demonstram quem são aqueles que devem ser protegidos e de quem. Podemos ver nos resultados dessa pesquisa que as câmeras lançam seu olhar sobre as fronteiras sociais da cidade, sobre os espaços de consumo e de possível contato entre as diferenças.

Assim, podemos entender o recurso às câmeras como uma resposta imediata ao discurso do medo e da busca por segurança que marca a contemporaneidade. Contudo, pouco tem sido discutido sobre a real eficiência desse tipo de vigilância no combate ao crime e, menos ainda, sobre outros desdobramentos de sua utilização. São raros os casos em que, junto com a instalação das câmeras, foram designadas áreas de controle, ou seja, locais não vigiados que serviriam para medir se a alteração dos índices de criminalidade foi um resultado direto do monitoramento ou se teria ligação com algum outro fator externo, o que impede qualquer forma realista de avaliação desses sistemas.

A segurança é sempre o discurso que legitima e justifica a instalação das câmeras. Mas como vimos muitas vezes estas têm outras funções para além daquelas relacionadas exclusivamente à redução da insegurança da população.

Nesse sentido, é importante deixar claro que, assim como qualquer outro objeto técnico, as câmeras devem ser compreendidas de forma dialética. É preciso ter claro que uma vez que passem a fazer parte da paisagem urbana elas trazem mudanças no comportamento e na sociabilidade e ao mesmo tempo reforçam padrões estereotipificados de discriminação e segregação social que não são postas em prática unicamente pelos processos de securização urbana à que estão conectadas, mas também às subjetividades daqueles que as operam.

Por isso a necessidade de uma abordagem microsociológica desses espaços de exercício do poder do olhar, analisando o interior das salas de controle dos sistemas de videomonitoramento e a atuação dos seus operadores, revelando importantes questões que até agora tem sido tratadas de forma marginal ou até mesmo ignoradas, e que merecem receber mais atenção e serem estudadas de forma mais profunda e comprometida.

O questionamento do determinismo tecnológico atribuído aos sistemas de vigilância eletrônica, bem como de sua real capacidade de oferecer respostas à violência e criminalidade urbana por si só já levanta um campo extremamente fértil e pouco explorado de pesquisas. No mesmo sentido é importante compreender as formas como a vigilância é exercida, influenciada por preconceitos e padrões de dominação, e gerando, ou pelo menos contribuindo para, a manutenção de determinada ordem social, demarcando fronteiras e segregando populações. E mesmo as características da operação e dos operadores do sistema merecem ser reavaliadas e analisadas de forma qualitativa em seus diferentes contextos sociais, políticos, culturais e institucionais.

Por esses e outros motivos, é necessário abandonar essa abordagem determinista, teórica e estatística que tem marcado os estudos sobre vigilância na contemporaneidade, reconhecer os limites dos modelos conceituais que colonizaram esse campo e empreender novas iniciativas e pesquisas que tenham um alcance mais profundo nas questões de subjetividade e nas microdinâmicas envolvidas no exercício da vigilância informacional que marca nosso tempo.

Observando os dados coletados e analisados para esta pesquisa em comparação ao que tem sido apontado por diferentes estudos em outros centros de controle de vários países, devemos reconhecer a importância do elemento humano na operação dos sistemas de vigilância eletrônica e assumir que a neutralidade e eficiência dessas tecnologias estão intimamente ligadas e são determinadas pelas relações sociais que constroem a subjetividade dos seus operadores.

E no espírito de reconhecer limites, aproveito para reconhecer também os limites desta pesquisa. Antes de tudo devo deixar claro que não é possível fazer generalizações quanto à extensão, natureza e impacto do videomonitoramento em espaços públicos baseado simplesmente na presença de um sistema. Existem diferentes configurações, procedimentos, tecnologias e políticas que definem o funcionamento de diferentes sistemas em diferentes contextos, e por isso se faz

necessário que cada sistema seja analisado profundamente em suas próprias particularidades.

Este estudo se debruça sobre a observação e a análise de apenas uma sala de controle do sistema de videomonitoramento urbano da cidade de Curitiba, localizada na região central da cidade e operada em um contexto bastante específico de integração entre diferentes instituições e os achados sobre a organização e o funcionamento desta sala de controle, bem como sobre a atuação de seus operadores não são de forma alguma consideradas por mim como representativas de todas as salas de controle de quaisquer sistemas de vigilância eletrônica. Na verdade, como apontado no capítulo 4, mesmo em relação a outras salas de controle da cidade de Curitiba muitas diferenças provavelmente seriam encontradas.

Assim sendo, todas as generalizações são feitas apenas baseadas em comparações com os resultados de outros estudos e não considerando que este estudo constitua um tipo ideal ou geral de sala de controle de videomonitoramento, só o que posso sugerir é que outras salas de controle de estrutura similar podem funcionar de forma comparável à encontrada no CIMEC.

Outro limite que deve ser posto é quanto à natureza interpretativa e qualitativa desse trabalho, que abre espaço para que se argumente que a visão que eu apresento nessas páginas é apenas uma das possíveis perspectivas de análise social, marcada pelo meu ponto de vista e pela minha própria subjetividade enquanto pesquisador. Quanto a isso não tenho como contra argumentar e reconheço que se outro indivíduo fizesse a mesma pesquisa poderia encontrar resultados diferentes. Deixo claro novamente, assim como tentei deixar desde o princípio que não nego que minha análise esteja marcada pelas minhas posições políticas, ideológicas e pessoais, e só posso dizer que acredito que o mesmo estaria presente na análise de qualquer outro pesquisador sobre qualquer outro tema de pesquisa.

Devo confessar inclusive que tive grandes dificuldades durante a realização da pesquisa para entender e manter meu papel de pesquisador na relação desenvolvida com os operadores do CIMEC ao observar sua atuação. Por vezes me sentia tensionado entre a busca por construir uma empatia maior com os operadores para poder questioná-los e compreender melhor a forma como se relacionavam com os variados aspectos de opressão e empoderamento de sua posição, enquanto ao mesmo tempo tentava observar de forma crítica e sistemática a sua atuação, por

vezes me sentindo desconfortável com suas falas, atitudes e preconceitos, ficando assim em um campo tenso entre a empatia com o grupo e a crítica as suas ações.

O que está dissertação permite por em questão, portanto, é o determinismo tecnológico sobre o qual boa parte das pesquisas acadêmicas sobre o videomonitoramento se apoiam, e mais importante, que o público em geral não deveria investir essa fé cega que se tem hoje sobre a eficiência do videomonitoramento, visto como a panaceia de violência urbana e a solução definitiva para todos os problemas da segurança pública.

Esta pesquisa demonstrou também que a realidade da operação dos sistemas de videomonitoramento é muito mais complexa e ambígua do que aparenta à primeira vista, e que o próprio sistema e a atuação dos operadores são marcados por fatores sociais e culturais muito anteriores à vigilância eletrônica, lembrando que os operadores dos sistemas de vigilância eletrônica não são máquinas como as câmeras que eles operam, mas são assim como qualquer um de nós, indivíduos subjetivos abertos a fatores como cansaço, tédio, frustração, apatia, discriminação, preconceito e medo. Nesse sentido, o principal fator que esta pesquisa ressalta, é o fato de que o trabalho dos operadores, mais do que empoderador, é, na realidade, opressivo, mental e fisicamente cansativo, e pouco reconhecido.

Apesar de todos os dados e elementos coletados e analisadas, a maior consideração que devo ressaltar sobre a realização e as conclusões a que levaram esta pesquisa é a de que muitas perguntas ainda precisam ser feitas, muitos pontos devem ser questionados e muitos fatores ainda precisam ser pesquisados para que esse fértil campo dos estudos de vigilância seja cada vez mais enriquecido e aprofundado e permita que os novos paradigmas trazidos pelas mais recentes tecnologias de vigilância sejam melhor compreendidos em seus principais efeitos e consequências, sempre levando em conta sua interferência na subjetividade e também ao contrário a interferência da subjetividade sobre seu funcionamento.

REFERÊNCIAS

- ALTHEIDE, D. L. Mass media, crime, and the discourse of fear. In: **The Hedgehog Review: Critical Reflections on Contemporary Culture**, V. 5, N. 3, p. 9-25. University of Virginia, 2003.
- AMUSSEN, S. D. Féminin/Masculin: le genre dans l'Angleterre de l'époque moderne. In: **Annales ESC**. Paris, vol. 40, no 2, mar./apr., 1985.
- BANNISTER, J.; FYFE, N.; KEARNS, A. Closed Circuit Television and the City, in: C. NORRIS, C.; MORAN, J.; ARMSTRONG, G. (orgs.): **Surveillance, Closed Circuit Television and Social Control**. Aldershot: Ashgate, 1998, p. 21-39
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BAUER, M. W. Análise do Conteúdo Clássica: Uma Revisão. IN: GASKELL, G. e BAUER, M. W. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – Um Manual Prático**; Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BAUMAN, Z. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- _____. **O Mal estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____, 2003
- _____. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BECKER, H. S. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007
- BENTHAM, J. **O Panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BIG Brother, Big Business: The Data-mining and Surveillance Industries. Produção de Lori Gordon e CNBC. Roteiro de David Faber, Lori Gordon e Josh Woward. Princeton: Films Media Group, 2006. DVD (78 min.).
- BODÊ DE MORAES, P. R.; SOUZA, M. G. Invisibilidade, Preconceito e Violência em Curitiba. **Revista Sociologia e Política**. Paraná, n. 13, p. 7-16.
- BOGARD, W. **The Simulation of Surveillance**. Hyper Control in Telematic Societies, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- BOTELLO, N. A. Orquestração da vigilância eletrônica: uma experiência de CFTV no México. In: BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Editora Sulina, 2010, p. 17-35.
- BLUMER, H. **Symbolic Interactionism: perspective and method**. California: University of California Press, 1998.

BROWN, B. **CCTV in Town Centres**: three case studies. Police Research Group Crime Detection and Prevention. Series Paper n. 68. Londres: Home Office Police Department, 1995. Disponível em: http://www.popcenter.org/Responses/video_surveillance/PDFs/Brown_1995_Full.pdf. Acesso em: 16 fev. 2013.

BRUNETTA, A. A. Considerações Metodológicas sobre o Trabalho de Campo em Instituições Policiais Militares. In: **Sociologias Plurais**, Curitiba, s/v, Número Especial 1, out. 2012, p. 220-239.

BRUNO, F. Controle, flagrante e prazer: regimes escópicos e atencionais da vigilância nas cidades. In: **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 1, número 37, p. 45-53, 2008.

BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R.. **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Editora Sulina, 2010,

_____. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. In: **Revista Famecos**, v. 24, p. 110-124, 2004.

CARVALHO, V. A.; SILVA, M. R. F. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p.59-67, 2011.

CORRÊA, L; CUNHA, M. Câmeras no jornal: cartografando o discurso jornalístico sobre a vídeo-vigilância no Brasil. In: *Vigilância, Segurança E Controle Social Na América Latina*, 2009, Curitiba, **Anais**, Curitiba, Editora Universitária Champagnat, PUCPR, 2009, p. 92-111.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidades de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CASTRO, R. B.; PEDRO, R. M. L. R. Redes de vigilância: experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano. In: BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Editora Sulina, 2010, p. 36-60.

CANIATO, A. M. P.; NASCIMENTO, M. L. V. A vigilância na contemporaneidade: seus significados e implicações na subjetividade. In: **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 2007.

DAVIS, M. **Cidade de Quartzos**: escavando o futuro de Los Angeles. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente**: 1300-1800 uma cidade sitiada. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

_____. Seguridad: Historia de una palabra y de un concepto. In: MARTINEZ, M. I. V. (org). **El miedo**: reflexiones sobre su dimensión social y cultural. Medellín: Corporación Región, 2002, p. 71-82. 2002

DELEUZE, G. Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DITTON, J. 'Public support for town centre CCTV schemes: myth or reality?', in C. NORRIS, J. M.; AND ARMSTRONG, G. (orgs). **Surveillance, Closed Circuit Television and Social Control**. Aldershot: Ashgate, 1998.

DITTON, J., SHORT E.; PHILIPS, S.; NORRIS, C.; ARMSTRONG, G. **The effect of closed circuit television on recorded crime rates and public concern about crime in Glasgow**. Glasgow: The Scottish Office Central Research Unit. 1999.

ERICSON, R. V.; HAGGERTY, D. **Policing the Risk Society**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

FAE, R. A genealogia em Foucault. In: **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, dez. 2004.

FIRMINO, R.; DUARTE, F. Cidade infiltrada, espaço ampliado: as tecnologias de informação e comunicação e as representações das espacialidades contemporâneas. In: **Arquitextos**, v.096, p.1-14, 2008.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FUREDI, F. **Culture of Fear Revisited: Risk Taking and The Morality of Low Expectation**. Londres: Continuum, 2006

FREIRE, M. D. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Ano 3, edição 5, p. 100-114, 2009.

FYFE, N. R.; BANNISTER, J. The Eyes on the Street. Closed Circuit Television Surveillance in Public Spaces. Association of American Geographers Conference, Chicago, **Anais**, Chicago, 1994, p. 1-13.

GARLAND, D. The Limits of the Sovereign State. Strategies of Crime Control in Contemporary Society, in: **The British Journal of Criminology**, Vol. 36, No. 4, 1996, p. 445-471

GLASSNER, B. **Cultura do Medo**: Porque tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos. São Paulo: Francis, 2003.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Comportamento em Lugares Públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GRAHAM, S. Spaces of Surveillant Simulation. New Technologies, Digital Representations, and Material Geographies. In: **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 6, 1998, p. 483-504.

GUNNING, T. "O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema". In: CHARNEY, L.; SCHWARTZ, V. R. **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

HEILMANN, E.; MORNET, M. L'impact de la vidéosurveillance sur les désordres urbains, le cas de la Grande-Bretagne. **Les Cahiers de la sécurité intérieure**, n. 46. 2001. P. 197-211.

HUXLEY, A. **Admirável Mundo Novo**. São Paulo: Ed. Globo, 1993.

KANASHIRO, M. M. Mobilidade como foco das tecnologias de vigilância. In: **Rev. brasileira Ciências Sociais**, vol.24, n.71, 2009.

_____. **Sorria, você está sendo filmado**: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo. 2006. 123p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

_____. Surveillance cameras in Brazil: exclusion, mobility regulation and the new meanings of security. In: **Surveillance & Society**, v. 5 n. 3, p. 270-289, 2008.

KOSKELA, H. 'Cam Era' – the contemporary urban Panopticon. In: **Surveillance & Society**, v.1, n. 3, p. 292-313, 2003.

KOSSOY, Boris. **Realidade e ficções na trama fotográfica**. 4a ed. São Paulo: Atêlie Editorial, 2009a.

_____. **Fotografia & História**. 3.ed., São Paulo: Atêlie Editorial, 2009b.

_____. **Os tempos da fotografia**: O efêmero e o perpétuo. 2 ed., São Paulo: Atêlie Editorial, 2007.

LE BLANC, N. A ineficácia do Big Brother. Controle Social. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: < <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2874>> . Acesso em: 16 fev. 2013.

LEBLANC, P. B. Composição para circuito de vídeo-vigilância. In: Vigilância, Segurança E Controle Social Na América Latina, 2009, Curitiba, **Anais**, Curitiba, Editora Universitária Champagnat, PUCPR, 2009, p. 466-486.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LISSOVSKY, M.; BASTOS, T. A enunciação da vigilância nas fotografias da polícia política brasileira. In: BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Editora Sulina, 2010, p. 223-247.

LINCOLN Y. S.; GUBA, E. G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, N. K. ; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. 2a edição. São Paulo: Artmed/Bookman, 2006.

LYON, D. Fear, surveillance, and consumption. In: **The hedgehog review**, vol. 5, no. 3, 2003.

_____. **The Electronic Eye**: The Rise of the Surveillance Society. Cambridge: Polity Press, 1994

MACHADO, A. “Máquinas de Vigiar”, dossiê Tecnologias, n. 7, **Revista USP**, set/nov, 1990, (p. 23-32).

MARTINS, C. B. A contemporaneidade de Erving Goffman no contexto das ciências sociais. In: **Rev. Brasileira. De Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 77, 2011.

MARX, G. T. What's new about the “new surveillance”? Classifying for change and continuity. In: **Surveillance & Society**, v. 1, n. 1, p. 9-29, 2002.

MATHIESEN, T. The viewer society: Michel Foucault's 'Panopticon' revisited. In: **Theoretical criminology**, v. 1, p. 215-234, 1997.

MAUAD, Ana Maria. “Através do da imagem: Fotografia e História Interfaces”. In: **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, n.o 2, 1996.

McCAHILL, M. **The Surveillance Web**. The Rise of Visual Surveillance in an English City, Devon: Willan Press, 2002.

_____; NORRIS, C. **The Urbaneye Working Papers Series No. 2**: Literature Review. Berlin: Technische Universität, 2004.

MELGAÇO, L. **Securização Urbana**: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança. 2010. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) universidade de São Paulo e Universidade de Paris 1 – Panthéon Sorbonne, 2010

MINAYO, M. C. S. Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Caminhos do Pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

NORRIS, C.; ARMSTRONG, G. **The Unforgiving Eye**: CCTV Surveillance in Public Space. Hull, University of Hull, 1997.

_____. **The Maximum Surveillance Society**: The Rise of CCTV. Oxford: Berg, 1999.

OLESEN, V. L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio In: DENZIN, N. K. ; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. 2ª edição. São Paulo: Artmed/Bookman, 2006.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo**: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Método, 2003.

PINTOR, A. Imaginário e violência: vigilância, visibilidade e tecnologia como vetores da existência humana no contexto contemporâneo. In: **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 20, p. 233-238, dez. 2010.

PIRES, A. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In.: POUPART, Jean; DESLAURIES, Jean- Pierre. **A Pesquisa Qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 43-94

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In.; In.: POUPART, Jean; DESLAURIES, Jean- Pierre. **A Pesquisa Qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 215-253.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

ROSA, M. **A reputação na velocidade do pensamento** – Imagem e ética na era digital. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, M. A redescoberta da natureza. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 6, n. 14, abr. 1992.

SMITH, G. Behind the screens: examining constructions of deviance and informal practices among CCTV control room operators in the UK. In: **Surveillance & Society**, v. 2, n. 2/3, 2004, p. 376-395.

SMITH, G. Exploring relations between watchers and watched in control(led) systems: strategies and tactics. In: **Surveillance & Society**. v. 4, n. 4, p. 281-313, 2007.

SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. In: **Estudos avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007.

SOUZA, M. M. Sorria você está sendo filmado: videovigilância e sociedade de controle. In: XVI Congresso Nacional do CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, 2007, **Anais**, Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, M. M. **Sorria você está sendo filmado**: a consolidação de uma sociedade de controle sobre o direito fundamental à privacidade e sobre as formas de interação espontânea e participação democrática nos espaços públicos e privados. 2008. 133p. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, N. R. **Planejamento urbano**: saber e poder. 1999. 315 f. Tese (Doutorado em Sociologia). FFLCH/USP, 1999.

VIDICH, A. J.; LYMAN, S. M. Métodos qualitativos: sua história na Sociologia e Antropologia In: DENZIN, N. K. ; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. 2a edição. São Paulo: Artmed/Bookman, 2006.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2012**: Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari. 2011.

WAPLES, S.; GILL, M.; FISCHER, P. Does CCTV displace crime? **Criminology and Criminal Justice**, n.9, mai. 2009. P. 207-224.

ZALUAR, A. Crime e castigo vistos por uma antropóloga. In: _____. (org.) **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. P. 34-35.

ZIZEK, S. **Bem-vindo ao Deserto do Real**: Cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.